

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIENCIA POLITICA

ECONOMIA, POLITICA E RELIGIAO EM SANTA CRUZ DO SUL  
NA REPUBLICA VELHA

Silvana Krause

Orientador: Prof. Dr. René Gertz

Porto Alegre, novembro 1991

**O P R O S**

Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades

### Migrantes do Tempo

Os errantes vão e vêm. As vivências levadas sentem-se ameaçadas pela extinção. Porém resta a cumplicidade de uma raiz perdida na terra que almeja sugá-las com a nítida ilusão de que a história pode ser conservada.

Como é sórdida e dolorida a veia da raiz que pulsa o desejo incontido de permanecer eterna!

Como é vã e corrosiva a gélida terra!

S.K.

## Agradecimentos

Um trabalho desta natureza não é produto de uma pessoa isolada, mas fruto do apoio, da dedicação e das críticas de pessoas e instituições que estiveram presentes no decorrer dos créditos do programa de mestrado e da pesquisa.

Deixo aqui meus agradecimentos ao programa de mestrado em Ciência Política da UFRGS, em especial aos professores Dr.Hélgio Trindade, Dr.Marcelo Baquero Jacome, Ms.Maria Isabel Noll, Ms.José Antonio Giusti Tavares e Dr.Celi Regina Pinto, que me acompanharam com incentivo durante a caminhada do curso. Da mesma forma, à Ilga Schauren, pela sua dedicação, e ao programa de bolsas da CAPES e PROPESP, pelo apoio financeiro.

Também não poderia deixar de registrar minha gratidão aos auxiliares de pesquisa, Maria Elizabeth Aguilar, Isabel Hilbig Helfer e Heloisa Paim.

Lembro-me com carinho do Sr. Roberto Steinhaus, do Colégio Mauá, que me acompanhou, nas tardes quentes do verão de 1990, aos fundos do arquivo, compartilhando sempre as curiosidades a respeito de nossa terra. Ao professor Hardy Elmiro Martin, por sua obstinada vontade de manter a memória histórica do município de Santa Cruz do Sul e pela paciência que teve com esta aprendiz.

Numa situação precária como a do nosso país, cabe resgatar a importância para a pesquisa do Arquivo Histórico

do Rio Grande do Sul e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Oxalá permaneçam abertos!

As críticas de Carlos Roberto Winckler, suas recomendações bibliográficas, apesar de não terem sido absorvidas na sua totalidade.

Um agradecimento especial ao professor orientador Dr. René Gertz, que desde o início apoiou o trabalho e foi incansável nesta tarefa. Deixa para mim o exemplo de um pesquisador que conheci nos tempos da graduação na PUCRS.

Enfim, a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, acompanharam-me neste percurso, em especial Carlos Assis Aymone, Maria Eliane Aymone Padilha, Eduardo Corsseti e Marcelo Villanova.



## ABREVIATURAS

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre

AHRGS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre

AHCM - Arquivo Histórico do Colégio Mauá. Santa Cruz do Sul

## SUMARIO

AGRADECIMENTOS .....	3
ABREVIATURAS .....	5
INTRODUÇÃO .....	8
NOTAS .....	17
1. ALEMAES E DESCENDENTES NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL .....	18
1.1 - A Emigração Alemã e o Papel Econômico do Imigrante no Rio Grande do Sul .....	18
1.2 - Considerações sobre o Processo de Industrialização no Rio Grande do Sul .....	24
NOTAS .....	42
2. A INDUSTRIA E O COMERCIO EM SANTA CRUZ DO SUL .....	45
2.1 - A História do Município .....	45
2.1.1 - De Colônia a Freguesia (1849-1859) .	45
2.1.2 - O Período de 1860 a 1881 .....	51
2.1.3 - O Período de 1882 a 1917 .....	62
2.1.4 - O Período de 1918 a 1930 .....	83
2.2 - A História Empresarial em Santa Cruz do Sul	91
2.3 - Considerações sobre a Indústria e suas Origens em Santa Cruz do Sul .....	104
NOTAS .....	109
3. AS ELITES ECONOMICAS TEUTAS EM SANTA CRUZ DO SUL NO CONTEXTO POLITICO DO RIO GRANDE DO SUL E DE SANTA CRUZ DO SUL .....	115

3.1 - Algumas Considerações sobre a Participação dos Teutos na Vida Política do Rio Grande do Sul .....	115
3.2 - As Elites Econômicas Santa-cruzenses e a Reação à Proclamação da República .....	132
3.3 - As Relações do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) com as Elites Econômicas Santa-cruzenses .....	150
3.3.1 - As Eleições para a Intendência e o Conselho .....	150
3.3.2 - A Participação dos Empresários Santa-cruzense na Política Local .....	186
NOTAS .....	190
4. RELIGIAO, POLITICA E ELITES ECONOMICAS SANTA-CRUZENSES .....	199
4.1 - Protestantes e Católicos no Meio Rural Santa-cruzense no Século XIX .....	199
4.2 - A Filiação Religiosa dos Empresários de Santa Cruz do Sul .....	209
4.3 - Religião e Política Local .....	219
NOTAS .....	231
CONCLUSAO .....	235
ANEXOS .....	244
BIBLIOGRAFIA .....	250
OUTRAS FONTES IMPRESSAS .....	256

## INTRODUÇÃO

O presente estudo busca reconstituir a vida econômica, política e religiosa de uma comunidade típica de imigrantes alemães no estado do Rio Grande do Sul.

A escolha da comunidade de Santa Cruz do Sul teve várias razões, entre elas o conhecimento da existência das fontes. Mas também pesou o fato de sermos "filha" da terra e ter condições de ler documentos em língua alemã, o que permitiria a utilização de fontes que outros autores muitas vezes não puderam explorar<sup>1</sup>. A relação mais direta e pessoal com o objeto de estudo criou a necessidade de um controle maior sobre as maneiras de observar o objeto. Tal controle foi feito a partir de um contínuo olhar crítico às fontes, buscando sempre ser fiel ao modo como o objeto se apresentava ao pesquisador e buscando a discussão permanente com sujeitos que não estivessem diretamente envolvidos com a pesquisa. Assim, se por um lado a escolha do objeto do presente estudo é pessoal e arbitrária, por outro a pesquisa procurou ser extremamente fiel às evidências factuais, comparando, organizando-os de forma a apresentar uma inteligibilidade própria do assunto em confronto com trabalhos já

existentes, apresentando, às vezes, dados alternativos, às vezes perspectivas de análise diferentes.

Ao nos defrontarmos com os estudos das zonas de colonização e imigração alemã no Rio Grande do Sul, observamos que, apesar de vários trabalhos já feitos na área, muitos aspectos ainda poderiam ser tratados, tanto no sentido de que um estudo de caso poderia contribuir para a confirmação de algumas interpretações mais gerais, quanto esclarecer algumas dúvidas ou até desmistificar algumas idéias que se tem a respeito do assunto.

A motivação teórica inicial deste trabalho derivou da problemática do protestantismo. A pergunta básica era: podemos observar diferenças de comportamento econômico e político entre os imigrantes e descendentes alemães protestantes e católicos? Tal pergunta mostrou-se ainda mais legitimada, quando, em uma apresentação de uma coletânea de artigos sobre a imigração e colonização no Rio Grande do Sul, foi destacada a importância das confissões protestantes nas comunidades de imigração alemã e a ausência de trabalhos a respeito do tema<sup>2</sup>. Instigava-nos o fato de que em pleno período Imperial e com um Estado com uma religião oficial, a católica, chegassem levas de imigrantes com uma filiação religiosa praticamente desconhecida no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul. Queríamos, portanto, entender como o Império e posteriormente a República Velha se relacionaram com estes imigrantes e seus descendentes e de que forma os pró-

prios se comportavam dentro de uma área específica: Santa Cruz do Sul.

Também alguns trabalhos clássicos sobre imigração alemã no Rio Grande do Sul destacavam o aspecto religioso como um diferenciador do comportamento econômico, político e cultural dos imigrantes alemães e seus descendentes<sup>3</sup>. Não poderíamos ter a pretensão de resolver a questão do protestantismo, mas tínhamos como meta dar uma contribuição ao debate sobre o enfoque.

E comum, quando se fala em imigrantes e descendentes de alemães no Rio Grande do Sul, fazer generalizações a respeito de seu comportamento (econômico, político e religioso). Entendemos, porém, que há necessidade de fazer algumas distinções. Como seria possível generalizar o comportamento, por exemplo, de sujeitos coloniais tão diferenciados como o que se dedica à agricultura e o comerciante, situado nas picadas ou na sede da colônia? Desta forma, nossa preocupação centra-se principalmente em compreender as atitudes econômicas de uma elite colonial, suas relações com a vida política local, suas relações com a política estadual e como o fator religioso pode interferir neste quadro.

Sabe-se que as zonas coloniais alemãs no Rio Grande do Sul tiveram um grande peso econômico, em especial após terem superado os primeiros anos de economia de subsistência. O desenvolvimento agrícola e o concomitante crescimento populacional destas regiões, no período dos últimos anos do Império, dá origem a um novo pólo econômico dentro

da realidade gaúcha, tradicionalmente vinculada a uma economia agrária pecuarista. E dentro dessas transformações econômicas que vão surgindo novos sujeitos sociais no cenário gaúcho, desvinculados das bases econômicas existentes, como salienta Roche<sup>4</sup>:

"Os teuto-rio-grandenses transformaram a antiga sociedade, não fosse senão pela simples presença; camponeses na maior parte, constituíram novas classes, cidadãos, integraram-se nas classes preexistentes, modificaram duplamente, portanto, a estrutura original do Rio Grande do Sul, deslocando-lhe o centro de gravidade e exercendo até em sua capital uma influência que não se pode subestimar."

As transformações econômicas ocorridas nessas zonas não se limitaram ao desenvolvimento da agricultura, mas desenvolveu-se também uma economia moderna baseada no comércio, em um sistema bancário e na formação de indústrias. Roche<sup>5</sup> inclusive chama a atenção, observando que tais organizações econômicas eram semelhantes às das cidades medievais nos primórdios do desenvolvimento do capitalismo.

Apesar de já existirem algumas indústrias no Rio Grande do Sul (principalmente a do charque), é sem dúvida com a vinda desses imigrantes e seus descendentes que se desenvolvem mais significativamente as iniciativas para a formação de indústrias e do comércio no Estado.

Há uma controvérsia sobre a origem da indústria gaúcha. Basicamente as interpretações dividem-se em duas linhas: uma busca compreender as origens da indústria no desenvolvimento do artesanato advindo dos imigrantes artesãos;

outra considera primordial para a formação da indústria gaúcha o comércio, que, ao mesmo tempo em que criou um mecanismo de acumulação capaz de investir na indústria, eliminou o artesanato, pois este não tinha condições de concorrer com os produtos industrializados, importados pelo comércio. De-  
frontando-nos com a história de vida das empresas e dos empresários (comércio e indústria) de Santa Cruz do Sul, entendemos poder observar empiricamente as formas que deram origem à indústria local e, conseqüentemente, fornecer elementos que venham a enriquecer o debate.

No que diz respeito ao aspecto do comportamento político, nossa preocupação, a partir de um estudo de caso, é de observarmos as atitudes das elites econômicas locais. A vida política no Rio Grande do Sul caracterizou-se, principalmente a partir das últimas décadas do Império, por padrões diferenciados dos outros estados. Em plena liderança do Partido Conservador, em nível nacional, no Rio Grande do Sul o Partido Liberal, em 1878, tem o controle político. A tradição de uma resistência ao governo central é uma constante. Não bastasse este perfil, internamente a vida política gaúcha também apresenta especificidades. O período da República Velha no Estado é cenário de constantes manifestações de hostilidade e oposição organizada, através de lutas armadas (1893/95 e 1923) e disputas eleitorais (eleições estaduais de 1907 e 1922).

Frente a essas peculiaridades, surgem as nossas perguntas: como foi o comportamento político das zonas colo-



niais alemãs? É possível generalizarmos esse comportamento, indiferentemente dos setores sociais que habitavam as regiões? Houve comportamento hostil e oposicionista? Em que momentos? A elite econômica local agia consensualmente frente às questões políticas locais e regionais? Por quê? Que implicações políticas possui a diversidade religiosa dessas regiões?

A partir desses questionamentos, concentrando-nos num estudo de caso, acreditamos que será possível algum esclarecimento. Algumas interpretações a respeito do comportamento político das zonas coloniais alemãs no Rio Grande do Sul afirmam que estas se caracterizaram pela apatia e fidelidade ao governo (principalmente no período da República Velha). Dentro dessa perspectiva, as bases políticas da oposição se encontravam nas zonas da fronteira, ao passo que as da situação (Partido Republicano Rio-grandense = PRR) em grande parte nas zonas coloniais. Um estudo de caso, naturalmente, não pode ter a pretensão de permitir generalizações a respeito desta questão, porém pode indicar tendências que venham a contribuir para um melhor entendimento da vida política partidária da época.

Conforme já acentuamos, o aspecto religioso teve um papel de destaque entre os alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul. Além das divergências históricas do protestantismo frente ao catolicismo, a realidade enfrentada pelos acatólicos das zonas coloniais alemãs foi dificultada durante o Império, pelo fato de que a religião oficial do

país era a católica e as restrições aos acatólicos diziam respeito não somente à vida religiosa, mas também à participação na vida política. Tal restrição é amainada com a lei Saraiva, de 1881, que possibilitou alguma participação política dos protestantes nas zonas coloniais alemãs. Com a Proclamação da República, o país deixa de ter uma religião oficial e, especificamente no Rio Grande do Sul, o positivismo assume com o PRR uma influência inegável. A Igreja Católica perde uma parcela de influência frente à nova realidade. Mas a pergunta que fica, diz respeito às formas como tais questões se manifestaram entre os próprios habitantes das zonas coloniais. Em função de a República ter rompido com a religião oficial do Estado (católica), houve uma maior simpatia aos republicanos pelos acatólicos da comunidade de Santa Cruz do Sul? Como as diferenças religiosas se refletem na política local? De que formas ela se manifestou politicamente no decorrer da República Velha em Santa Cruz do Sul? Os protestantes tiveram uma atuação política específica e de bloco em Santa Cruz do Sul?

Nosso objetivo não é entrar nas polêmicas em torno do papel do protestantismo em relação ao capitalismo, desencadeados principalmente a partir da obra clássica de Max Weber<sup>6</sup>. Nossa intenção não vai além de detectar se é possível perceber alguma diferença entre católicos e protestantes em Santa Cruz do Sul, na zona rural, no período do Império, e a filiação religiosa dos empresários santa-

cruzenses nos primórdios das iniciativas empresariais da comunidade.

Temos também de considerar as questões referentes aos tipos de protestantismo. Quando falamos em protestantes das zonas coloniais alemãs, estamos falando em Luteranos. A população de protestantes nestas regiões era praticamente em sua totalidade ligada ao Luteranismo. Segundo Weber, o luteranismo não pode ser considerado o principal elo com o espírito de capitalismo. Porém, de acordo com o autor, as diferenças são de grau e não de gênero:

"Todavia, as diferenças de conduta, que são muito chocantes, originam-se claramente do menor grau de penetração do ascetismo na vida do luteranismo, em comparação com o calvinismo"<sup>7</sup>.

A respeito da doutrina da predestinação de Lutero, temos uma interessante observação de Christopher Hill<sup>8</sup> que destaca as consequências que tal doutrina pode acarretar:

"A predestinação se aloja no âmago do protestantismo. Lutero percebeu que ela era a única garantia do Covenant [ligas criadas para a defesa de uma causa, em particular religiosa]. Pois se duvidais ou desdenhais saber que Deus conhece de antemão e decide todas as coisas, não de modo contingente, mas necessário e imutavelmente, como podereis acreditar com confiança, esperar e fiar-vos em suas promessas? Sem a predestinação, a fé cristã é completamente destruída e as promessas de Deus e de todo o Evangelho se esboroam, pois o maior e único consolo dos cristãos, em suas adversidades, é saber que Deus não mente, mas que cumpre todas as coisas imutavelmente, e que sua vontade não pode ser contrariada, modificada ou retardada. Ein feste Burg ist unser Gott [Nosso Deus é uma fortaleza inabalável. N.T.]. Lutero declarou que não desejaria o livre-arbítrio,

mesmo se este lhe fosse concedido, pois somente Deus pode tornar a salvação certa para alguns homens, se não para todos. Com efeito, tudo, para Lutero, se acha centrado na questão da singularidade dos eleitos. Uma vez tocados pela graça divina, eles se diferenciam da massa da humanidade. A consciência da salvação os levará a agir conscientemente a fim de glorificar a Deus. Os efeitos psicológicos desta segregação consciente de um grupo, que se destaca das massas, são inúmeros."

A predestinação eliminou a magia da salvação eterna criando uma nova situação ao fiel, pois Deus já sabe do destino de cada um. Resta ao indivíduo a crença nos sinais da salvação eterna (ser eleito), que se manifestam na glorificação de Deus na vida terrena (boas obras, trabalho, abnegação, idéia da vocação terrena, etc.).

Em síntese, nosso trabalho tem um sentido especulativo e indicativo. De forma alguma temos condições de resolver uma questão de tão grande complexidade. Talvez, com modestas pretensões, poderemos contribuir para a problemática e incentivar a continuidade de estudos nesta área.

## NOTAS

- 1 Os jornais e documentos escritos em língua alemã foram traduzidos pela autora e pelo Sr. Roberto Steinhaus.
- 2 RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- 3 WILLEMS, Emílio em: A aculturação dos imigrantes alemães no Brasil, 'estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. Rio de Janeiro. Companhia Editora Nacional, 1946. Roche, Jean: A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969.
- 4 Roche, op.cit., p. 557.
- 5 Roche, op.cit., p. 451.
- 6 WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo. Livraria Pioneira Editora. 1983.
- 7 Weber, op.cit., p. 89.
- 8 HILL, Christopher. O eleito de Deus. Oliver Cromwell e a revolução inglesa. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 195.

## 1 - OS ALEMÃES E DESCENDENTES NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

### 1.1 - A Emigração Alemã e o Papel Econômico do Imigrante Alemão no Rio Grande do Sul

Cabe tecer inicialmente algumas considerações a respeito das causas da emigração dos alemães<sup>1</sup>, pois pode-se partir do pressuposto de que elas fomentam determinadas expectativas com relação ao país de destino.

Acreditamos não ser possível falar em causas de emigração sem fazer uma delimitação de períodos e acontecimentos histórico-sociais na Alemanha. Destacamos que não são apenas causas econômicas que levam à emigração, mas também questões de ordem político-cultural. Da mesma forma, acreditamos não ser possível homogeneizar o emigrante, pois este advém de realidades diferentes (rural-urbano, regiões sulinas, orientais, etc.). Emilio Willems<sup>2</sup> ressalta este aspecto:

"(...) Verificamos que a grande maioria deles se compunha de elementos rústicos. Na primeira metade do século passado eram somente situantes das regiões sulinas (Badênia, Palatinado, Wurtemberg e Baviera) e da Renânia (Mosela, Hunsrück) que deixavam suas terras ou antes, países, pois tratava-se de estados independentes. Na segunda metade do mesmo século preponderava a emigração do proletariado rural da Prússia, mormente

da Prússia Oriental. Essas correntes vinham entremeadas de um grande número de emigrantes intelectuais, oficiais, advogados, jornalistas, médicos, químicos, farmacêuticos, arquitetos (...)"

"Destacamos, pois, entre os imigrantes do século passado, estes três grupos principais: os pequenos proprietários do sul e oeste da Alemanha (no sentido geográfico), os proletários do leste e os intelectuais de quase todas as regiões. Seria difícil imaginar uma heterogeneidade mais acentuada. Os sitiantes do sul e da Renânia se distinguem dos prussianos em quase tudo: no dialeto e nos costumes, na higiene e no regime econômico e de trabalho, na religião e na constituição física. E de ambos os grupos se destaca a corrente amorfa dos intelectuais desarraigados".

"Outro fato que, segundo os depoimentos dos contemporâneos, parece haver contribuído para a emigração coletiva da população, representa a administração de alguns territórios os quais estavam, como é sabido, sob um regime monárquico-reacionário inspirado pela orientação política da Restauração. Os impostos escorchantes desses minúsculos Estados forçavam a população ao êxodo ou, antes, à fuga, porque a emigração era, muitas vezes, proibida. Assim era comum que famílias ou mesmo da mesma comuna abandonassem suas propriedades fugindo à perseguição das autoridades fiscais e policiais para embarcarem em porto dos Países Baixos, à procura de uma nova existência na América".

Não podemos deixar de mencionar a importância dos emigrados que <sup>faziam parte da recepção</sup> ~~faziam parte da recepção~~ das revoluções de 1848 e 1849, cujos integrantes, na sua maior parte, eram intelectuais (a legião alemã). Vieram com uma expectativa política, propagando a doutrina liberal, foram um fator estimulante para a vida política das populações germânicas do Rio Grande do Sul<sup>3</sup>.

Em nível econômico, as causas de "expulsão" de contingentes populacionais da Alemanha e os fatores de "atração" desses contingentes ao Rio Grande do Sul não podem ser entendidos a partir de uma realidade que não considere as conjunturas do desenvolvimento do capitalismo, tanto na Alemanha quanto no Brasil. A Alemanha encontrava-se frente ao processo de unificação, sendo a criação da Confederação, com sede na cidade de Frankfurt, um marco. A unificação alemã, deflagrada no começo da década de 1870, reflete uma realidade de declínio do feudalismo e expansão do capitalismo. Até início do século XIV, a Alemanha era basicamente rural. Com a revolução agrícola, a situação dos pequenos agricultores torna-se bastante difícil. Esta população era, portanto, um setor que se encontrava num processo de marginalização econômica e, conseqüentemente, em potencial para emigrar. A observação de Aldair Lardo e Eliane Barros<sup>4</sup> torna claros os distintos períodos econômicos que motivaram a emigração:

"Se por um lado, num 1º período, a emigração se faz frente à marginalidade em que se encontra a Alemanha com a revolução industrial, numa 2ª fase ela será propiciada pelo excedente populacional advindo do desenvolvimento industrial, do crescimento demográfico, e dos níveis de conjuntura econômica"

Nesse sentido, é necessário distinguir as fases históricas para compreender as causas da emigração alemã. Também os períodos entre e após as duas grandes guerras, pois incentivaram a mobilização de vários grupos políticos e



classes sociais (principalmente a pequena burguesia e o operariado) a buscar novas alternativas em outros países.

Acreditamos que a idéia pluricausal da emigração alemã possui um poder explicativo maior do que a redução a um fator puramente econômico. Sem dúvida, o fator econômico foi preponderante, mas não foi o único, pois não foram apenas contingentes populacionais economicamente marginalizados que emigraram. Nosso objetivo aqui não é desenvolver esta questão, mas apenas considerá-la, para tornar o desenrolar do nosso trabalho mais claro, isto porque trataremos de um estudo de caso onde este fato deve ser levado em conta. Os alemães originários de zonas rurais pouco desenvolvidas estabelecem em relação às colônias uma expectativa totalmente diferenciada da dos antigos citadinos, que possuíam técnicas mais avançadas ou tinham outra cultura, com espírito de iniciativa<sup>5</sup>. É claro que geralmente o indivíduo que se dispõe a mudar de país está querendo ascender econômica e socialmente ou, no mínimo, assegurar sua condição (status) que estava sendo ameaçada no país de origem (econômica, política, social).

Em nível de Rio Grande do Sul a imigração alemã surge com um sentido diferente da realizada em São Paulo. O imigrante alemão que iria a São Paulo estava numa situação mais difícil de realizar seu sonho de pequeno proprietário. A maioria dos alemães que foram às fazendas de café dispunham de uma pequena extensão de terras para cultivo próprio. Eram contratados para serem assalariados dos

fazendeiros do café e serviam muito mais de trabalhadores que cumpriam o papel de substitutos da mão-de-obra escrava do que "colonos"<sup>6</sup>. Para os fazendeiros do café, o imigrante alemão poderia ser uma concorrência se ele fosse dono de terras, criando-se desde o início um conflito entre o imigrante e o latifundiário paulista. O imigrante que chega ao Rio Grande do Sul enfrentará um outro tipo de realidade:

- 1º - O governo gaúcho tinha como principal objetivo ocupar o território do Estado e incentivar a produção agrícola (alimentos).
- 2º - A elite econômica da época, ligada à atividade de criação de gado, não entrava em conflito direto com a nova economia emergente. / *De novo*.
- 3º - O latifundiário gaúcho tinha seu mercado basicamente centrado no consumo interno, diferente do paulista que se voltava para a exportação do café.

Porém, apesar das diferenças do Rio Grande do Sul, o papel do imigrante deveria estar rigidamente definido e o espaço geográfico por ele ocupado não poderia ser uma ameaça à grande propriedade. Nesse sentido, o imigrante deveria assentar-se em regiões próximas a um centro urbano e distantes das áreas do latifúndio. Os objetivos da entrada desses novos membros estavam delimitados. Se por um lado não havia uma concorrência direta entre economia de criação de gado x economia colonial, também não se poderia afirmar que o imigrante veio em função de interesses dessa economia. Isto na

medida que as estâncias gaúchas não buscavam a substituição da mão-de-obra escrava, pois o desenvolvimento da pecuária ainda não havia alcançado um nível moderno-capitalista. Como observa Sandra Jathay Pesavento<sup>7</sup>:

"O que deve ser considerado, todavia, é que do ponto de vista da oligarquia regional a imigração não atendia os seus interesses nem vinha solucionar seus problemas, uma vez que os imigrantes vinham trabalhar para si e não resolver problemas da falta de braços na pecuária".

Uma das maiores preocupações da oligarquia pecuarista estava em submeter o imigrante à situação de pequeno proprietário, produtor de gêneros alimentícios. Sua função era de permanecer agricultor e não tornar-se um acumulador de terras (concorrente) ou desenvolver outras atividades. Os próprios deputados provinciais (meados do século XIX) demonstravam a preocupação de que o "colono" não poderia abandonar suas terras e exercer outras atividades. Não era apenas neste sentido que aparecia a preocupação com a manutenção do imigrante numa situação social "inferior" à do estancieiro. Basta olharmos como o crédito diminuía sistematicamente para o "colono". Jean Roche<sup>8</sup> menciona esta situação:

"A relação entre o total do orçamento provincial e o capítulo 'Colonização' revela em que consideração esta caíra. Os créditos, que em 1874 montavam a 61.000 mil réis, foram reduzidos a 31.000 mil réis em 1876, a 19.000 em 1880 e a 13.000 em 1884, ao passo que as despesas orçamentárias oscilavam entre 2.000.000 e 2.400.000 mil réis".

Os pedidos de apoio de donos de estabelecimentos comerciais e industriais das zonas de imigração alemã foram

constantemente rejeitados pela assembléia (empréstimos, isenções fiscais, etc.). Portanto, neste período não havia uma política de apoio da assembléia e muito menos do governo.

Porém, com o passar dos anos, a importância das zonas coloniais começa a mudar o cenário gaúcho. Elas assumem peso na transformação da economia do Rio Grande do Sul e no seu contingente populacional:

"Entre 1872 e 1890, a população da província dobrou, passando de 447.000 habitantes para 897.000. O aumento provinha, em parte da imigração; ao todo, em torno de 60.000 imigrantes, a maioria dos quais vindos da Alemanha e da Itália, estabeleceram-se na Província entre 1874 e 1889. Em 1891, o ano máximo da imigração em todo o século, 20.739 imigrantes entraram no Rio Grande do Sul"<sup>9</sup>

Podemos, portanto, concluir que, com o desenvolvimento econômico das regiões coloniais alemãs, a situação é modificada. A capacidade de barganha <sup>destas regiões</sup> ~~por elas adquirida~~ fará uma maior integração com a realidade gaúcha. <sup>a</sup> A elite pecuarista não poderá negligenciar este fato.

## 1.2 - Considerações sobre o Processo de Industrialização no Rio Grande do Sul

Apesar de não ser nosso principal objetivo entrar nas polêmicas sobre o processo de industrialização no Rio Grande do Sul, e muito menos esgotar a problemática, julgamos conveniente fazer algumas considerações sobre as principais linhas interpretativas.

O estudo da industrialização gaúcha traz no seu bojo uma série de dificuldades. Poder-se-ia dizer que um dos principais entraves ao pesquisador desta área é a falta de clareza dos dados estatísticos, pois as classificações (relatórios, anuários, mensagens) utilizavam-se de critérios pouco homogêneos neste período inicial. A definição do que seria indústria na época não era sempre a mesma. Os produtos agropecuários, por exemplo, eram considerados algumas vezes de setor primário e outros de secundário. Tal fato implicava na própria definição da economia gaúcha como um estado "industrial" ou o "celeiro do país".

Também a caracterização da indústria da época nos obriga a considerar as especificidades históricas do surgimento das primeiras tentativas gaúchas no que diz respeito à transformação da matéria-prima. Nesse sentido, concordamos com as observações de José Hugo Ramos e Ivan Dall'igna Osório<sup>10</sup> que comparam as primeiras indústrias da Europa com a produção do charque gaúcho:

"De qualquer forma, interessa-nos de momento acompanhar os primeiros passos do setor secundário no Estado, e temos então que as charqueadas foram nossas primeiras indústrias, e o charque nosso primeiro produto industrial, em que pese a singeleza tecnológica do seu fabrico, e mais pelo seu caráter pioneiro. Por isso parece-nos muito rigoroso Jean Roche, quando considera as charqueadas 'antecâmaras de expedição de um produto direto de criação ou de agricultura, que possuem mais de comércio que de indústria'. Examinando o papel da transformação efetivado nas charqueadas no contexto da época em que se iniciam (a Europa engatinhava na sua 1ª Revolução Industrial) parece-nos possível en-

tendê-lo como indústria, dentro da limitação assinalada (baixa tecnologia)".

Queremos dizer com isso que a indústria tem a sua historicidade e não podemos deixar de considerá-la, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, a partir de determinadas variáveis que a condicionaram historicamente. Conjunturas internacionais como guerras mundiais, divisão internacional do trabalho, crise de 29, etc., conjunturas nacionais internas como política protecionista da República, navegação de cabotagem, adoção de tarifas alfandegárias, etc.

Além dessas variáveis, a formação da indústria no Rio Grande do Sul se dá por um processo bastante diferenciado do ocorrido no centro econômico do país, fato que dará à indústria gaúcha uma configuração específica. Em São Paulo, a acumulação de capital se dá por vias de uma atividade agrária exportadora (exportação do café). A partir da exportação, posteriormente inicia-se o investimento no setor industrial. No Rio Grande do Sul, a transição da economia agrário-pecuarista para uma economia urbano-industrial ocorre predominantemente por vias de uma "acumulação interna" (comércio baseado no mercado interno). Esta "indústria", basicamente centrada nas zonas coloniais, surge conjuntamente com uma difícil e lenta modernização da grande propriedade agrária.

O desenvolvimento econômico das zonas coloniais gaúchas acentua-se principalmente no final do século XIX e assume um papel inegável para o conjunto da economia do Es-

tado. Basta observarmos os dados fornecidos por Eugênio Lagemann<sup>11</sup>:

"A economia colonial assume um papel destacado apenas em fins da década de 1880 e inícios de 1890, quando seus principais produtos de exportação, banha, feijão e fumo, passam dos 8% em 1881/82 para 30% do valor exportado em 1896, mantendo, com seu crescimento continuado, o nível das exportações gaúchas entre 1893 e 1896, momento de queda do valor da exportação do charque, resultado de crises políticas internas. Ocorre período de grande crescimento das colônias, lembrando o ingresso no terceiro estágio, conforme interpretação de Paul Singer: 'passa-se à especialização agrícola, cultivando-se preferencialmente um ou mais produtos tendo em vista sua comercialização. O colono continua a produzir basicamente para sua subsistência, pode, porém, agora, oferecer um excedente representado pela banha, por exemplo, que levará ao mercado'".

A tabela fornecida no trabalho organizado por Theodoro Amstad<sup>12</sup>, que compara o desenvolvimento da "indústria" e do comércio, de 1874 e 1924, nas zonas de imigração e colonização alemã, também elucida o desenvolvimento econômico da região. (Tabela 1).

Tabela 1

## Indústria e Comércio dos Imigrantes e seus Descendentes no Rio Grande do Sul de 1874 a 1924 - Brasil

DISCRIMINAÇÃO	C O L															
	São Leopoldo		Taquara		São Sebastião		Montenegro		Estrela		Santa Cruz		Candelária		Colômbia	
	1874	1924	1874	1924	1874	1924	1874	1924	1874	1924	1874	1924	1874	1924	1874	
<b>INDUSTRIA</b>																
Gêneros alimentícios	32	132	7	55	6	67	4	71	10	36	9	55	4	12	-	
Bebidas .....	41	59	8	12	5	44	5	31	3	59	18	35	4	10	6	
Vestuário .....	40	62	8	32	6	39	9	52	6	43	8	68	1	18	1	
Couro .....	100	175	24	45	9	67	18	46	19	38	41	65	14	16	8	
Madeira .....	88	122	28	75	16	61	24	90	48	48	28	125	17	24	18	
Pedra .....	13	36	2	10	6	23	11	46	16	17	4	55	6	14	-	
Metais .....	52	80	14	27	6	41	13	59	8	39	20	58	8	12	9	
Aparelhos-Máquinas .	4	8	0	3	-	-	-	3	-	2	1	7	-	-	-	
Produtos Industria- lizados .....	105	344	22	44	11	167	11	176	16	72	20	76	11	26	12	
Diversos .....	35	193	0	98	1	34	2	68	12	22	14	128	2	18	-	
Profissão .....	42	97	5	71	3	51	10	74	51	29	58	63	9	54	-	
SOMA .....	552	1 308	118	592	69	594	107	716	189	405	221	735	76	204	54	
<b>COMERCIO</b>																
Fios e Barbantes-imp.	62	85	16	56	8	68	10	165	10	51	24	141	2	58	8	
Gêneros alimentícios	1	127	-	103	-	42	-	63	-	27	-	171	-	2	-	
Vestuário .....	-	54	-	8	-	4	-	3	-	3	-	41	-	-	-	
Ferramentas-Máquinas	2	6	-	1	-	-	-	-	-	1	-	6	-	-	-	
Utensílios doméstico	2	29	-	5	-	4	-	7	-	3	2	13	-	1	-	
Materiais .....	-	22	-	3	-	9	-	18	-	4	-	10	-	-	-	
Agências .....	-	6	-	2	-	4	-	10	-	2	-	6	-	-	-	
SOMA .....	67	329	16	178	8	131	10	266	10	91	26	388	2	61	8	

FONTE: Anstad, op.cit., p.561.





C I D A D E S								DIASPORA		SOMA		
Porto Alegre	Pelotas	Rio Grande	Santa Maria	SOMA CIDADES	DIASPORA DE 13 MUNICIPIOS	SOMA TOTAL						
48	3	9	2	1	3	3	25	61	36	11	138	752
22	1	7	2	1	3	3	11	33	7	8	108	456
70	1	8	7	5	10	4	43	87	26	18	153	393
32	6	7	2	-	24	5	55	44	176	18	478	837
86	10	9	4	1	8	4	59	100	88	21	438	1 219
12	1	3	2	-	15	2	18	17	18	8	97	348
76	14	11	2	5	28	6	69	98	84	18	292	758
21	-	7	-	-	-	2	5	30	2	-	12	64
23	4	6	1	1	-	5	9	35	14	15	232	1 451
82	5	19	1	5	1	4	32	110	9	15	107	901
175	10	26	9	8	2	10	60	219	88	105	327	1 112
647	55	112	32	27	94	48	386	834	548	237	2 382	8 491
62	2	10	19	3	21	10	49	85	82	55	290	1 383
125	2	17	1	-	1	5	19	147	-	13	20	914
84	-	4	-	3	-	3	24	94	-	3	24	257
29	-	1	-	1	-	1	1	32	-	-	3	46
116	-	5	-	1	-	2	16	124	-	8	20	209
56	2	13	-	-	-	2	16	71	7	15	23	178
62	1	4	3	1	-	2	5	69	14	5	19	121
534	7	54	23	9	22	25	130	622	103	99	399	3 108

Interessante notar é que o fenômeno do desenvolvimento econômico das regiões coloniais é comentado na literatura<sup>13</sup> por uma personagem de Erico Veríssimo. Vejamos:

"— Na minha opinião — diz Floriano — o fenômeno sociológico mais importante na História do Rio Grande, nestes últimos cinquenta anos, é o declínio da aristocracia rural de origem lusa e o surgimento duma nova elite com raízes nas zonas de produção agrícola e industrial onde predominam elementos de ascendência alemã e italiana. Neste meio século processou-se a marcha do colono da picada para a cidade, da pequena plantação para o comércio e para indústria".

Mas as divergências sobre o processo de industrialização no Rio Grande do Sul giram principalmente em torno da gênese do capital dos primeiros estabelecimentos fabris. O trabalho pioneiro nesta área foi de Limeira Tejo que defendia a idéia de que as primeiras indústrias do Rio Grande do Sul advinham primordialmente de uma origem artesanal, fruto de conhecimentos técnicos trazidos pelo imigrante. Sua concepção advinha de uma compreensão de um desenvolvimento linear e contínuo da oficina que foi se desenvolvendo a partir de "abnegação" e árduo trabalho:

"As famílias que abandonaram o velho mundo, onde a vida se lhes tornara terrivelmente difícil e 'pour faire L'Amérique', trouxeram uma tradição de trabalho e uma experiência das coisas que as gentes do Novo Mundo não haviam tido ainda tempo de adquirir. Não foram somente os agricultores que vieram ter aqui, sonhando com a fartura da terra virgem. Foram também os artesãos, cuja linhagem profissional se perdia nas corporações da Idade Média e a quem a técnica de um lado e a ameaça da proletarianização do outro, empurraram para as plagas onde as camadas sociais, não sendo

ainda estanques, ofereciam maiores oportunidades e um campo mais largo para os progressos individuais. Com estes vieram, pode-se dizer, suas oficinas. De geração a geração, com a ajuda das condições ainda inexploradas do meio ambiente, essas oficinas se transformaram em fábricas"<sup>14</sup>.

Sem dúvida, o autor levantou a polêmica e, a partir deste trabalho, surgiram estudos que buscavam uma outra compreensão da origem e desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Sul<sup>15</sup>.

Paul Singer defende a idéia de que a indústria no Rio Grande do Sul advém de dois fatores: um de ordem externa, outro de ordem interna. Em primeiro lugar, o autor não vê um convívio harmônico entre o artesanato e a indústria, pois o artesanato fora basicamente destruído após a dificuldade de competir com a indústria estrangeira. Nesse sentido, a substituição de importação dependeu de uma condição de haver um capital acumulado. Portanto, em nível de estado do Rio Grande do Sul, esta se efetivou via comércio, crescimento de procura de artigos, condições econômicas para o desenvolvimento das indústrias, como a oferta adequada de matérias-primas, mão-de-obra qualificada (que geralmente vinha do artesão), energia elétrica. Os fatores externos foram os ligados à elevação da troca cambial, aumento das tarifas aduaneiras que elevavam os preços dos produtos estrangeiros. A compreensão de Sandra Pesavento<sup>16</sup> se identifica, num certo sentido, com a de Paul Singer:

"O comerciante alemão foi o elemento que se destacou no mundo colonial, lucrava sobre a produção agrícola mediante a diferença obtida pelos produtos na colônia e em Porto Alegre, lucrava com o transporte das mercadorias da colônia à capital e da capital à colônia, lucrava ainda com as operações financeiras de empréstimos e guarda de dinheiro, o que lhe oportunizava um capital de giro para investir. (...) A acumulação de capital ocasionada pelo grande comércio foi responsável por duas alterações básicas: por um lado, a importação de produtos do exterior contribuiu para desestimular um artesanato de base familiar que se fazia ao nível dos núcleos coloniais para suprir as necessidades essenciais. Por outro lado, o surgimento da indústria se liga também à presença da acumulação de capital via comércio".

Praticamente na mesma linha situa-se Roche, rejeitando a idéia proposta por Limeira Tejo de que a indústria surgia do artesanato. Roche observa que não é possível estabelecer uma relação rígida para o problema da origem da indústria. Para ele, não é possível afirmar que todas as indústrias originaram-se do artesanato e vice-versa, o artesanato não evoluiu necessariamente para indústria moderna. Roche salienta também o papel primordial do comerciante que, através de relações comerciais desfavoráveis ao colono, gerou um acúmulo de capital, posteriormente canalizado para outras áreas (como a indústria). Mas o autor considera primordiais à impulsão da indústria rio-grandense fatores como a abolição da escravatura, as tarifas alfandegárias protecionistas da República, o reinício da imigração para suprir a mão-de-obra especializada e a navegação de cabotagem. Nesse sentido, Ro-

che não absolutiza a origem da indústria gaúcha, admitindo inclusive que algumas delas surgiram do artesanato urbano.

Telmo Moure, em seu artigo, busca da mesma forma demonstrar que nem sempre o artesanato desfaleceu diante da concorrência dos produtos importados do comércio:

"Entretanto, procurar-se-á demonstrar que não existiu um mecanismo com base na morte do artesanato pelo comércio, e este último determinando, exclusivamente, o processo de industrialização. O binômio comércio-indústria foi responsável pela redução das capacidades de subsistência artesanal, face às limitações internas de expansão da produção deste. Entretanto algumas formas de artesanato levaram à indústria, em especial as voltadas à exportação, vistas anteriormente"<sup>17</sup>.

O autor conclui chamando atenção para o fato de que, se o comércio teve preponderância no processo de acumulação, houve também casos onde os próprios colonos constituíam pequenas fábricas ou o artesanato especializou-se e teve condições de subsistir (principalmente através da associação).

Eugênio Lagemann, da mesma forma, defende a tese de que são problemáticas as generalizações da origem da indústria gaúcha. Ele destaca o papel do comércio como elemento fomentador de acumulação de capital, mas nega que esta tenha sido a totalidade dos casos, pois há indústrias que se originaram do artesanato. Lagemann não é adepto da teoria de um desenvolvimento linear e harmônico do artesanato para indústria. Acredita que, quando houve a transformação do artesanato para indústria, vários fatores

contribuíram, cuja complexidade não pode ser reduzida a fatores individuais, conforme as explicações de Limeira Tejo.

Heloísa Jochims Reichel, em seu estudo sobre o processo de industrialização no Rio Grande do Sul no período da República Velha, preocupa-se mais com as características e condicionantes da indústria gaúcha do que com a polêmica sobre suas origens:

"Para a avaliação das condições para o desenvolvimento industrial de qualquer região, não parece tão importante a origem do seu capital, mas a capacidade de reprodução do mesmo. No caso da industrialização gaúcha, devido à estrutura da sua empresa e ao tamanho do seu mercado, as possibilidades de reprodução de capital, para conseqüente investimento na capacidade produtiva e ampliação das condições de concorrência no mercado, eram menores do que as daquelas vinculadas ao centro dinâmico da economia brasileira"<sup>18</sup>.

A autora destaca como fatores que fomentaram a indústria gaúcha: nível de renda do mercado e do comércio na região (principalmente nas zonas coloniais), existência de recursos primários adequados às necessidades da indústria da época, estímulo à produção local e regional de determinados produtos devido a dificuldades de transporte, política econômica de incentivo à indústria regional, reforma tributária que incentivou a acumulação mercantil, pois facilitou a comercialização (amenizando os impostos de exportação para outras regiões), entre outros.

O trabalho de José Hugo Ramos e Ivan Dall'igna Osório vem reafirmar o problema das generalizações feitas a

respeito das origens da indústria gaúcha. Criticam as proposições de Paul Singer e Limeira Tejo na medida em que ambos estabelecem um modelo teórico monolítico para a problemática. Os autores destacam as instabilidades conjunturais como fatores de altos e baixos para a indústria nacional e regional e a não-linearidade do processo de origem e desenvolvimento da indústria gaúcha:

"Ambos surgem e crescem em função de uma série de fenômenos sociais (poder aquisitivo, mercado, estrutura de classes, política econômica, etc.). Como estes fenômenos não têm presença constante e uniforme, o crescimento não dará uma linha contínua, uma série histórica, mas terá altos e baixos, conforme as oscilações do quadro dos condicionantes sociais. Tomemos a política econômica, por exemplo, e observemos rapidamente, como as suas variações chegam a influenciar o processo. Até 1844, devido aos acordos comerciais firmados com a Inglaterra em 1810, e prorrogados sucessivamente, a baixa tarifa cobrada sobre os produtos manufaturados britânicos aliada à capacidade de oferta da indústria inglesa constituía uma barreira intransponível para a industrialização brasileira em geral. Sem a proteção de tarifas alfandegárias elevadas, gravando os produtos industriais do exterior, praticamente não havia condições de erigir-se uma indústria nacional, só restando terreno para um artesanato rudimentar nas áreas mais isoladas. Buscando propiciar os fundamentos para uma diversificação da economia brasileira, ao perceber os efeitos dinâmicos que a indústria apresentava na Europa, e também com o objetivo de recuperar o erário público através de uma maior arrecadação, Manoel Alves Branco instituiu taxas de importação consideravelmente superiores às que vigiam anteriormente. Passou de tarifas que oscilavam ao redor de 15% para um gravante médio em torno de 30%, que pode ser considerado como levemente protecio-



nista se lhes juntarmos o custo dos fretes desde o exterior"<sup>19</sup>.

Na mesma linha de demonstrar que a origem da indústria é diversa e que não podemos estabelecer um modelo único, vai o estudo de Dietrich Von Delhaes-Günther. A partir de dados empíricos, confirma a diversidade dos grupos fundadores da indústria. O autor classifica os grupos fundadores em quatro:

"1 - Artífices naturais do Brasil, 2 - indivíduos com experiências artesanais ou industriais na Europa, 3 - indivíduos com experiência adquirida no comércio interno ou externo, 4 - indivíduos sem experiência em nenhum ramo especial"<sup>20</sup>.

A partir das reflexões dos autores mencionados, acreditamos ser possível nos identificarmos com uma linha. Entendemos que o poder explicativo de Limeira Tejo não pode ser totalmente negligenciado, pois veremos que as nossas pesquisas sobre a questão<sup>21</sup> apontam casos que confirmam sua tese. Da mesma forma, a compreensão de Singer não pode ser desconsiderada. Isto na medida em que o comércio teve um papel importantíssimo para o processo de industrialização, pois, além de criar um mercado com hábito de consumo de produtos industrializados (via importação), também acumulou capitais para investimentos em outros ramos. Na verdade, esta discussão, no nosso entender, já foi motivo de uma série de pesquisas e trabalhos que alcançaram um certo patamar de maturidade. As teses que consideram o problema das generalizações e que observaram de forma detalhada fatores diversos (externos e internos em nível internacional, externos

e internos em nível nacional, externos e internos em nível regional), tratam o problema da origem e do desenvolvimento da indústria gaúcha de uma forma consistente, oferecendo-nos um poder explicativo mais abrangente.

Considerando as discussões referentes à problemática até aqui exposta, faremos um apanhado sobre as fases da indústria gaúcha. Acreditamos ser necessário, para situar nosso estudo de caso, definir as características e limitações da indústria rio-grandense.

Poderíamos dizer que o primeiro surto industrial expressivo se deu nos fins do Império e inícios da República Velha, quando se apresentaram as condições de um modo de produção moderno capitalista no Brasil. Fatos conhecidos como a substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra assalariada (geralmente o imigrante, principalmente em São Paulo), tarifas protecionistas e crédito fácil, entre outros, ofereceram um amplo apoio à industrialização no Brasil. Os dados fornecidos por Roche<sup>22</sup> confirmam este surto industrial:

"Em 1895, o Rio Grande do Sul contava com 30 sociedades anônimas, entre as quais 10 novas empresas industriais, fundadas precisamente por alemães (...). Enquanto, em 1889, havia 82 estabelecimentos industriais, fundavam-se 119 entre 1890 e 1899. O Rio Grande do Sul teria contado, em fins de 1909, 569 estabelecimentos industriais, entre os quais 369 fundados entre 1900 e 1909 (ou seja 64%), sendo os ramos mais importantes a alimentação, a madeira, a cerâmica, a metalurgia, couros e as roupas feitas e os produtos químicos".

Constata-se, que a maioria das indústrias gaúchas, neste período, baseava-se na produção de bens de consumo não duráveis. O mercado dessas indústrias centrava-se regionalmente (indústrias de beneficiamento de produtos agropecuários, indústrias de máquinas utilizadas na região para lavoura e extração) e predominavam as pequenas empresas, deficientes de tecnologia e capital, com problemas para ampliar seus mercados devido à dificuldade do transporte.

Mas, mesmo com suas limitações, podemos ver que a indústria gaúcha se destaca em nível nacional com peso importante. Isso pode ser observado em 1907<sup>23</sup>, por exemplo:

Tabela 2

## Estabelecimentos Industriais

ESTADO	ESTABELECIMENTOS	OPERARIOS	CAPITAL	VALOR DA PRODUÇÃO
Rio Grande do Sul ..	212	10 490	38 115:000 \$	78 287:000 \$
Capital Federal ....	584	34 490	141 940:000 \$	205 329:000 \$
Minas Gerais .....	551	8 849	24 846:000 \$	32 166:000 \$
São Paulo .....	323	23 007	114 822:000 \$	117 377:000 \$
Rio de Janeiro .....	190	11 719	83 444:000 \$	52 987:000 \$
Pernambuco .....	95	11 202	54 278:000 \$	35 440:000 \$

FONTE: Relatório apresentado ao presidente do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Alvaro Baptista, 1908. AHRGS.

A partir desses dados, podemos fazer algumas observações. O Rio Grande do Sul era o quarto Estado em número de estabelecimentos industriais, e o quinto, em número de operários. Porém, ao analisarmos o capital empregado, percebemos que ~~se~~ posicionava-se inferiormente apenas

a dois Estados: a Capital Federal e São Paulo. Um dado interessante é a relação entre o número de operários e o valor da produção, o que nos leva à seguinte constatação: o Rio Grande do Sul estava em quinto no número de operários, mas era o terceiro em valor de produção. Podemos concluir daí que a racionalização do trabalho e a tecnologia (nos seus limites conjunturais e estruturais) no mínimo não eram inferiores, se comparadas com as dos outros Estados.

Mas vejamos como se desenvolveram as fases seguintes da indústria gaúcha, durante e depois da Primeira Guerra Mundial.

A Primeira Guerra Mundial dificultou o acesso a produtos importados, gerando uma situação privilegiada para a maioria das indústrias brasileiras e gaúchas<sup>24</sup>. A concorrência de produtos industrializados, vindos do exterior, praticamente foi eliminada. Dessa forma, a crise do café (baixa de preço) criou dificuldades para importação e o governo teve que abandonar os principais objetivos de sua política econômica. Ressalta Heloisa Reichel<sup>25</sup>:

"Com a guerra cessou a entrada de capital estrangeiro no país, que constituía num dos principais pontos de apoio da política governamental orientada para a estabilização do papel-moeda em circulação, para a valorização cambial e para o equilíbrio orçamentário. Devido a isto, o governo passou a emitir, a fim de cobrir os gastos públicos, e a desvalorizar o mil réis".

Buscando novamente comparar o peso da indústria gaúcha em relação à dos outros Estados, observamos que

aquela cresceu significativamente no período. Os dados da estatística industrial, feitos em 1920, demonstram este fato:

Tabela 3

## Estatística Industrial (1920)

ESTADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	CAPITAL EMPREGADO	VALOR DA PRODUÇÃO
Distrito Federal ...	1 451	56 229	444 669	666 275
Minas Gerais .....	1 242	18 552	89 775	172 060
Rio de Janeiro .....	454	16 794	126 206	184 161
Rio Grande do Sul ..	1 773	24 661	250 698	353 749
São Paulo .....	4 145	83 998	537 817	986 110
Demais Estados .....	4 180	75 278	369 000	626 821
TOTAL .....	13 336	275 512	1 815 156	2 989 176

FONTE: Reichel. Op.cit. p. 267. Recenseamento do Brasil, Rio de Janeiro, Departamento Geral de Estatística, 1972.

E inegável o aumento de estabelecimentos industriais durante a Primeira Guerra. Sabe-se, por intermédio do censo de 1920, que das 13.336 empresas existentes em 1919 no país, 5.396 (45%) foram fundadas entre 1915 e 1919. No Rio Grande do Sul, este número é de 720 (41%)<sup>26</sup>.

A partir da década de 20, observamos a aceleração do ritmo de desenvolvimento industrial concentrado em algumas regiões (apesar de ser uma característica que está presente desde o início das indústrias no Brasil). E a partir do fim da Primeira Guerra que a indústria paulista amplia definitivamente seu mercado, competindo vantajosamente com a de outras regiões. As indústrias gaúchas (menos especializadas), tendo de enfrentar esta realidade pós-guerra, especia-

lizaram-se, diminuindo o número de produtos e qualificando-os.

Com a crise do modelo agrário-exportador, o setor industrial brasileiro acentuou o processo de modernização, gerando um processo de concentração e centralização de capitais. Desapareceram ou fundiram-se as pequenas e médias indústrias, sobrevivendo as que possuíam capital suficiente para enfrentar a nova realidade competitiva.

Comparando o relatório apresentado ao então presidente do Estado Borges de Medeiros, em 1920, e a mensagem de Borges de Medeiros à Assembléia dos Representantes do Estado, em 1921, é possível flagrar a diminuição de estabelecimentos gaúchos na estatística industrial. Porém, aumentava o capital e a produção.

#### ESTATISTICA INDUSTRIAL DE 1919<sup>27</sup>

Número de estabelecimentos: 12.950

Capital investido: 160.000:000 \$

Produção: 420.000:000 \$

Força motriz em HP: 43.600

Número de operários: 65.000

#### ESTATISTICA INDUSTRIAL DE 1921<sup>28</sup>

Número de fábricas: 12.288

Capital em contos: 240.913

Produção em contos: 474.600

Número de operários: 66.000

Em função das condições histórico-estruturais da indústria gaúcha, sem o porte das situadas no eixo central do país (principalmente São Paulo), sedimentavam-se suas limitações e características. Coube à maior parte da indústria gaúcha que sobreviveu no findar da República Velha, centrar-se no mercado regional sem destacar-se no plano do mercado nacional. Mantiveram-se aquelas fábricas que se aproveitavam de matérias-primas produzidas no Estado, conseguindo desta forma baratear seu produto e competir com os outros Estados. Permaneceram em atividade indústrias ligadas à alimentação, couro, lã, bebidas, etc. Outros ramos tiveram sérias dificuldades para se desenvolver.

## NOTAS

- 1 Utilizar-se-á, neste trabalho, o termo "alemães" para indivíduos alemães (nascidos na Alemanha) e "teutos" para todas as pessoas de origem alemã (sem considerar a nacionalidade oficial).
- 2 WILLEMS, Emílio. Assimilação e populações marginais no Brasil. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1940. p. 41-42, 42 e 44, respectivamente.
- 3 A título de ilustração: em Santa Cruz do Sul, por exemplo, em cadastramento feito por Carlos Trein Filho em 1876 a 1880 (cerca de 30 anos após a fundação da colônia) sabe-se que excluídos os nascidos no Brasil, 90,53% dos habitantes haviam nascido em território do Reino da Prússia, apenas 8,92% em outras regiões da Alemanha e 0,55% eram de outras nacionalidades (Holanda, Bélgica, Suíça). Estes aspectos são desenvolvidos de forma pormenorizada in CUNHA, Jorge Luiz da. Os colonos alemães de Santa Cruz do Sul e a fumicultura. Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul - 1849-1881. Dissertação de Mestrado em História do Brasil, opção História Social, Departamento de História da U.F.Paraná, Curitiba, 1988.  
  
Também à colônia de Santa Cruz do Sul vieram alguns descontentes com a revolução de 1848, como o caso de Guilherme Koch que abriu uma escola que funcionou na colônia.
- 4 LANDO, Aldair Marli & BARROS, Eliane. A colonização alemã no Rio Grande do Sul, uma interpretação sociológica. 2. ed. Porto Alegre, Movimento, 1982. p.14.
- 5 ROCHE, op.cit., p. 157.
- 6 Ibid. Consideramos o termo "colono" no mesmo sentido de Jean Roche (p. 2, 3): "Durante todo o séc. XIX, colonizar é, de um lado, introduzir, com novos habitantes, mão-de-obra inexistente no lugar, e, de outro lado, empregá-la nos estabelecimentos agrícolas. Em todos os atos administrativos, na tribuna das assembleias parlamentares como na imprensa, a palavra colonização é assim entendida e usada exclusivamente". "O emprego da palavra colonização pelos brasileiros não provém, pois, de uma subordinação do imigrante à colonização, que é o fim dela. Falando-se de colonização alemã, entende-se a exploração de uma região, sob a direção do governo brasileiro, por mão-de-obra originária da Alemanha".
- 7 PESAVENTO, Sandra Jathay. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. p. 47.



- <sup>8</sup> ROCHE, op.cit., p. 114.
- <sup>9</sup> LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho. São Paulo, Perspectiva, 1975. p. 19.
- <sup>10</sup> RAMOS, José Hugo & OSORIO, Ivan Dall'igna. Rio Grande do Sul: industrialização posta à prova. Convênio entre a Diretoria do Ensino Industrial (MEC) e o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Porto Alegre, 1969. p. 30.
- <sup>11</sup> LAGEMANN, Eugênio. A industrialização no Rio Grande do Sul (um estudo histórico). Projeto: "Pequena e média empresas no Rio Grande do Sul". Relatório de pesquisa n. 4, agosto 1978. UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas-IEPE, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, p. 14.
- <sup>12</sup> AMSTAD, Theodoro (org.) Hundert Jahre Deutschland in Rio Grande do Sul: 1824-1924. Porto Alegre, Tipografia do Centro, 1924.
- <sup>13</sup> VERISSIMO, Erico. O tempo e o vento. O arquipélago III. Rio de Janeiro, Globo, 1987. p. 851.
- <sup>14</sup> TEJO, Limeira. "A indústria rio-grandense em função da economia nacional". In: Da Diretoria Geral de Estatística, ano de 1937. Porto Alegre, Oficina Gráfica do Globo, 1939, p. 19.
- <sup>15</sup> Entre eles estão o estudo de: Singer, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977. Pesavento, Sandra Jathay. RS: Agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. Roche, op.cit. Moure, Telmo. "A inserção da economia imigrante na economia gaúcha". In: RS imigração e colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980 Lagemann, op.cit. Reichel, Heloisa. "A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha". In: Dacanal, José H. & Gonzaga, Sergius (orgs.) RS: economia e política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979 Ramos & Osório, op.cit. Delhaes - Günther, Dietrich Von. Industrialisierung in Südbraasilien. Köln, Bohlau, 1973, entre outros.
- <sup>16</sup> PESAVENTO, História do Rio Grande do Sul. p. 49.
- <sup>17</sup> MOURE, op.cit. p. 98.
- <sup>18</sup> REICHEL, op.cit. p. 456.
- <sup>19</sup> RAMOS & OSORIO, op.cit., p. 47 e 50.
- <sup>20</sup> DELHAES-GUNTHER, op.cit., p. 264.

- 21 Os dados serão analisados posteriormente no trabalho.
- 22 ROCHE, op.cit., p. 506 e 508.
- 23 É evidente que os dados estatísticos não podem ser absolutizados, fato que já foi observado anteriormente no trabalho.
- 24 Exceto para os setores que dependiam de importação de matérias-primas como ferro, coque, cevada, etc. Suas alternativas foram diminuição de turnos ou substituição da matéria-prima.
- 25 REICHEL, op.cit., p. 266.
- 26 LAGEMANN, op.cit., p. 28.
- 27 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de agosto de 1890. II Vol. Repartição de Estatística. Seção Econômica. AHRGS.
- 28 Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente A.A. Borges de Medeiros. 2ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura, 20 de setembro de 1922. AHRGS.

## 2 - A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO EM SANTA CRUZ DO SUL

### 2.1 - A História do Município

#### 2.1.1 - De Colônia a Freguesia (1849-1859)

De acordo com os trabalhos feitos por Roche<sup>1</sup> e os estudos do CEBRAP<sup>2</sup>, esta fase da colônia de Santa Cruz caracteriza-se por uma economia de subsistência semelhante à de uma família camponesa medieval, como muito bem analisa Kautsky<sup>3</sup>. Os colonos, nesta fase, produzem para suprir suas necessidades básicas e praticamente inexistente o consumo de bens que não sejam produzidos na própria unidade familiar. A circulação de moeda também é rara e as relações econômico-comerciais são primárias, sendo predominante a troca de mercadorias. A produção de cada unidade familiar é uma economia auto-suficiente, praticamente inexistindo o excedente na produção agrícola.

Sabe-se<sup>4</sup> que, em 19 de dezembro de 1849, chegava a primeira leva ao Faxinal de João de Faria. Entre os fundadores da colônia, apenas um provinha da Prússia; os demais, todos da Silésia. Eram eles: Augusto Wutkhe, 42 anos, da Silésia, católico, moleiro; Francisca, sua mulher, 33 anos,

da Silésia, católica; Guilherme, filho, 14 anos, da Silésia, católico; Joana Maria, filha, 13 anos, da Silésia, católica; Lucas, filho, 6 anos da Silésia, católico. Frederico Tietze, 28 anos, da Silésia, evangélico, moleiro; Carlota, sua irmã, 30 anos, da Silésia, evangélica; Augusto Rafler, 26 anos, da Silésia, católico, lavrador; Augusto Mandler, 30 anos, da Prússia, evangélico, lavrador; Augusto Arnold, 43 anos, da Silésia, evangélico, lavrador. Observando-se a profissão e a filiação religiosa, a maioria se considera lavrador; dos adultos, apenas dois são moleiros; dos doze fundadores, sete são católicos e cinco, evangélicos. Mas é intenso o movimento imigratório para a colônia de Santa Cruz neste período. Os dados fornecidos por Ernesto Pellanda<sup>5</sup> confirmam o fato:

Tabela 1

## Movimento Imigratório da Colônia de Santa Cruz do Sul

ANO	NUMERO DE IMIGRANTES
1850	92
1851	120
1852	353
1853	169
1854	126
TOTAL	860

Outras fontes sobre a população de Santa Cruz do Sul também registram o crescimento vertiginoso.

Tabela 2

## População de Santa Cruz do Sul

ANOS	POPULAÇÃO
1849	12
1850	72
1851	175
1852	254
1853	692
1854	891
1855	1.022
1856	1.230 (abril) e 1.451 (dezembro)
1857	1.798
1858	2.221
1859	2.723

FONTE: Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1850 a 1859. AHRGS. Para o ano de 1849, Martin, Hardy Elmiro, op.cit. p. 33.

Ao compararmos a tabela anterior, percebemos que existem algumas disparidades. O ano de 1850, por exemplo, registra a entrada na região de 92 imigrantes. Como é possível, na presente tabela, estarem registrados, em 1850, apenas 72 habitantes? No mesmo sentido, em 1851 é constatada a entrada de 120 imigrantes, porém existem, em 1851, apenas 175 habitantes. Se somarmos apenas o número de entradas de imigrantes, de 1850 e 1851 (tabela anterior), o total de habitantes da região, em 1851, deveria ser de 212 habitantes e não apenas 175 como consta.

Estas aparentes incongruências, a nosso ver, devem-se ao problema de as fontes não esclarecerem a contabilização ou não das colônias privadas e da colônia oficial.

Sobre este crescimento, Jorge Luis da Cunha observa:

"Seu crescimento deve-se principalmente à chegada de novos imigrantes, mas é de importância também, especialmente depois de 1854, com a regulamentação da Lei de Terras e com a Lei Provincial nº 304, que possibilitam a compra dos lotes coloniais (na verdade obrigam a compra, como única alternativa de posse), a afluência de colonos ou filhos de colonos de colônias mais antigas dos vales dos rios dos Sinos e Cai, especialmente de São Leopoldo"<sup>8</sup>.

Apesar de a maioria dos imigrantes serem agricultores e ocuparem-se da agricultura, sabe-se que muitos eram artesãos, como por exemplo um grupo de 71 chefes de família chegados à colônia de Santa Cruz em 1853, entre os quais constavam 25 artesãos e 46 agricultores<sup>7</sup>.

Porém todos recebem uma porção de terra e oficialmente não podem exercer outras atividades que não sejam as ligadas à terra.

Interessante é o romance de Walesca de Assis que trata de uma história ocorrida na colônia de Santa Cruz no período em que Buffer era diretor. Podemos ver as dificuldades encontradas pelos imigrantes durante sua viagem e as expectativas referentes ao novo e desconhecido lar:

"- Eu vim no Louise Emilie. Eu naufraguei. Eu vivi meses da caridade alheia, num país estranho. Olhava para o mar, todas as manhãs, em busca do navio que nos levaria ao Brasil. O leite do meu peito secou e quase perdemos a pequena Traudi. Tivemos fome e ardemos em febre. Não havia médico nem comida. Mas havia a esperança e dessa esperança nos alimentamos por três longos meses. Confiávamos numa vida melhor; por isso abandonáramos

a velha pátria. Um dia o barco apareceu e finalmente partimos. Meu sogro, um homem bom, morreu na travessia. A ele prometemos, quando se ia ao mar, que perseguiríamos até o fim o sonho comum (...).

- Em Porto Alegre, fomos embarcados em canoas, para o que seria a última etapa da viagem. Pequenas barcas de seis remadores, para toda aquela gente cheia de bagagens. Nada de cobertura contra o sol e a chuva, nada de privadas, nada de cozinha. Naquele dia, atracamos duas vezes: uma para o almoço e outra para jantar e dormir. Nós mesmos preparávamos as refeições, com uma carne salgada e seca que só conseguimos cozinhar com a ajuda dos marinheiros. Dormimos ao relento, enquanto alguns homens vigiavam, junto ao fogo, possíveis feras. No segundo dia, os remadores estavam a tal ponto exauridos que alguns alemães se ofereceram para remar. Nesse dia, várias pessoas passaram mal da barriga e tivemos que encostar inúmeras vezes. No terceiro dia, coube às mulheres remarem, pois a maioria dos homens adoecera. Ao final da tarde, o tempo se tornou ameaçador e os marujos previram chuvas. Na metade da quarta manhã, molhados como peixes, desembarcamos em Rio Pardo. Nos conduziram a um galpão — parada prevista de um dia —, porque as carretas que levariam nossos pertences não estavam disponíveis. Três dias se passaram sem que as carretas aparecessem. Resolvemos partir. Acomodamos as tralhas no lombo das mulas e seguimos a pé. Por vários dias andamos. Por fim, dormentes dos pés à cabeça, nem o choro das crianças nos incomodava mais. Os poucos tropeiros que cruzavam conosco, gritavam 'Que Deus vos ajude!'. E ele nos ajudou como pôde, tanto que chegamos à colônia de Santa Cruz. A visão do vale, ganhamos alma nova e até o precário arranchamento na velha fábrica de farinha foi recebido com festejos. Estávamos em casa, e em casa tudo é melhor de suportar"<sup>B</sup>.

Os relatórios de Buff demonstram a situação precária em que se encontrava a colônia, como falta de espaço

para os imigrantes recém-chegados, falta de transporte para Rio Pardo, dificuldades de obtenção de remédios, etc. Apesar de predominar a atividade de desmatamento e subsistência, o diretor comenta que havia plantação de fumo com quantidade para a exportação<sup>9</sup>. Pode-se dizer que desde o início o fumo é cultivado na colônia e nos primórdios servia como produto de troca para obtenção de víveres não existentes na colônia (sal, ferramentas, remédios, etc.).

E a partir de 1854 (novembro) que a Província não distribuiu mais lotes gratuitos aos colonos. Só era permitida, através da Lei nº 304, a aquisição de terras mediante a compra.

Com o desenvolvimento da colônia, havia a necessidade de organizar um loteamento para ser centro administrativo e comercial. Esses lotes, destinados à localização da futura povoação começam a ser vendidos no início de 1855. O crescimento da população na povoação já pode ser notado, pois, de acordo com o Diretor Buff, em 1856 havia uma casa com telha, em fase de conclusão, três casas cobertas de taboinhas e mais sete cobertas de capim<sup>10</sup>.

Com a Lei nº 432 de 8.1.1859, a Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul decreta a elevação de colônia a freguesia a povoação de Santa Cruz no município de Rio Pardo. Poucos dias após, 26 de janeiro de 1859, o Diretor Buff pede para ser exonerado do cargo alegando motivos particulares e pouca remuneração<sup>11</sup>.



No dia 10 de março do mesmo ano, toma posse o novo Diretor Antônio Prudente da Fonseca, que permanece por pouco tempo, até 1860<sup>12</sup>.

### 2.1.2 - O Período de 1860 a 1881

Novamente nos baseando nas etapas econômicas de Santa Cruz do Sul, caracterizadas pelos trabalhos do CEBRAP e de Jean Roche<sup>13</sup>, situa-se este período como o de desenvolvimento da agricultura e o da produção de excedentes para a exportação.

O cargo de diretor da colônia, após Antônio Prudente da Fonseca, é exercido por Carlos Schwerin (agrimensor), que permaneceu até 1863; Floriano Zurowski, com um curto espaço, somente até 1864; Affonso Pedro Mabilde (belga), de 1864 a 1869; seguido por Carlos Trein Filho (agrimensor), nomeado em 1869. Carlos Trein Filho fora encarregado pelo governo da Província para fazer uma nova medição, discriminação e demarcação de todos os lotes já medidos na ex-colônia de Santa Cruz do Sul, com o objetivo de poder passar os títulos de propriedade aos colonos, pois este era um grave problema na região. Também era responsável pela cobrança das dívidas dos colonos advinda de auxílios recebidos do governo. Politicamente a freguesia de Santa Cruz do Sul pertencia ao 1º distrito eleitoral da Província e ao colégio de Rio Pardo, sendo que em Santa Cruz do Sul apenas um habitante podia votar para as eleições de deputados gerais e provinciais<sup>14</sup>. Com a emancipação da

Colônia, em 30 de outubro de 1872, aprovada pela Assembléia Legislativa Provincial, ficam extintos os cargos de Diretor e ajudante de Diretor, sendo Santa Cruz do Sul considerado distrito do município de Rio Pardo. Nesta situação, os trabalhos de Carlos Trein Filho ficam suspensos, porém com a pressão do agente intérprete de colonização Walter Luiz Kraemer o problema é solucionado e Carlos Trein Filho passa a chefiar uma comissão encarregada de recomeçar o recadastramento (cujo trabalho é concluído em 1881)<sup>15</sup>. A emancipação da colônia de Santa Cruz do Sul durou apenas cinco anos, pois logo foi transformada em município autônomo. Porém a Câmara Municipal somente foi instalada em 28 de setembro de 1878. Durante o período de emancipação, a administração fica a cargo da Câmara Municipal de Rio Pardo. A partir da instalação da Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul, o Presidente da Câmara exerce o cargo político administrativo máximo. Esta situação é alterada com a Proclamação da República (assunto que será tratado mais pormenorizadamente no próximo capítulo).

O crescimento da população continua intenso, os dados fornecidos por Menezes<sup>16</sup>, Pellanda<sup>17</sup>, Relatório de Koseritz<sup>18</sup> e Jorge Luís da Cunha<sup>19</sup>, o demonstram:

Tabela 3

## População de Santa Cruz do Sul

ANOS	POPULAÇÃO
1860	2 500 (estimativa)
1863	3 367
1865	4 542 (incluída a partir deste ano a população da Colônia de Monte Alverne)
1866	4 794
1867	4 794
1870	5 808
1872	7 310
1880	11 000 (estimativa)
1881	18 000

Obs.: As diferenças de 1870 e 1872, comparando os dados fornecidos por Jorge Luís da Cunha, baseados em Koseritz:

. 1870: 3.934 habitantes

. 1872: 6.460 habitantes,

ocorrem devido à exclusão da população "não oficial" das colônias particulares adjacentes e Menezes as inclui.

A produção agrícola sofre uma vertiginosa ascensão; da mesma forma podemos observar o movimento comercial gerando uma fonte de acumulação:

Tabela 4

Santa Cruz do Sul  
Produção Agrícola

PRODUTOS	1862	1881
Milho .....	3 000 kg	13 333 kg
Feijão .....	780 kg	1 875 kg
Batata-inglesa .....	330 kg	937 kg
Mandioca .....	-	93 kg
Trigo .....	2 kg	-
Arroz .....	4 kg	93 kg

FONTE: Roche, op.cit, p. 311.

Tabela 5

Fumicultura em Santa Cruz do Sul  
(1861 a 1881)

ANO	PRODUÇÃO (em kg)	EXPORTAÇÃO (em kg)
1861	82 500	70 500
1862	109 500	97 500
1863	120 000	105 000
1864	259 500	217 500
1866	356 655	226 680
1869	600 000	600 000
1870	-	675 000
1871	800 000	747 909
1872	-	600 000
1875	-	1 175 200
1876	1 600 000	1 531 735
1881	1 600 000	1 575 000

FONTE: . Pasta nº 8 do AHCM.  
. Cunha, Jorge Luiz da. op.cit, p.186.†

Tabela 6

Santa Cruz do Sul  
Movimento Comercial

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1859	90:000\$000 réis	54:000\$000 réis	36:000\$000 réis
1860	121:000\$000 réis	69:000\$000 réis	52:000\$000 réis
1861	195:000\$000 réis	92:650\$000 réis	102:350\$000 réis
1862	130:000\$000 réis	107:000\$000 réis	23:000\$000 réis
1863	150:000\$000 réis	110:000\$000 réis	40:000\$000 réis
1864	108:000\$000 réis	113:238\$000 réis	-5:238\$000 réis
1865	140:000\$000 réis	135:000\$000 réis	5:280\$000 réis
1866	180:970\$000 réis	166:700\$000 réis	14:270\$000 réis
1868	240:700\$000 réis	167:225\$000 réis	73:475\$000 réis
1869	394:000\$000 réis	280:000\$000 réis	114:000\$000 réis
1870	442:500\$000 réis	290:000\$000 réis	152:500\$000 réis
1872	380:000\$000 réis	320:000\$000 réis	60:000\$000 réis
1875	425:000\$000 réis	300:000\$000 réis	125:000\$000 réis
1880	630:100\$000 réis	sem informação	sem informação
1881	600:100\$000 réis	440:000\$000 réis	160:100\$000 réis

FONTE: . Pellanda, op.cit, pp.81-4.  
. Cunha Jorge Luiz da. op.cit, p. 167.

Os dados sobre a exportação de fumo, comparados com os da produção e o valor de outros produtos coloniais, permitem-nos concluir que a grande parte da produção de fumo na região destina-se à exportação: 1861 - 85,45%; 1862 - 89,04%; 1863 - 87,5%; 1864 - 83,81%; 1866 - 63,55%; 1871 - 93,47%; 1876 - 95,73%; e 1881 - 98,43%. O fumo é um dos produtos que mais valor traz para a região.

Tabela 7

Produção de 1865 a 1866

PRODUTOS	VALOR
Milho .....	62:113\$000
Feijão .....	33:009\$180
Linhaça .....	1:340\$000
Cevada .....	9:892\$800
Centeio .....	3:288\$000
Trigo .....	3:832\$000
Trigo sarraceno .....	38\$400
Lentilhas .....	125\$000
Painço .....	26\$000
Arroz .....	2:135\$400
Rapps (colza) .....	45\$000
Amendoins .....	72\$000
Cebolas .....	20\$000
Batatas-doces .....	27\$840
Batatas-inglesas .....	16:922\$250
Ervilhas .....	1:672\$500
Favas .....	481\$125
Algodão .....	396\$600
Cera .....	635\$600
Mel .....	486\$208
Linho cânhamo .....	1:712\$656
Fazendas de linho .....	1:112\$640
Mandioca .....	320\$000
Cana-de-açúcar .....	3:186\$000
Aguardente .....	496\$800
Vinho .....	7:804\$800
Abóboras .....	14:403\$338
Fumo preparado .....	120:000
Fumo .....	77:683\$000
SOMA TOTAL DA PRODUÇÃO .....	243:304\$137

Tabela 8

## Exportação da Colônia em 1870

PRODUTOS	VALOR
45 000 arrobas de fumo .....	292:000\$000 réis
6 000 sacas de feijão .....	45:000\$000 réis
3 000 arrobas de banha .....	30:000\$000 réis
3 000 arrobas de toucinho ....	21:000\$000 réis
20 000 arrobas de erva .....	44:000\$000 réis
produtos diversos - charuto, cera, ervilha, etc. ....	10:000\$000 réis
TOTAL .....	442:000\$000 réis

FONTE: Relatório de Carlos Trein Filho ao agente intérprete da colonização. 1871. AHCM.

Podemos relacionar o crescimento da produção agrícola com o concomitante desenvolvimento de casas comerciais. Sabe-se que aumenta o número de pessoas que querem morar na povoação, geralmente artesãos ou negociantes. Em 1866, já se tem notícia de sete casas comerciais na povoação, que fazem a intermediação da compra e venda de mercadorias coloniais, e dez comerciantes situados nas linhas das colônias, todos estes centros encarregados de fazer a compra e o abastecimento da região. O processo também é observado por Rute E. Godinho:

"O desenvolvimento das atividades comerciais ocorre estreitamente relacionado ao crescimento da agricultura voltada para a 'exportação'. Como já mencionado anteriormente, os comerciantes ocupavam-se não apenas do comércio local, mas também das atividades de exportação dos produtos agrícolas, além de funcionarem como 'banqueiros' guardando e emprestando dinheiro aos colonos. Nas transações comerciais com os colonos, os comerciantes praticamente controlavam os

preços dos produtos, pois detinham o monopólio das 'exportações'. O colono não tinha acesso direto aos compradores. Os comerciantes então como intermediários, monopolizadores das exportações, retinham parcela do excedente monetário do agricultor. Esse procedimento associado à intensificação das atividades comerciais, ocorrida com a melhora dos meios de transporte, proporcionou aos comerciantes um também mais intenso processo de acumulação"20.

Evidente que as atividades de subsistência permanecem, mas este é um período marcado pela diversificação e comercialização dos produtos coloniais, sendo o fumo um dos mais comercializados.

O relatório de Affonso Mabilde, de 1866, nos informa sobre as atividades profissionais da época. Nele podemos observar que já existem atividades artesanais na povoação, apesar de os artesãos em atividade na sua maioria oferecerem seus serviços na área rural, estando 16,8% destes profissionais em atividade na povoação e 45,14% nas linhas:

Tabela 9

## Atividades Profissionais

PROFISSAO	No (%)		NA PO- VOAÇÃO		NAS LINHAS		TOTAL	
			No	(%)	No	(%)	No	(%)
Alfaiates .....	20	5,25	2	0,53	3	0,79	5	1,31
Amolador de te- souras .....	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Abridor de me- tais .....	1	0,26	-	-	1	0,26	1	0,26
Abridor de pe- dras finas ...	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Boleiro .....	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Canteiro .....	1	0,26	1	0,26	-	-	1	0,26
Coeiro .....	1	0,26	-	-	-	-	-	-

PROFISSAO	No	(% )	NA PO- VOAÇÃO		NAS LINHAS		TOTAL	
			No	(%)	No	(%)	No	(%)
Carpinteiro . . . .	18	4,73	2	0,53	9	2,36	11	2,89
Construtor de moinhos . . . . .	3	0,79	-	-	3	0,79	3	0,79
Carneiros . . . . .	4	1,25	3	0,79	-	-	3	0,79
Carreteiros . . . .	8	2,10	5	1,31	1	0,26	6	1,57
Cortidores . . . . .	7	1,84	3	0,79	2	0,53	5	1,31
Cordoeiro . . . . .	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Destiladores . . .	15	3,94	-	-	15	3,94	15	3,94
Encanador . . . . .	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Estalajadeiro ..	1	0,26	1	0,26	-	-	1	0,26
Escultores . . . . .	2	0,53	1	0,26	-	-	1	0,26
Ferreiros . . . . .	20	5,15	2	0,53	7	1,84	9	2,36
Ferreiros apren- dizes . . . . .	3	0,79	2	0,53	-	-	2	0,53
Ferradores . . . . .	2	0,53	1	0,26	-	-	1	0,26
Fabricantes de pregos . . . . .	6	1,57	-	-	-	-	-	-
Fabricantes de carros . . . . .	9	2,36	-	-	3	0,79	3	0,79
Fabricantes de sapatos de pau	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Fabricantes de cerveja . . . . .	9	2,36	2	0,53	7	1,84	9	2,36
Fabricantes de escovas . . . . .	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Fabricantes de panos de lã ..	3	0,79	-	-	-	-	-	-
Fabricantes de charutos . . . . .	11	2,89	7	1,84	3	0,79	10	2,62
Fabricantes de armas de fogo	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Fabricantes de vidro . . . . .	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Falquejador . . . .	1	0,26	-	-	1	0,26	1	0,26
Funileiros . . . . .	5	1,31	1	0,26	3	0,79	4	1,05
Funileiro apren- diz . . . . .	1	0,26	1	0,26	-	-	1	0,26
Fundidor de fer- ro . . . . .	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Lapidadores . . . .	2	0,53	-	-	-	-	-	-
Limpador de cha- minés . . . . .	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Marceneiros . . . .	22	5,77	3	0,79	1	0,26	4	1,05
Moleiros . . . . .	14	3,67	1	0,26	13	3,41	14	3,67
Mineiros . . . . .	2	0,53	-	-	-	-	-	-
Moldador em fer- ro . . . . .	1	0,26	-	-	-	-	-	-



PROFISSAO	No	(% )	NA PO- VOAÇÃO		NAS LINHAS		TOTAL	
			No	(%)	No	(%)	No	(%)
Maquinista .....	11	0,26	-	-	-	-	-	-
Músicos .....	7	1,84	-	-	7	1,84	7	1,84
Marinheiro .....	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Negociantes ....	18	4,73	7	1,84	10	2,62	17	4,40
Ourives .....	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Oleiros .....	2	0,53	2	0,53	-	-	-	-
Pedreiros .....	25	6,57	4	1,05	16	4,19	20	5,25
Padeiros .....	6	1,57	1	0,26	-	-	1	0,26
Polidor de aço .	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Sapateiros .....	34	8,93	4	1,05	9	2,36	13	3,41
Serralheiros ...	5	1,31	1	0,26	-	-	1	0,26
Seleiros e lom- bilheiros ....	3	0,79	2	0,53	-	-	2	0,53
Taboeiros .....	2	0,53	-	-	-	-	-	-
Tecelões .....	54	14,70	-	-	54	14,17	54	14,17
Tintureiro .....	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Torneiros .....	3	0,79	1	0,26	-	-	1	0,26
Toucineiros ...	2	0,53	1	0,26	-	-	1	0,26
Tanoeiros .....	3	0,79	1	0,26	-	-	1	0,26
Tamanqueiros ...	3	0,79	2	0,53	1	0,26	2	0,79
Veterinário .....	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Vidraceiro .....	1	0,26	-	-	-	-	-	-
Vinhateiros ....	3	0,79	-	-	3	0,79	3	0,79
Veleiro .....	1	0,26	-	-	-	-	-	-
TOTAIS .....	381	100,00	64	16,80	172	45,14	236	61,94

FONTE: RELATORIO DE AFONSO MABILDC, DE 1866. (COLONIA  
ZACAS 288). AHRGS.

Podemos inferir que a maioria dos mestres de artes e ofícios localizados nas linhas exercem concomitantemente atividades na lavoura. Interessante a observação que podemos fazer a respeito dos 18 negociantes existentes na colônia de Santa Cruz do Sul; permanecem nas linhas (meio rural) dez, significando 55,55% e, como já se havia anteriormente mencionado, 7 permanecem na povoação, ou 38,88%. Não se tem notícia da localização de apenas um. Outro fato que chama atenção são os fabricantes de charuto: dos 11 existentes na

colônia, 7 exercem sua atividade na povoação, equivalendo a um percentual de 63,6% e apenas 3 nas linhas, num percentual de 27,3%. Não se sabe a localização de apenas um desses fabricantes.

Sobre a evolução dos estabelecimentos agrícolas e industriais (fabris), feito um levantamento através dos relatórios, percebe-se que a ocupação dos lotes agrícolas continua ocorrendo, visto o aumento do número de estabelecimentos de lavouras. Os dados não demonstram onde se situam os estabelecimentos fabris, porém podemos supor que ainda continuam basicamente na área rural, visto que a tabela anterior, retratando os profissionais artesãos no período de 1866, indicam essa situação. Com relação aos estabelecimentos fabris, certamente são artesanais, isto apesar de os documentos não serem precisos na classificação:

Tabela 10

## Estabelecimentos Agrícolas e Industriais

ESTABELECEMENTOS	JANEIRO 1863	DEZEMBRO 1863	1866	1869
Lavoura .....	-	749	-	816
Moinhos .....	9	11	9	13
Atafonas .....	1	2	-	-
Engenho óleos vege- tais .....	3	5	5	2
Engenho aguardente de cana .....	5	11	15	15
Fábrica vinagre .....	-	-	-	-
Serraria .....	-	-	1	1
Curtumes .....	2	2	5	2
Fábrica lombilho ...	1	3	2	2
Fábrica carros .....	1	2	-	-
Ferrarias .....	8	10	9	4
Casa negócio grande trato .....	-	-	-	-

ESTABELECEMENTOS	JANEIRO 1863	DEZEMBRO 1863	1866	1869
Casa negócio pequeno				
trato .....	19	24	17	17
Alfaiatarias .....	2	4	5	13
Sapatarias .....	2	4	13	9
Engenho erva .....	1	-	2	3
Olaria .....	1	-	1	-
Cordoaria .....	-	-	1	2
Fábrica charutos ...	-	-	5	2
Tandarias .....	-	-	1	5
Açougue .....	-	-	3	1
Marcenaria .....	-	-	4	5
Oficina tamanqueiros	-	-	3	4
Funilarias .....	-	-	4	3
Padarias .....	-	-	1	2
Cervejaria .....	-	-	9	7

FONTE: Para os anos de 1863 e 1869: Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Sul. Para o ano de 1866: Relatório do Diretor da Colônia de Santa Cruz do Sul, Affonso Mabilde. (AHRGS - Colonização 288).

Em 1870, juntou-se a esses empreendimentos a primeira serraria a vapor de propriedade de Emilio Textor. Tínhamos, portanto, 11 moinhos, 2 atafonas (moinho manual ou moinho por cavalgadas), 11 engenhos de açúcar, 5 fábricas de azeite, 5 curtumes, 3 fábricas de arreo, 2 fábricas de carretas, 11 ferrarias, 4 alfaiatarias, 5 sapatarias, 1 engenho de secar ervas, 1 fábrica de cordas, 1 fábrica de sabão, 1 fábrica de velas<sup>21</sup>. É evidente que esses estabelecimentos são baseados em atividades artesanais, provavelmente com utilização de mão-de-obra familiar.

De acordo com dados obtidos do relatório de Carlos Trein Filho, temos a informação de que, em 1872, dezoito

anos depois de iniciada a colonização de Santa Cruz do Sul, já existiam: 60 "estabelecimentos industriais", 26 casas comerciais, 365 rodas de fiar, 41 teares e 87 "carros".

Julgamos conveniente ressaltar que as informações obtidas por intermédio de relatórios não podem ser vistas como um retrato completo do universo em questão, mesmo porque os critérios desses relatórios não são suficientemente claros para conclusões mais exatas.

### 2.1.3 - O Período de 1882 a 1917

Seguindo os períodos econômicos propostos (ver nota 12), caracteriza-se esta fase como:

"o período é marcado pela integração da área à divisão inter-regional do trabalho, através da sua incorporação ao mercado capitalista iniciada no período anterior, e por processos, associados ao primeiro que criaram as pré-condições para a penetração capitalista em sua economia"<sup>22</sup>.

O crescimento da população continua:

Tabela 11

## População de Santa Cruz do Sul

ANOS	POPULAÇÃO
1890	15 572
1900	23 122
1910	30 010
1911	32 000
1913	35 000
1914	31 500
1915	33 000
1916	33 000
1917	36 000

FONTE: . Menezes, op.cit, p.276.

- . Relatório Paroquial da Arquidiocese de Porto Alegre. AHRGS.
- . Anuário da Província do RGS para o ano de 1892. Recenseamento feito em 31 de dezembro de 1890. AHRGS.
- . Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Ano I, set./out. 1912, nº 4, Rio de Janeiro (publicado pelo Serviço de Informações e Divulgação). Redação: Bacharel F. Carlos de F. Araujo. Revisão: João Vampré e J.B. da Fontoura Xavier. IHGRGS.

Obs.: Se de acordo com a anterior tabela da população em 1881 havia 18.000 habitantes, os 15.572 citados para 1890 devem-se à falta de clareza nos critérios, já citados.

Este crescimento contínuo da população se deve em grande parte à taxa de natalidade elevada. Jean Roche observa este fato:

"Santa Cruz, que em 1855 (cinco anos após sua fundação), possuía, em média, 2,3 filhos por família, em 1890 (ao cabo de quarenta anos) compreendia 3 filhos por família e, em 1906 (ao fim de duas gerações matrimoniais), 5. Em 1872, todas as mulheres de mais de 16 anos estavam casadas, e em Santa Cruz, como nas

outras colônias, as viúvas, todas, tornavam a casar passado o período de viuvez"<sup>23</sup>.

Em 1908, conforme o Boletim da Diretoria de Estatística<sup>24</sup>, Santa Cruz do Sul é o oitavo município do Estado do Rio Grande do Sul "com maior crescimento da população pelo excesso de nascimentos".

Da mesma forma, podemos constatar o desenvolvimento do comércio de exportação, com exceção do período de 1890 a 1900, onde os dados disponíveis acusam uma pequena queda do valor da exportação. O período da Primeira Guerra demonstra o não afetamento da economia da exportação geral da região, sabendo-se, inclusive, que ela favoreceu os produtos agrícolas, que aumentaram de preços.

Tabela 12

## Valor da Exportação Geral do Município

ANOS	VALOR
1890	1 280:000\$000
1895	1 258:900\$000
1900	1 180:000\$000
1907	2 500:000\$000
1910	2 560:000\$000
1916	2 908:860\$000
1917	3 615:605\$000

FONTE: . Cunha, Ernesto Antônio Lassance. Rio Grande do Sul. Contribuição para o estudo de suas condições econômicas. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, p.130.

. Pellanda, op.cit, p.88.

. Relatório dos Negócios de Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. Desembargador Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado

João José Pereira Parobé, em 31 de julho de 1889. AHRGS.

. Relatório apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. Antônio Marinho L. Chaves, Secretário da Fazenda pelo Diretor Geral do Tesouro do Estado, Dr. Francisco Thompson Flores, 1916. AHRGS.

Conforme as mensagens<sup>25</sup> apresentadas ao Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul, podemos observar que durante a administração do então intendente Galvão Costa (início e meados da Primeira Guerra Mundial) a economia não foi muito abalada. Em 15 de outubro de 1915, a mensagem apresentada ao Conselho Municipal relata que, ao iniciar o ano de 1914, a impressão é de que a Primeira Guerra Mundial na Europa iria repercutir na vida econômica do país e do município de forma negativa:

"Graças, porém, à laboriosidade indefesa dos santa-cruzenses, podemos dizer, com satisfação, que a crise geral quase foi imperceptível entre nós. Com efeito, os temores justificados de uma brusca depressão das forças produtoras e da receita municipal muito pouco se fizeram sentir no exercício de que trato".

A mensagem de 15 de outubro de 1916 pelo então intendente Galvão Costa demonstra novamente a tranqüilidade financeira do município:

"Conquanto sob as apreensões da crise financeira que afeta a vida de todo o País, prosseguiram normalmente neste período os trabalhos a cargo da Intendência (...)" "(...) a receita ordinária do exercício de 1915 também não teve precedente, isto é, foi a maior que se tem registrado!". "Constatando estes fatos, sinto-me possuído de justificada ufania, pois que vejo neles não só o desdobramento do progresso do município,

como a sua crescente prosperidade financeira". "Quanto às fontes de arrecadação, todas cresceram, mas a expedição de produtos elevou-se ao máximo até agora arrecadado (...)"

Porém na administração de Gaspar Bartholomay podemos perceber algumas conseqüências da guerra no município. Em mensagem de 15 de outubro de 1917, refere-se ao período como:

"(...) época de excepcionais incertezas de ordem econômica-financeira". "Deste último balancete (janeiro à setembro de 1917) verificareis que existe uma depressão relativamente acentuada na arrecadação de impostos da receita ordinária. Trata-se especialmente do imposto da expedição de produtos. Também o nosso município, apesar de sua sólida estrutura econômica não escapou dos efeitos do quadro difícil que atravessa quiçá o mundo inteiro".

Continua este período com a importância da produção do fumo destinada, na sua maior parte, para exportação. Apesar de em 1895 o fumo cair para 2º lugar em termos do valor da produção em Santa Cruz do Sul, ficando o milho em 1º e a banha em 3º, na exportação ele continua sendo o produto mais destacado da economia santa-cruzense em termos de valor (réis). Nos anais da Câmara Municipal também é mencionada a cultura do fumo, neste período, como a principal fonte de receita municipal<sup>28</sup>.



Tabela 13

## Produção e Exportação de Fumo em Santa Cruz do Sul

ANO	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO
1886	1 750 000 kg	1 677 480 kg
1891	1 450 000 kg	1 328 500 kg
1895	1 960 500 kg	1 521 500 kg
1900	1 120 000 kg	1 086 290 kg
1905	1 440 000 kg	1 598 640 kg
1910	2 180 000 kg	2 176 094 kg
1915	3 150 000 kg	3 144 000 kg

FONTE: Pasta nº 8 do AHCM.

Obs: Em 1905, a exportação é maior que a produção nos dados oficiais obtidos. Provavelmente duas explicações são plausíveis: erro de impressão, ou exportação do produto acumulado no ano anterior.

O Rio Grande do Sul, em 1911, é o terceiro Estado em produção de fumo do Brasil<sup>27</sup>. Em nível dos maiores valores de produção em 1915, 1916, 1917 do Estado, o fumo posiciona-se nestes períodos consecutivos em 4º lugar, estando apenas os tecidos, bebidas e calçados, respectivamente, à frente<sup>28</sup>.

O mercado para exportação de Santa Cruz do Sul não se limita ao nacional, pois, em 1916, do total do valor oficial exportado, destinam-se em torno de 63,63% ao mercado nacional, 36,36% ao mercado internacional; em 1917, destinam-se 66,57% ao mercado nacional e 33,42% ao mercado internacional.

Um fato importante para o desenvolvimento de Santa Cruz do Sul é a construção da estrada de ferro, que facilitou a circulação das mercadorias produzidas na região.

Esta foi uma reivindicação da comunidade que pode ser constatada desde 1882. Já em março deste ano, a Câmara (representada pelos comerciantes da comunidade) pediu, em ofício, uma estação, remetendo demonstrativo da exportação e importação do município. A reivindicação continua e em abril de 1883 a Câmara Municipal envia ao Presidente da Província uma petição para construir uma via férrea de cujo "privilégio" o Major Frederico Guilherme Bartholomay (figura política de destaque na comunidade, neste período, era Presidente da Câmara Municipal, possuidor de loja comercial) era concessionário:

"A Câmara remete à presidência da Província, pedindo encaminhar ao seu destino, a seguinte petição. Senhor! A Câmara Municipal da Vila de São João de Santa Cruz, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, solicita pelo engrandecimento do município que representa, não pode deixar de levantar sua voz e com o devido acatamento e debaixo da maior submissão e respeito rogar à Vossa Magestade Imperial o merecido acolhimento à pretensão do Major Frederico Guilherme Bartholomay (proprietário de um privilégio para a construção de uma via férrea que, partindo desta vila deve entroncar na estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, cujo projeto não pode ser realizado sem garantia de juros por parte do Sábio e Paternal Governo de Vossa Magestade Imperial"<sup>29</sup>.

Por ato nº 92 de 15 de setembro de 1885, o Presidente Provincial aprovou os estudos definitivos para a construção da estrada de ferro que ligaria Santa Cruz do Sul a Rio Pardo. Somente em abril de 1888, foi aprovado definitivamente o respectivo ato pela lei nº 1688, e apenas em 19 de novembro de 1905 foi inaugurado oficialmente o

ramal ferroviário entre Santa Cruz do Sul e a estação do Couto.

Esteve presente ao ato o então Presidente do Estado, Borges de Medeiros, que aproveitou a oportunidade para elevar Santa Cruz do Sul à categoria de cidade. A reivindicação por uma estrada de ferro foi uma luta constante por parte das lideranças políticas da comunidade, e seus efeitos sobre a economia local são visíveis<sup>30</sup>:

"O exemplo mais característico da influência da estrada de ferro sobre o crescimento da exportação agrícola é o de Santa Cruz do Sul. A tonelagem lá passou de 3.451 toneladas em 1904, para 3.827 em 1906, 3.915 em 1907, 5.398 em 1908, 6.102 em 1909, 6.521 em 1910, aumentando 89% em cinco anos. A exportação quase dobrou instantaneamente e mudou de composição, estimulando a produção através de novas perspectivas. De um lado, a elevação das antigas exportações é sensível: a banha subiu 133%, o feijão 165%, o fumo 271%, a batata 412%, o milho 726%, de outro lado, apareceram novos produtos (melaço, frutas, ricino, ovos e aves, manteiga, que passou de 3.928 quilogramas, em 1906, para 13.605, em 1909) cuja entrada no círculo econômico aumentou a prosperidade local".

As reivindicações para o desenvolvimento econômico da comunidade, por intermédio da Câmara Municipal, não se limitam ao ramal ferroviário, pois a necessidade de vias de comunicação para o relacionamento com outros municípios também demonstra esta identidade entre a Câmara Municipal e os interesses comerciais-industriais. Em novembro de 1882, a Câmara solicita ao Governo Provincial o estabelecimento de uma linha telegráfica entre Rio Pardo e Santa Cruz do Sul.

Em junho de 1887 (5 anos após), a Câmara reclama novamente, dizendo que

"reconhecendo a urgente necessidade de uma estação telegráfica nesta Vila, que estabeleça comunicação com a capital da Província, a população desta fertilíssima região colonial reclama, escudada num direito incontestável, a realização de tão útil melhoramento".

Apenas em 1888, pela Lei nº 1688, de 13 de janeiro, o Presidente da Província autoriza a prestar um auxílio de 30:000\$000 ao Ministério da Guerra para o estabelecimento de uma rede telegráfica entre Rio Pardo e Nonoai, passando por Santa Cruz do Sul; em maio de 1889, foi inaugurada a estação telegráfica<sup>31</sup>. Em agosto de 1906, também é inaugurada a iluminação pública e particular da cidade. Houve, para comemoração, um baile no salão nobre da Intendência.

O desenvolvimento econômico da comunidade também pode ser detectado pela fundação de alguns bancos neste período. O Banco da Província chega a Santa Cruz do Sul em 1917, mas outro banco foi fundado em 1904, por iniciativa de um padre Theodoro Amstad, sob a denominação de "Caixa Cooperativa de Santa Cruz do Sul", chamado posteriormente de Banco Agrícola Mercantil e atualmente de Unibanco. A primeira reunião realizou-se no salão da "Aliança Católica", segundo documento da ata da fundação. A finalidade do banco era manter uma secção de depósitos e outra de empréstimos a juros módicos a seus associados. Apesar de ser um banco de iniciativa de um padre católico (entre os 21 membros fundadores, apenas 5 eram protestantes [luteranos] e o

restante, católicos), chama-nos atenção o fato de que os cargos principais da primeira diretoria (Presidente e Secretário) serem dos protestantes (luteranos), perpetuando-se este fato nas diretorias subseqüentes<sup>32</sup>.

A fundação dos bancos na povoação<sup>33</sup> está intimamente relacionada ao surgimento e desenvolvimento do comércio e da indústria da região<sup>34</sup>.

Segundo Jean Roche<sup>35</sup>, em Santa Cruz do Sul, no ano de 1900, havia 127 comerciantes para 200 comerciantes em 1913, com um aumento de 73 comerciantes em apenas 13 anos. Sabe-se, também, que em 1916 havia, segundo relatórios oficiais<sup>36</sup>, no município de Santa Cruz do Sul 120 casas comerciais, com um capital empregado de 1.800:000\$ e 300 empregados.

Sem o objetivo de entrar neste momento nas referências sobre o que delimita o campo do artesanato e a indústria fabril<sup>37</sup>, julgamos necessário referir a existência de empresas artesanais e o quadro de profissionais estabelecidos na região. Segundo Jean Roche<sup>38</sup>, em 1885 havia, em termos de empresas artesanais rurais elementares em Santa Cruz do Sul:

"4 moinhos, 8 ferreiros, 12 carpinteiros, 4 tecelões, 6 alfaiates, 11 sapateiros e 1 celeiro".

De acordo com o autor, o artesanato rural atinge seu ápice no período de 1880 a 1890. Logo após, por não se adaptar, entra num processo de estagnação ou desaparecimento. Roche observa que, em Santa Cruz do Sul, com exceção das áreas da

manufatura de fumo e máquinas agrícolas, que podem ser considerados estabelecimentos industriais, quase todas as empresas se haviam mantido artesanais. O jornal Kolonie, de 21 de maio de 1892, faz um levantamento das "indústrias"<sup>39</sup> existentes em Santa Cruz do Sul:

- 1) Fundições: 3 (Schreiner, Lau e filhos, Binz).
- 2) Fábrica de formas para sapatos: 1 (Kolberg).
- 3) Engenhos de Sarrarias: 3 (Külheis, Meyer, Textor).
- 4) Fábrica de tachos de cobre e latão: 1 (Baumhardt).
- 5) Fábrica de telhas e tijolos: 3 (Eick, Dahlem, Heinrich).
- 6) Fábrica de cal: 1 (Kölzer).
- 7) Fábrica de fumo: 2 (Krische, Jeske),

perfazendo um total de 14 estabelecimentos. Não é possível afirmar que este é o universo total existente, bem como quais os critérios utilizados no levantamento. No mesmo sentido, na edição de 01 de junho de 1895 do mesmo jornal, é feito um levantamento sobre as "indústrias" da comunidade. Nesse trabalho, não aparece o ramo do estabelecimento, mas a força das "máquinas" (HP) e o local (rural ou urbano). O universo tratado também não é a totalidade, pois, sabe-se, por exemplo, que em 1893 foi fundada a firma Gründling Irmãos, no ramo da metalurgia<sup>40</sup>, que permanece até hoje em Santa Cruz do Sul. Na vila de Santa Cruz do Sul, havia então 14 estabelecimentos, perfazendo um total de 14 máquinas, com 66 HP, de propriedade de:

- 1) Felipe Heuser & Cia: 8 HP.
- 2) Abrahão Tatsch e herdeiros: 8 HP.
- 3) Ricardo Textor: 7 HP.
- 4) Carl Caspary: 6 HP.
- 5) Guilherme Eichenberg: 5 HP.
- 6) Wilhelm Lamberts: 4 HP.
- 7) Joseph Binz: 4 HP.
- 8) Albino Yeske: 4 HP.
- 9) Peter Koelzer: 4 HP.
- 10) José Kolberg: 4 HP.
- 11) Guilherme Schreiner: 4 HP.
- 12) Peter Kroth: 4 HP.
- 13) Henrique Meurer: 3 HP.
- 14) Luiz Rech. 2 HP.

Situavam-se na Picada Velha, Rio Pardinho e outras picadas anexas, de acordo com o levantamento 18 estabelecimentos, perfazendo um total de 18 máquinas, com um total de 85 HP, de propriedade de:

- 1) Werlang: 8 HP.
- 2) Melchior: 3 HP.
- 3) Bender: 6 HP.
- 4) Jorge Frúlich: 4 HP.
- 5) Krenzel: 4 HP.
- 6) Rick: 4 HP.
- 7) Kipper: 3 HP.
- 8) Kroth e Yäger: 6 HP.
- 9) Adam Tietze: 4 HP.
- 10) Gabriel de Borges: 4 hp.
- 11) Julio Lau Filho: 3 HP.
- 12) Genehr: 6 HP
- 13) Jorge Jochims: 5 HP.
- 14) Rick: 5 HP.
- 15) Gressler: 6 HP.
- 16) Neitzke: 6 HP.
- 17) Desconhecido (Unbekannt): 4 HP.
- 18) Paul Bergel: 4 HP.

Em Bom Jesus, "Villa" Thereza, etc., havia 9 estabelecimentos, num total de 9 máquinas e 45 HP, de propriedade de:

- 1) Adam Binz: 4 HP.
- 2) Friederich Keller: 4 HP.
- 3) Wild e Wunderlich: 6 HP.
- 4) Hirsch: 3 HP.
- 5) Petrowsky: 6 HP.
- 6) Adiers: 4 HP.

- 7) Albert Geske: 6 HP.
- 8) Bernhard: 6 HP.
- 9) Miguel Zimmer: 6 HP.

No catálogo da Exposição estadual de 1901, do Estado do Rio Grande do Sul<sup>41</sup>, podemos obter informações sobre alguns estabelecimentos "fabris" mencionados nos dados de 1895, como também o acréscimo de outros estabelecimentos que não são referidos no levantamento de 1895. No pavilhão do município de Santa Cruz do Sul, estavam expondo: F. Ernesto Wunderlich de "Villa Thereza", com um engenho de descascar arroz, podendo descascar 72 sacas por dia. Jacob Dörn E.C. de "Villa Thereza", com refinaria de banha, podendo preparar 120 arrobas por dia. Guilherme Büchle, com "fábrica" de cerveja e tanoaria, premiado na Exposição Brasileira-Alemã, em Porto Alegre, em 1881, com a medalha de ouro. João Pedro Koelzer, com "fábrica" de erva-mate, possui uma máquina a vapor com força de 12 cavalos, 3 almofarizes, com o qual remói diariamente 2.500 a 3.000 kg de ervas, exporta para todo o Brasil e Alemanha. Foi premiado com a medalha de prata na Exposição Brasileira-Alemã em Porto Alegre (1881) e diploma de mérito na Exposição Brasileira de Berlim em 1882. Carlos Lund, com "fábrica" a vapor de chapéus, trabalhando com 12 oficiais, com capacidade produtiva de 120 dúzias de chapéus por mês, exportando para todo o Estado. José Kolberg, com "fábrica" de cadeiras e formas para sapato, trabalha com 7 oficiais e exporta para todo o Estado. José Schuck, com "fábrica" e engenho a vapor de moer cascos para curtume, exporta para todo o Estado, São Paulo e Rio de



Janeiro, preparando 300 meios de sola e 100 peles de bezerro por mês. Henrique Melchior, com "fábrica" de máquinas e fundição de ferro e metais, possui um motor com força de 15 cavalos, 4 tornos, 1 máquina de aplainar, 1 máquina para cortar parafusos e 1 máquina para cortar e perfurar. A fábrica ocupa uma área de 1.375 metros, com 15 operários. Guilherme Schreiner, com "fábrica" de fundição de ferro, caldeiraria, perfazendo um contingente de 15 operários, um motor com força de 8 cavalos, que dá movimentos a 8 máquinas, fabricando: caldeiras, prensas para canos, aparelhos para serraria (cortar argila), prensas para telas alemãs e francesas, para fumo e banha e máquinas a vapor. Ainda constam na lista desta exposição Eduardo Gressler e Theodoro Gressler, com marcenaria a vapor em Rio Pardinho, e Guilherme Geske, com "fábrica" que prepara por dia 700 kg de fumo crespo e 300 kg de fumo caporal, exportando para todo o Estado.

Em estudo referente à colonização alemã<sup>42</sup>, através de propagandas alusivas aos estabelecimentos "fabris" de Santa Cruz do Sul, em 1916, temos notícia de 12 empresas com a seguinte estrutura:

A empresa de João Nicolau Kliemann, no ramo de beneficiamento de fumo, com um montante de 130 operários, ocupando um espaço de 450 m<sup>2</sup> e utilizando máquinas movidas a vapor, exportando para todo o país. A "fábrica" de fumos de José Etges Filho & Cia., com máquinas movidas a eletricidade, ocupando uma área de 1.600 m<sup>2</sup> e 40 operários, também

exporta para todo o país. A "fábrica" de cerveja, bebidas sem álcool e gelo, de Iserhard & Hoeltz, com 10 operários e uma área de 100 m<sup>2</sup>, com exportação para todo o Estado do Rio Grande do Sul. A "fábrica" de fumos e cigarros, de Helmut Schütz, com um total de 120 operários, máquinas movidas a eletricidade e ocupando uma área de 600 m<sup>2</sup>. O estabelecimento de Alfredo Schütz, para fabricação de cigarros e fumos, segundo a propaganda, suas máquinas eram das maiores e mais modernas do Estado do Rio Grande do Sul, confeccionando 150.000 cigarros por dia, com um mercado de exportação para todo o país. Os estabelecimentos do ramo do fumo são os que mais se evidenciam. Dentro desta área aparecem também a "fábrica" de fumos desfiados de Theodoro F. Schilling & Cia., com 120 operários, área de 700 m<sup>2</sup> e máquinas movidas a eletricidade, exportando para todo o país. A empresa de fumos de Augusto Hennig, perfazendo uma área de 3.025 m<sup>2</sup> e 135 operários, segundo a fonte, a única empresa do Rio Grande do Sul que possui máquinas modernas automáticas, da mesma forma como os outros estabelecimentos, exporta para todo país. Dentro do mesmo ramo, aparece a "fábrica" de fumo de Adolfo Iserhard, com 75 operários e uma área de 1.400 m<sup>2</sup>, máquinas movidas a eletricidade e exportando para todo o país e o estrangeiro. A "fábrica" da família Schreiner, de fundição de ferro, bronze, etc., também é mencionada, com um total de 25 operários e uma área de 1.000 m<sup>2</sup>, importando diversos artigos e exportando para todo o Estado do Rio Grande do Sul. Comparando os dados da mesma empresa, com o ano da

exposição estadual de 1901, percebe-se que esta aumentou o número de operários. No ramo similar, a "fábrica" da família Binz, com 100 operários e uma área de 3.240 m<sup>2</sup>, especializada na fabricação de prensas para tijolos e para mastigar barro, segundo a fonte, a empresa exportava para todo o Brasil. No ramo da refinaria de banha, a "fábrica" de Tatsch & Cia., com uma área de 900 m<sup>2</sup> e 20 operários, exportando para todo o Brasil. No comércio de ferragens, louças, tintas, máquinas para agricultura, é mencionada a empresa de Oscar Gressler.

Na verdade, temos pela primeira vez uma informação mais detalhada sobre os estabelecimentos "industriais" em Santa Cruz do Sul apenas em 1916. Através de um relatório<sup>43</sup>, podemos perceber o capital, a força motriz (HP), valor da produção e o número de operários. Provavelmente esta estatística industrial pode ser considerada a mais completa (com grande índice de representatividade), mas não é possível afirmar que não foram excluídos alguns estabelecimentos (evidentemente não havendo uma alteração significativa do universo em questão):

Tabela 14

## Estatística Industrial de Santa Cruz do Sul

## Banha

PROPRIETARIOS	CAPITAL (Réis)	FORÇA (HP)	VALOR DA PRO- DUÇÃO (Réis)	OPERA- RIO
Heuser & Cia. ...	60:000\$000	15	240:000\$000	10
Evers & Cia. ....	150:000\$000	10	550:000\$000	15
Tatsch & Cia. ...	80:000\$000	15	300:000\$000	20
Ricardo Freitag .	30:000\$000	10	100:000\$000	5
Albrecht & Cia. .	70:000\$000	15	240:000\$000	15

## Bebidas Alcoolicas, Gasosas e Cerveja

PROPRIETARIOS	CAPITAL (Réis)	FORÇA (HP)	VALOR DA PRO- DUÇÃO (Réis)	OPERA- RIO
Iserhard & Hoeltz	25:000\$000	10	40:000\$000	10
Viúva Frederico Gens	5:000\$000	-	6:000\$000	2
Augusto Müller	5:000\$000	-	6:000\$000	2
Luiz Bruch	5:000\$000	-	6:000\$000	2
Guilherme Frühauf	5:000\$000	-	6:000\$000	2
—0 Carlos Teófilo Filho Teófilo Teófilo	6:000\$000	-	8:000\$000	3

## Chapéus de Palha, Lã, Lebre

PROPRIETARIOS	CAPITAL (Réis)	FORÇA (HP)	VALOR DA PRO- DUÇÃO (Réis)	OPERA- RIO
Carlos Lund	80:000\$000	4	140:000\$000	10

## Espartilhos e Gravatas

PROPRIETARIOS	CAPITAL (Réis)	FORÇA (HP)	VALOR DA PRO- DUÇÃO (Réis)	OPERA- RIO
Maximiliano Schmidt	5:000\$000	-	8:000\$000	3
Bernardo Stein	5:000\$000	-	8:000\$000	3

℥  
Rumos Preparados

PROPRIETARIOS	CAPITAL (Réis)	FORÇA (HP)	VALOR DA PRO- DUÇÃO (Réis)	OPERA- RIO
Adolfo Iserhard	40:000\$000	-	60:000\$000	15
A.E.Hennig & Cia.	120:000\$000	6	150:000\$000	135
José Etges F. & Cia.	50:000\$000	5	70:000\$000	40
Alfredo Schütz	150:000\$000	6	200:000\$000	150
Irmãos Schütz	120:000\$000	6	150:000\$000	120
Augusto Beuermann	10:000\$000	-	15:000\$000	6
Teodoro F.Shilling	40:000\$000	-	60:000\$000	12
J.N. Kliemann	110:000\$000	6	150:000\$000	120

## Fundição e Obras sobre Metais

PROPRIETARIOS	CAPITAL (Réis)	FORÇA (HP)	VALOR DA PRO- DUÇÃO (Réis)	OPERA- RIO
Carlos Schreiner	80:000\$000	16	100:000\$000	25
Rodolfo Binz	120:000\$000	25	150:000\$000	100

## Herva-Matte

PROPRIETARIOS	CAPITAL (Réis)	FORÇA (HP)	VALOR DA PRO- DUÇÃO (Réis)	OPERA- RIO
J.P. Koelzer . . . . .	40:000\$000	12	80:000\$000	10

## Móveis e Decoração

PROPRIETARIOS	CAPITAL (Réis)	FORÇA (HP)	VALOR DA PRO- DUÇÃO (Réis)	OPERA- RIO
Simom Martin	10:000\$000	-	20:000\$000	3
Arthur Procat	10:000\$000	10	20:000\$000	3
Jacob Koeler	10:000\$000	10	20:000\$000	3
João Kroth	10:000\$000	10	20:000\$000	3
João Melchior	10:000\$000	10	20:000\$000	3
Germano Koelberg	25:000\$000	5	35:000\$000	5
Adolfo Heuser	10:000\$000	6	20:000\$000	4
Albert Binnigher	10:000\$000	5	20:000\$000	3
José A. Marsdi	10:000\$000	5	20:000\$000	3
Antonio Wutke	10:000\$000	5	20:000\$000	3
Henrique Ritze	10:000\$000	5	20:000\$000	3
J. Seibel & Filhos	10:000\$000	8	20:000\$000	3
Theodoro Gressler	10:000\$000	5	20:000\$000	3
Carlos Vagner & Filho	10:000\$000	5	20:000\$000	3
Henrique Neitzke	10:000\$000	5	20:000\$000	3

Sobre o processo de fundação de empresas "fabris" neste período, o jornal Kolonie menciona a fundação de "fábrica" de artefatos de vidro, em 26 de junho de 1895, sendo sócios Luiz Knak, Oscar Peterson e Albino Forsberg. Três meses passaram<sup>44</sup> para que a mesma fosse transformada em sociedade anônima, ficando a maioria das ações com Luiz Knak (9:500\$000). Oscar Peterson (2:000\$000), Albino Forsberg (2:000\$000), com um capital total de 29:000\$000. Sobre os cargos da empresa: Luiz Knak, diretor geral, Oscar Peterson, gerente técnico, Albino Forsberg, assistente técnico; do Conselho Fiscal: Wilhelm Schreiner (ou Guilherme Schreiner, anteriormente mencionado, dono de uma fundição), Carlos Trein Filho (já mencionado no trabalho), Guilherme Eichenberg (personagem a que serão feitas outras referências

no decorrer do trabalho), Christian Becker. As iniciativas continuam, e temos como exemplo: em 1896, a inauguração de uma "fábrica" de água tônica e refrigerantes por Alfred Kohl. Em 1898, Luis Stein instalou uma "fábrica" de torrefar café; 1915, fábrica de doces e caramelos de Jacob Mechler; 1916, "fábrica" de gelo, de Júlio Bartholomay (à família Bartholomay serão feitas outras referências no trabalho)<sup>45</sup>.

Estes dados confirmam a impulsão para atividades que não se limitam ao ramo da agricultura e do comércio na região. O desenvolvimento das atividades profissionais, como a prestação de serviços e atividades artesanais, pode ser percebido pelo retrato que obtemos de uma pesquisa feita pelo jornal Kolonie em 12 de julho de 1905, sobre as atividades profissionais em Santa Cruz do Sul: agricultores - 1.295, comerciantes - 80, ferreiros - 32, funcionários públicos - 31, marceneiros - 28, industrialistas - 27, professores - 26, pedreiros - 25, alfaiates - 25, sapateiros - 22, operários - 19, celeiros - 15, funileiros - 12, carpinteiros - 10, curtidores - 9, proprietários - 8, agentes - 7, padeiros - 7, mecânicos - 7, cervejeiros - 7, proprietários de olarias - 7, carroceiros - 6, hoteleiros - 5, fabricantes de charutos - 7, advogados - 4, ourives - 4, estudante - 1, militares - 3, relojoeiros - 3, fabricantes de chapéu - 3, serralheiros - 3, barbeiros - 3, jornalistas - 3, agrimensores - 3, farmacêuticos - 2, engenheiros - 2, capitalistas - 2, topógrafos - 2, moleiros - 2, açogueiros - 2, fotógrafos - 2, fazendeiro - 1, encadernador - 1,

canteiro - 1, pintor - 1, construtor - 1, fundidor de bronze - 1, fundidor de cobre - 1, torneiro - 1, medico - 1, serreiro - 1, fabricante de sabão - 1, artista - 1, marujo - 1. E evidente que essas informações nos dão uma idéia das profissões existentes em Santa Cruz do Sul, mas não podem também ser consideradas como um retrato fiel e totalizador do universo em questão. Com o desenvolvimento do comércio e da indústria da região, surge a preocupação de organizar esses setores com o intento de serem representados perante os poderes públicos e a sociedade. E neste sentido que é fundada, em 1917, a União Comercial e Industrial. Na declaração dos objetivos da entidade, podemos ver esta mentalidade dos setores econômicos empresariais<sup>46</sup>:

"Defesa dos interesses comuns, ser órgão representativo das classes associadas perante os poderes públicos, entidades congêneres e o público em geral, prover a expansão comercial e industrial do município, organizar e manter uma biblioteca e um escritório de assistência técnica em assuntos econômicos e fiscais, para uso gratuito dos associados".

A primeira diretoria era formada por nomes representativos da "indústria" e do comércio do município. São eles: Presidente: Theodoro Schilling (exportação e beneficiamento do fumo); Vice Presidente: Oscar Gressler (comerciante); 1º Secretário: Joaquim Pedro Silva Branco (não se sabe o ramo); 2º Secretário: Carlos Schreiner ("indústria" da metalurgia); 1º e 2º Tesoureiros: Alfredo Heuser ("indústria" no ramo da banha e comércio) e Julio Bartholomay (loja comercial); Diretores: Henrique Heuser (então comerciante), João N.



Kliemann (exportação e beneficiamento de fumo), Guilherme Alternbernd (não se sabe o ramo), José E. Kohmann (não se sabe o ramo). Franz J. Kliemann (não se sabe o ramo), Helmut Schütz (exportação e beneficiamento do fumo), Adolfo Iserhard (exportação e beneficiamento do fumo), F. Tatsch ("indústria" no ramo de banha e comércio)<sup>47</sup>. Sem dúvida, esta fase econômica da comunidade delimita-se pelas iniciativas comerciais e "industriais" e a permanência da acumulação via comercialização e exportação de produtos agrícolas (em especial o fumo beneficiado), sendo articulado e sedimentado o início de relações modernas capitalistas na economia local.

#### 2.1.4 - O Período de 1918 a 1930

Dando continuidade aos períodos econômicos de Santa Cruz do Sul, esta fase, que se prolonga até 1965 (apesar de o nosso estudo só ir até 1930), é considerada como a da expansão do capitalismo na economia local.

A população de Santa Cruz do Sul, aparentemente, diminui devido à exclusão, a partir de 1918, de Monte Alverne.

Tabela 15

## População de Santa Cruz do Sul

ANOS	POPULAÇÃO
1918	37.000
1919	28.000
1920	36.000/37.500
1921	35.000
1922	35.000
1923	30.000/37.450
1924	33.400/38.510
1925	40.000
1926	43.000
1927	43.000/48.000
1928	ca. 44.000
1929	ca. 44.500
1930	46.638

- FONTE: . Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Organizado pela Repartição de Estatística. Diretor: Augusto M. de Carvalho. Anno de 1923. AHRGS.
- . Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Organizado pela Repartição de Estatística. Diretor: Augusto M. de Carvalho. Anno de 1924. AHRGS.
- . Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Organizado pela Repartição de Estatística. Diretor: Augusto M. de Carvalho. Annos de 1925-1926-1927, I Tomo. AHRGS.
- . Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros. Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio A. Alves. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 6 de setembro de 1924. I Vol. AHRGS.
- . Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do R.S.: 1803-1950. Convênio: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre, 1981, p.128. AHRGS.

- . Relatório Paroquial da Arquidiocese de Porto Alegre. AHRGS.
- . Alfredo Ludwig. 1849-1949. Centenário da, op. cit., p.245.

Obs.: Percebe-se que há falhas nas informações, acreditamos que advindas de fatores já mencionados anteriormente no trabalho.

A exportação do fumo mantém a importância econômica no município, sendo que a produção, em sua maior parte, destina-se à exportação.

Tabela 16

Produção e Exportação de Fumo

ANO	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO
1920	4.400.000 kg	4.414.000 kg
1925	4.360.000 kg	4.485.000 kg
1930	6.880.000 kg	8.946.000 kg

FONTE: Pasta nº 8 do AHCM.

Obs.: Sobre a produção menor que a exportação de 1925 a 1930 possivelmente o que ocorreu foi a produção excedente de anos anteriores ser exportada.

Através dos relatórios da Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda<sup>4B</sup>, podemos visualizar os produtos exportados pelo município, bem como o seu destino. Em 1918, constam em relatório os produtos exportados. O fumo em folha (exportado para o Uruguai) posiciona-se como o produto mais destacado (em kg), e é responsável pelo maior valor exportado. Segue, em termos decrescentes, o fumo desfiado (exportado para o Paraná), cigarros e charutos (também para

o Parana). No ano de 1919, aparece a banha como o produto mais exportado (em termos de valor e peso); era destinada a São Paulo. Em segundo lugar (peso e valor), aparece o fumo em folha (exportado para o Uruguai). Seguem os produtos exportados, em termos de valor, em ordem decrescente: cigarros (Paraná e Santa Catarina), bebidas (Rio de Janeiro e Santa Catarina), produtos farmacêuticos (Santa Catarina), vinagre (Santa Catarina), vinho (Santa Catarina), fogões de ferro (Santa Catarina), obras de ferro (Santa Catarina), fumo desfiado (Paraná e Santa Catarina). Em 1920, o fumo em folha aparece novamente como o produto que mais valor traz ao município (sendo exportado para o Uruguai). Surgem em segundo lugar as máquinas (Argentina), que possivelmente são das firmas Máquinas Schreiner e/ou Máquinas Binz. Seguem-se cigarros (Paraná e Santa Catarina), drogas (produtos farmacêuticos, para Santa Catarina), licores (Santa Catarina), fumo desfiado e vinagre (com mesmo valor na exportação, Paraná e Santa Catarina, respectivamente) e charutos (Santa Catarina). No ano de 1921, a exportação do município, em termos decrescentes de valor exportado, aparece em relatório na seguinte disposição: cigarros (Uruguai, Paraná, Santa Catarina), fumo em folha (Uruguai), bebidas (Santa Catarina), produtos farmacêuticos (Santa Catarina), fumo desfiado (Santa Catarina), vinagre (Santa Catarina), café (Santa Catarina), charutos (Santa Catarina), vinho (Santa Catarina), caramelos (Santa Catarina), rapaduras (Santa Catarina). Seguindo os relatórios da fazenda, em 1922, temos

em ordem decrescente, no valor de exportação de Santa Cruz do Sul: cigarros (Portugal, Bolívia, Uruguai, Pernambuco, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina), fumo em folha (Uruguai, Rio de Janeiro), fumo desfiado (Portugal, Uruguai, Pernambuco, São Paulo, Paraná, Santa Catarina), café (Santa Catarina), bebidas (Santa Catarina), fumo em corda (Paraná, Santa Catarina), charutos (Santa Catarina), caramelos (Santa Catarina), vinagre (Santa Catarina), mercadorias não especificadas (Santa Catarina), drogas (produtos farmacêuticos, Santa Catarina), rapaduras (Santa Catarina). Na exportação de 1923, temos, em ordem decrescente de valor: cigarros (Uruguai, Paraná, Santa Catarina), máquinas (Rio de Janeiro), xaropes (Santa Catarina), plantas vivas (Santa Catarina), fumo desfiado (Uruguai), doces (Santa Catarina), cal (Santa Catarina), vassouras (Santa Catarina), vinagre (Santa Catarina), fumo em folha (Santa Catarina). Em todos os anos seguintes, observa-se que os mesmos produtos, sem grandes alterações, constituem a exportação de maior importância (mais valor). Apenas em 1926, 1928 e 1929 o café (exportado para Santa Catarina) desponta como o produto mais exportado, mas os cigarros e os fumos são mantidos com relevância.

A renda per capita nos anos de 1919, 1923 e 1927<sup>49</sup> demonstra o crescimento da renda do município. Evidencia-se uma correlação do desenvolvimento contínuo do comércio de exportação e a renda per capita do município (1919 - 4\$300; 1923 - 12\$717; 1927 - 17\$841). Em apenas 4 anos (1919 a

1923), anos após-guerra, a renda per capita praticamente duplicou, comprovando o contínuo crescimento econômico da região.

Com o fim da Primeira Guerra, a realidade das indústrias gaúchas modificou-se<sup>50</sup>. A indústria em Santa Cruz do Sul também teve de enfrentar um processo de maior competitividade. O caso da fundação da Companhia de Fumos Santa Cruz, em 28 de dezembro de 1918, retrata tipicamente uma alternativa a esta nova fase industrial. Alguns dos já mencionados<sup>51</sup> empresários do ramo do fumo fundem seus empreendimentos para aglutinar forças (eram seis estabelecimentos que formaram a Cia. de Fumos Santa Cruz: Irmãos Schütz, de Helmut e Alfred, Lindolfo Grawunder, Schilling e Cia., J.N. Kliemann, José Etges Filho & Cia. e Adolfo Iserhard).

Com exceção da firma Schütz, que fabricava regularmente cigarros de diversos tipos, todos trabalhavam com fumo em folha e desfiados. Esta firma (Cia. de Fumos Santa Cruz) foi fundada com capital inicial de 700:000\$000; e passaram-se alguns meses para que houvesse um aumento de capital de 500:000\$000. O desenvolvimento da empresa continua e foi necessário, em 1923, uma ampliação dos prédios, para abrigar as máquinas, o pessoal e depósitos. Já em 1921, a firma adquire uma seção de litografia e tipografia. A preocupação do grupo em obter novas tecnologias era uma constante e em 1926 o diretor Helmut Schütz vai à Europa adquirir novos equipamentos, como uma moderna prensa hidráulica para a seção de enfardamento de

fumo. Também no ano de 1926 há um aumento de capital, perfazendo então a firma um capital total de 2:000:000\$000<sup>52</sup>. Com relação a esta nova situação, as firmas Schreiner e Binz (no ramo da fundição e "indústria" de máquinas) de Santa Cruz do Sul, também buscavam alternativas, especializando-se para competir com um menor número de fabricantes e melhorar a qualidade do produto. No caso, a primeira concentrava-se na fabricação de máquinas para olaria, e a segunda, em máquinas para transformação do tabaco. Cabe ressaltar que é neste momento (1919) que surge a primeira empresa de capital estrangeiro (anglo-americano) em Santa Cruz do Sul, atuando na área de beneficiamento de fumo (Souza Cruz)<sup>53</sup>. Porém, apesar desta conjuntura, percebe-se que se mantêm iniciativas de fundação de novos estabelecimentos "industriais" e artesanais, de acordo com o jornal Kolonie. Por exemplo, em 1918, é aberta uma funilaria de Otto Trost; em 1920, a "fábrica" de bolacha de Hlavineck e Müller; em 1921, uma carpintaria pertencente a Jorge Hoelzel (que em 1924 será fundador da conhecida fábrica de artefatos de borracha Mercur); também ainda em 1921, a fundação da Cervejaria Polar S.A., sendo sócios-fundadores (alguns já conhecidos em outros ramos) Iserhard e Hoeltz, Julio Bartholomay, Becker Irmãos, Heuser Irmãos, Helmuth Schütz, Pedro Kothe. Em 1923, temos a fundação da "fábrica" de caramelos e chocolates Sulina, de Ammon, Hennes e Söhnle. Também no ramo do comércio, em 1927, temos a abertura da

loja de fazendas de Balduino Schuck & Cia. (que mais tarde originou as conhecidas Lojas Waechter)<sup>54</sup>.

A preocupação e participação da classe empresarial local para permanecer organizada e defender seus interesses é um fato que podemos perceber através das atividades da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz, que em 1924 elege nova diretoria. Alguns nomes da primeira permanecem. São eles: Presidente, Guilherme Burmeister (Gerente do Banco Pelotense); Vice-Presidente, Philipp Loewenhaupt (Gerente da Cia. de Fumos Santa Cruz); 1º e 2º Secretários, João Kirst (comerciante); e Germano Becker (comerciante), 1º e 2º Tesoureiros, José Kohmann (comerciante) e Carlos Schreiner ("industrial" do ramo da metalurgia); Diretores, Franz J. Kliemann ("industrial"), Helmuth Schütz (Cia. de Fumos Santa Cruz), Theodoro Schilling (Cia. de Fumos Santa Cruz), Arthur Jaeger (comerciante), Julio Bartholomay (comércio), Elibio Mailaender (comércio); na Comissão de Finanças, Octaviano de Oliveira (comércio), Felipe Jacobus ("industrial"), Guilherme Kaempff (bancário) e novamente Julio Bartolomay<sup>55</sup>.

A população urbana mantém seu ritmo de crescimento. Em 1920, apesar de cerca de 89,3% (33.500 hab.) da população estar na zona rural, a "cidade" conta com 4.000 habitantes. O problema do desenvolvimento urbano pode ser detectado através de uma entrevista feita com o então intendente de Santa Cruz do Sul, Coronel José W. Koelzer, em 1930<sup>56</sup>:

"Santa Cruz de tudo está carecida. Começando pela rede do nosso município — a



cidade — de tudo reclama para o seu crescente desenvolvimento. Com exceção da rua Fernando Abbott até a Ernesto Alves, que foi devidamente macadamizada, todas as outras ruas reclamam reparos e até concertos urgentes, tal é o seu péssimo estado de conservação. A iluminação pública está reclamando melhoria, que exige uma reforma na Usina Municipal, geradora de luz e força elétrica. Outro serviço que precisa ser melhorado é o do passeio público ou remoção das matérias fecaes, porque o que existe não está convenientemente aparelhado. E também certo que a população urbana, de há muito, reclama de esgotos".

Sem dúvida, este período é marcado pela expansão do capitalismo na economia local, caracterizando-se por ser uma fase de rearticulação e concentração de algumas empresas como reação a uma realidade diferenciada. Percebem a necessidade de um enfrentamento com mercados mais competitivos frente à indústria de outras regiões (em especial à paulista), com uma tecnologia mais avançada e um maior capital.

## 2.2 - A História de Vida Empresarial em Santa Cruz do Sul

Consideramos que a história de vida dos empresários ("indústria" e comércio) de Santa Cruz do Sul possa nos trazer alguns esclarecimentos, na medida em que a trajetória destes sujeitos venha nos apontar suas origens e como foi possível acumularem seus capitais.

Ao nos depararmos com esta questão, percebemos que não podíamos nos valer de entrevistas (pois os fundadores dessas empresas não estão mais presentes), porém conseguimos

obter informações (esparsas) com alguns descendentes diretos (caso da esposa de um filho do fundador das Máquinas Bins e descendentes da família de Wilhelm Schreiner). Nesse sentido, a pesquisa foi centrada em um trabalho de Alfredo Ludwig<sup>57</sup>, que faz um levantamento das empresas existentes ("indústria" e comércio) até 1949, juntamente com entrevistas sobre as empresas e a história de vida dos empresários de Santa Cruz do Sul. Não temos, porém, condições de afirmar se é um levantamento da totalidade do universo empresarial. Estes dados são acrescentados ao trabalho coordenado pelo Pastor Friederich Loefflad<sup>58</sup>, à obra de Dietrich Von Delhaes-Günther<sup>59</sup>, às monografias de empresas<sup>60</sup> e a álbuns comemorativos<sup>61</sup>.

Devido à natureza de nossa preocupação, em fazermos um levantamento das empresas fundadas e existentes em Santa Cruz do Sul até 1930, nosso objetivo não pode pretender compreender a totalidade deste universo, pois esta é uma tarefa praticamente inalcançável. Mas acreditamos que essa limitação não altera de forma significativa a representatividade do universo em questão, pois nossa intenção é apenas demonstrar que a origem da indústria em Santa Cruz do Sul não é homogênea. Além disso, entendemos que a grande maioria das empresas mais importantes foram abordadas pelos levantamentos em questão, pois tinham provavelmente interesse em aparecer nos trabalhos e levantamentos feitos na época.

Concentrando-se em um levantamento (aglutinando as fontes já mencionadas) das empresas (comércio e "indústria") fundadas até 1930, porém existentes quando foram feitos os levantamentos (especialmente em 1945 e 1952) em Santa Cruz do Sul, temos um total de 66 empresas e não temos a exata data de fundação de apenas 9 delas. A partir dessas considerações, observamos que a maior parte foi fundada no período da República Velha: de 1870 a 1890 foram fundadas 5 empresas; de 1891 a 1900, 4; de 1901 a 1910, 7; de 1911 a 1920, 14; de 1921 a 1930, 27. Incluídas aquelas de que não temos data de fundação, são consideradas do ramo do comércio 36, da "indústria" 21, "indústrias" e comércio 9. Do ramo da "indústria" temos: 3 metalurgias (Schreiner, Bins e Gründling Irmãos), 2 de alimentação (Füller, "fábrica" de bolachas, e Ammon Hennes e Soehnle, "fábrica" de caramelos), 3 de bebidas (Pólo Sul — de Ahmad A. Bacar; Polar —, de vários sócios, a história da empresa já foi comentada anteriormente no trabalho e está na Kolonie de 23 de maio de 1921; e Celina, de Edmundo Gründling), 1 de artigos de borracha (Mercur, de Hoelzel), 6 de móveis e decoração (José Jungblut, Frederico Gründling, Panke Irmãos, Molz, Viúva Pedro Assman, Antônio Kipper), 2 de calçados (Dreyer e Franciosi), 1 curtume (João Koppe & Filhos), 1 de artigos escolares (Luis Halmenschlager), 1 de sabão (Wild & Cia. Ltda.), 1 funilaria (Bublitz).

Ao observarmos a estatística industrial de 1916 em Santa Cruz do Sul, com o levantamento das "indústrias" exis-

tentes e fundadas até 1930, constatamos: as empresas que constam na estatística industrial de 1916 (portanto fundadas até 1916) aparecem também neste levantamento. Com exceção da metalurgia Gründling, fundada em 1893, a "indústria" de artigos escolares, fundada em 1893, e a funilaria, fundada em 1902.

O ramo de móveis e decoração apresenta para nós aparentemente uma contradição: como explicar que em 1916 havia 16 estabelecimentos nesta área e no levantamento feito, de acordo com as fontes que se estendem até 1930, diminuem para 6? E o mais curioso é que são de nomes que não aparecem em 1916. Acreditamos que o ramo de móveis e decoração era em grande número, mas sem uma importância em nível de capital e número de operários, sendo um ramo difuso, com um alto número de constantes fundações e desistências. No mesmo sentido, provavelmente, situam-se as "fábricas" de bebidas. Percebe-se que as existentes em 1916 não tiveram uma vida duradoura e, em apenas 14 anos, das 3 existentes (até 1930) todas são fundadas depois de 1916. As "fábricas" de chapéus, espartilhos e gravatas, banha e ervamate, que constam em 1916, não são mencionadas posteriormente. Evidentemente que não podemos afirmar, em termos absolutos, que os ramos e estabelecimentos "fabris" que constam em 1916, mas não nas fontes utilizadas para o período posterior, não perduram até 1930. Cabe ressaltar, portanto, a dificuldade de obtermos dados precisos sobre a "indústria" local.

Na área da "indústria" e comércio, são levantados: 3 estabelecimentos no ramo do fumo (Augusto Hennig, Cia. de Fumos Santa Cruz<sup>62</sup>, "Fábrica" de Fumos Sul-Brasileiro, de Rodolfo Eifler). Comparando este ramo com os dados de 1916, todos os empresários do fumo permanecem neste levantamento, com exceção de Augusto Beuermann, de quem não temos notícias, e Rodolfo Eifler, cuja empresa foi fundada em 1922, 1 cantonaria (Antônio Assmann & Cia.), 1 de "indústria" e comércio de artigos de madeira, móveis, balas e couros (Hoppe & Cia.), 1 na área de produção e comercialização de calçados (Martin Irmãos e Comércio), 1 tipografia (Lambertz e Riedl do Jornal Kolonie), 1 padaria (Fernando Schulte), 1 no ramo da produção e comercialização de chapéus, armarinhos, calçados (casa para todos, de Leopoldo Boelter). Com exceção da tipografia, que é fundada em 1890, e o estabelecimento de Martin Irmãos e Comércio, de que não temos a informação da data exata de fundação, e o ramo do fumo que já foi comentado, todos os outros estabelecimentos são fundados posteriormente à estatística industrial de 1916 e, portanto, não poderiam constar nesta. Já no ramo do comércio, que evidentemente não é mencionado na estatística "industrial" de 1916, podemos observar que: 22 são consideradas de comércio geral, fazendas e miudezas, secos e molhados, casas de negócios e ferragem, 1 padaria, 5 comércio e exportação de fumo (exportação de fumo de Richard Albert e Eduard Züther, fundada em 1879, Loewenhaupt, exportação de fumo, fundada em 1914, exportação de fumo de

Fernando Tatsch Filhos S.A., sem informação precisa da data de fundação, e 2 da família Kliemann, uma fundada em 1894, que se baseava no comércio geral e do fumo, e a outra fundada em 1915, sendo esta somente de fumo, cujo proprietário J.N. Kliemann, associa-se, em 1918, à Cia. de Fumos Santa Cruz), 1 eletromecânica, 2 transporte, 1 carros, 1 tecidos e chapéus, 2 jóias, 1 livraria. Das firmas existentes (com data de fundação), quando foi feito o levantamento, e que foram fundadas até 1930, temos que o foram até 1910: 11 empresas; de 1911-1920, 9 empresas; de 1921-1930, 11 empresas.

Com o objetivo de fazermos uma retrospectiva da história dos empresários de Santa Cruz do Sul, iniciaremos com a história empresarial no ramo da "indústria". Na metalurgia, da empresa Schreiner, fundada em 1882, sabemos que seu fundador, Guilherme Schreiner, chegou ao Brasil em 1881, e teria tido a intenção de estabelecer-se no país como agricultor. Porém, sua história em Santa Cruz do Sul tomou outros rumos. O fundador tinha conhecimentos em construção de máquinas e principalmente de tornearia mecânica, adquiridos durante 16 anos de prática nas usinas Krupp (Alemanha), e tinha poupado algumas centenas de marcos. De acordo com a família Schreiner, a indústria começou assim:

"Logo de início, o velho Schreiner travou relações com um marceneiro e viu esse fabricar um grande parafuso de madeira. Para que tal parafuso? indaga o imigrante Schreiner. Ora, respondeu-lhe o marceneiro, é para uma prensa de fumo. Prensa de fumo? Mas, para essas se usa parafusos de ferro, mais firmes, mais

duradouros. E, como não conheciam tal coisa acharam que Schreiner estava contando petecas. Afinal concordaram que podia haver algo de verdade, e um grupo de negociantes, possuidores de prensas de fumo, interessaram-se pelo assunto e cotizaram. Guilherme Schreiner então mandou vir o primeiro torno mecânico da Alemanha. Comprou terreno, construiu pequena moradia e oficina modestíssima anexa. Passados alguns anos, já se viu obrigado a montar uma fundição, o que lhe permitiu a construção, em regular escala, de moinhos, de prensas para cana-de-açúcar, etc. E dentro de poucos anos foi preciso a aquisição de novas máquinas, assim como o aumento da oficina"<sup>83</sup>.

A preocupação de integrar a família na empresa foi uma constante do fundador, de modo que Carlos Schreiner, filho de Guilherme Schreiner, iniciou suas atividades em 1895 na oficina e em 1899 seguiu para a Alemanha, onde durante 4 anos fez seus estudos na Escola de Engenharia de Mittweida. Da mesma forma que seu pai, Carlos Schreiner manda seu filho Frederico G. Schreiner cursar na Alemanha, de 1926 a 1928, as escolas de engenharia de Mittweida e Constança.

A firma Binz, fundada em 1916, no ramo da "indústria" de máquinas, tem origem um pouco diferenciada da anterior. O fundador Rodolfo Binz, filho de José Binz, trabalhava como ferreiro, na então vila de Santa Cruz<sup>84</sup>, com seu pai. Sendo, porém, o fundador neto de um imigrante que se estabeleceu na zona rural, concomitantemente às atividades de pequeno produtor exercia atividades de ferreiro. Segundo o trabalho de Delhaes-Gunther<sup>85</sup>, a primeira coisa que Rodolfo Binz inventou foi uma máquina furadeira, uma "mesa" de fazer móveis e uma máquina a vapor de 25 HP. A "indús-

tria" Binz fornecia máquinas de fazer serraria para italianos, bombas d'água para irrigação de arroz e máquinas para fabricação de tijolos. A empresa, para suprir uma mão-de-obra especializada, contou, antes da Primeira Guerra Mundial, com alguns trabalhadores da Krupp. Também aqui se percebe uma preocupação em integrar a família à empresa e preparar para o trabalho o sucessor do negócio, o filho de Rodolfo Binz. Bruno Binz fez parte de seus estudos em Porto Alegre e depois formou-se no Instituto Tecnológico de São Paulo.

A "indústria" Gründling, fundada por Roberto Gründling, na vila Teresa, em 1893, tem uma trajetória que não advém de aquisição do conhecimento técnico de pai para filho. O fundador era filho de um dos primeiros imigrantes vindos a Santa Cruz do Sul, que se dedicava à agricultura, de acordo com entrevista feita com familiares<sup>88</sup>.

"Faleceu Frederico Júlio (pai do fundador), muito moço, ficando Roberto Gruendling na orfandade. E, como a mãe possuía poucos recursos, Roberto, com a idade de nove anos, cheio de coragem, procurou colocação e a encontrou em casa do colono Sr. Engelsing. Quando Roberto, que sempre se mostrou voluntarioso nos vários trabalhos da agricultura, alcançou certa idade, resolveu aprender algum ofício e escolher o de funileiro, entrando na oficina Heinz, na vila de Santa Cruz. Após ter completado os anos de aprendizagem, voltou para Teresa, estabelecendo-se em 1893, com modesta funilaria, construindo, assim, os alicerces do hoje poderoso estabelecimento Gründling Irmãos, de Santa Cruz do Sul, para onde foi transferida a oficina em 1922, a fim de estar no centro do município".



Uma história de vida empresarial diferenciada das até aqui mencionadas tem a "fábrica" de caramelos de Ammon-Hennes e Soehnle. Os sócios eram componentes de uma fábrica de caramelos na Alemanha, Wuerttemberg. O problema da inflação pós-Primeira Guerra na Alemanha os fez começarem a fábrica no Brasil. De acordo com Ludwig<sup>87</sup>:

"A 1º de agosto de 1923, os três concunhados chegaram pelo vapor 'Bilbao' ao porto de Rio Grande, donde se transportaram a Porto Alegre. Alugaram casa nos Navegantes para se instalarem com fábrica de caramelos. Havia, entretanto, falta de água. Resolveram, então, se estabelecer em São Leopoldo. Mas ainda faltava água. Seguiram daí para Santa Cruz, onde, a 7 de agosto de 1923, montaram pequena e modestíssima fábrica de caramelos, com algumas máquinas e os mostruários que trouxeram da Alemanha".

Consideramos também importante a história empresarial da indústria de borracha Mercur (fundada em 1924), cujo fundador (Jorge Hoelzel) era neto de um pastor que fugiu de sua pátria, a Austria, pois havia tomado parte ativa como estudante nos movimentos revolucionários de 1848. Quando faleceu o pai, Jorge tinha 15 anos. Após ter terminado os estudos secundários em Santa Cruz do Sul, Jorge foi para São Paulo trabalhar e fazer o curso de engenharia e arquitetura, segundo a entrevista de Ludwig<sup>88</sup>:

"Conta-nos o Sr. Jorge Hoelzel este período de suas lutas: "No primeiro ano de estudo trabalhei como relojoeiro, no segundo e terceiro ano já trabalhava para diversos escritórios de engenharia, isto nas horas vagas, à noite, para poder frequentar as aulas durante o dia. No fim de 1914, começo da primeira conflagração mundial, a minha situação agravou-se desesperadamente, pois não obtive

mais trabalho, porque os escritórios paralisaram os seus trabalhos. Era justamente nas vésperas dos exames finais do terceiro ano, e para não perdê-los tive que apelar para o meu irmão, Carlos, relojoeiro em Santa Cruz do Sul, que também se encontrava em situação financeira bastante precária. Enfim, depois de ter procurado aqueles que poderiam ter me ajudado, dirigi-me, em desespero, ao Sr. Oscar Gressler, com o qual consegui um empréstimo de cerca de 500 cruzeiros. Naquela época uma fortuna, mormente para mim (...)"

Após uma série de dificuldades, que Jorge Hoelzel comenta na entrevista, passa a falar sobre o início da empresa Mercur, depois da conclusão do seu curso superior em São Paulo:

"(...) em 1923 meu irmão Carlos, então agente da Ford Company, conseguiu cerca de meio quilo de borracha do Pará, com a intenção de aplicá-la no conserto de câmaras. Após algumas experiências abandonou esta intenção. Interessando-me eu, porém, sempre pela indústria da borracha, dediquei-me durante as horas vagas, à noite, a fabricar artigos de borracha e, aos poucos, passando noites a fio estudando, pesquisando, observando, trabalhando sempre, e fabricando as máquinas necessárias, em pequena escala, consegui, depois de alguns anos, fabricar alguns produtos para a viação férrea, etc. Abandonei a arquitetura, montando uma fábrica. A minha economia era de único conto de réis, e meu irmão Carlos também entrou com cinco contos. No início eu mesmo manejava as máquinas, misturadeiras e vulcanizadoras. Os nossos produtos tinham boa aceitação. Após alguns anos admitimos um sócio capitalista, precisávamos de numerário para aumentar tudo, edifício e maquinaria. Em 1927 mudamo-nos para o edifício que pertencia à Cia. de Fumos Santa Cruz. A nossa indústria desenvolveu regularmente. Por isso, em 1930, resolvemos aumentar mais ainda a nossa maquinaria. Segui, em 1930, para Europa, onde comprei grande quantidade de máquinas. Construímos nova fábrica (...)"

Buscamos apenas alguns casos que representam o ramo da "indústria" da época e que permanecem atualmente nos seus devidos ramos. O intento era demonstrar a diversidade das histórias das empresas e de seus fundadores. Porém, a partir do levantamento, podemos dizer que grande parte das "indústrias" da época foram fundadas por filhos, netos ou bisnetos de imigrantes que atuavam na agricultura. Também nos chamou atenção o fato de que muitos fundadores aprenderam as técnicas a partir de seus antepassados, que eram concomitantemente comerciantes e agricultores, ou artesãos e agricultores.

No ramo da "indústria" e comércio do fumo, temos como caso típico o empresário Augusto Hennig, com sua firma Hennig & Cia., figura de destaque na comunidade de Santa Cruz do Sul, com participação política e social expressiva, de acordo com a entrevista feita por Ludwig<sup>70</sup>:

"Meu pai, Frederico Augusto Hennig, e meu tio Guilherme, este com a idade de 2 anos, imigraram com meu avô, Cristiano Frederico Hennig, da Alemanha, no mês de outubro ou novembro de 1850. Foram largados no mato, rumo Boa Vista. Aos 7 anos frequentei o colégio, foi meu professor Roberto Jáger, recém-chegado da Alemanha. Meu pai foi colono, agricultor, anexou-lhe destilaria de cachaça, fornecia leite para a 'cidade' de Santa Cruz do Sul, sendo eu o entregador, o que fazia antes do início das aulas. Depois de confirmado pelo padre protestante Hildebrand, que fazia pouco veio da Alemanha, entrei como caixeiro, para a casa comercial de José Pedro Koelzer, estabelecida na rua principal, onde me conservei durante 2 anos e 7 meses. Depois entrei para o negócio de Julio Eichenberg. Depois empreguei-me com Abrahão Tatsch, de 1885-1887, para cuja

fábrica de licores, sob firma Tatsch & Evers viajei, percorrendo grande parte do nosso estado. Em 1888 comprei uma casa em Teresa, e me estabeleci por conta própria. Em seguida permutei a minha casa de negócio em Teresa com a do senhor H.G. Wegener, em Sinimbu, para onde transferei residência em 1890. Em setembro de 1918, anexei os negócios, com exportação de fumo em folha, casa bancária com escritórios e grande depósito em Porto Alegre, casa central em Santa Cruz do Sul e filial em Sinimbu".

As iniciativas de Augusto Hennig eram consideradas como propulsoras do progresso da cidade, sendo inclusive alvo de comentário do jornal local Santa Cruz Anzeiger<sup>71</sup>, quando o empresário abriu uma instalação de água privada e o jornal faz elogios considerando-o como um comerciante que tem idéia de progresso.

Ao observarmos as histórias de vida das empresas e empresários consideradas do ramo da "indústria" e comércio, percebemos que, apesar de algumas especificidades, a maioria deles são filhos, netos ou bisnetos de imigrantes que se dedicaram à agricultura. Em alguns casos, quando da necessidade de algum conhecimento técnico, foram adquiridos de antepassados ou por intermédio de aprendizagem em oficinas. A maioria exerceu ou exercia concomitantemente atividades na agricultura e comércio, ou era o elo de ligação das entradas e saídas dos produtos para o colono, através das atividades de transporte.

Não muito diferenciadas são as histórias de vida empresariais dos comerciantes, cuja grande maioria são filhos, netos ou bisnetos de agricultores imigrantes. Perce-

bemos que boa parte deles iniciou sua caminhada como tropeiros, levando mercadorias para Rio Pardo, entregando leite na cidade, sendo caixeiros-viajantes, etc. Chama-nos atenção o fato de que estes fundadores, em suas entrevistas ao Sr. Ludwig, na sua maior parte tiveram como objetivo não permanecer agricultores, com o intento de buscar uma situação diferente da do "colono" agricultor (no sentido de ter uma atividade mais lucrativa). Este fenômeno de busca de não permanência na situação de "colono" e a vontade de transformar suas atividades, torná-las lucrativas, também pode ser detectado na literatura, fonte que vem reforçar a questão. O livro Um rio imita o Reno, de Vianna Moog<sup>72</sup>, cuja história se passa numa zona de imigrantes alemães, retrata uma personagem, que comenta esta realidade:

"Estão podres de ricos esses rapazes — informa o secretário — A única fortuna que pode se comparar com a deles é a dos Wolff, os Wolff do cortume e da fábrica de sandálias. O doutor vai ver (...) — Rapazes ativos os Kreutzer: são cinco irmãos. Metem-se em tudo. Já montaram a fábrica de conservas e estão agora fazendo experiências com o bicho-da-seda. (...) E tem ainda uma casa bancária. É onde os colonos guardam as economias. E dizer que o velho Kreutzer chegou aqui com os primeiros imigrantes, com uma mão adiante e outra atrás (...). Economizou no duro. Dizem que olhava por cima dos óculos para não gastar os vidros. Mas os filhos, esses sabem levar a vida. Moram em palacetes. Seguidamente vão à Alemanha".

### 2.3 - Considerações sobre a Indústria e suas Origens em Santa Cruz do Sul

Antes de nos atermos à reflexão específica sobre a origem da indústria em Santa Cruz do Sul, a partir das discussões teóricas dos autores já mencionados anteriormente, consideramos importante delimitar o que entendemos como o campo do artesanato e da indústria. Sem dúvida, qualquer critério definidor terá um caráter arbitrário. Adotaremos, portanto, o critério estatístico utilizado no trabalho de José Hugo Ramos e Ivan Dall'igna Osório<sup>73</sup>:

"(...) Neste ponto, o critério estatístico parece-nos, melhormente aplicável, ao encarar como artesanal o estabelecimento que conta com menos de 5 (cinco) pessoas ocupadas, número que compreende o proprietário e familiares inclusive. Ainda se poderia alegar que a característica de artesanato estende-se a estabelecimentos abrangendo até 9 (nove) pessoas ocupadas (inclusive o dono e familiares) (...)".

Na medida em que os dados relativos ao número de operários dos estabelecimentos de Santa Cruz do Sul são fornecidos por três fontes já mencionadas anteriormente, nossas considerações baseiam-se nessas informações: na estatística industrial de 1916, no levantamento de Ludwig, em 1916, e na exposição estadual de 1901. Utilizando-nos deste critério, a grande parte dos estabelecimentos ainda podem ser considerados artesanais. Os estabelecimentos do ramo da banha, fumo e preparados, fundição e obras de metais, poderíamos considerar como indústria. As produtoras de bebidas alcoólicas, cerveja e gasosas, com exceção de uma (Iserhard e Hoeltz) estão numa realidade de produção artesanal; no mesmo sentido

se encontram as produtoras de espartilhos e gravatas, móveis e decoração. Ainda com um número maior do que 9 operários, e, portanto produção industrial, estão o estabelecimento de Carlos Lund e João Pedro Koelzer, a primeira produz chapéus de palha, lã e lebre; a segunda, erva-mate.

Concordamos que, em grande parte, o início da industrialização de Santa Cruz do Sul esteve ligado ao sucesso da agricultura, como muito bem ressalta Rute Godinho<sup>74</sup> nos estudos do CEBRAP:

"O início da industrialização em Santa Cruz do Sul deve-se ao sucesso de sua agricultura, voltada para a exportação que, por um lado, estimula o desenvolvimento das indústrias de beneficiamento de produtos primários, e, por outro, permitiu que se acumulasse capital nas mãos dos comerciantes-exportadores locais, o que tornou possível a instalação de novas unidades de produtos utilizando tecnologia mais avançada".

No mesmo sentido situa-se a concepção de Roche<sup>75</sup> sobre a indústria em Santa Cruz do Sul:

"De todas as colônias, Santa Cruz do Sul é aquela que pratica a agricultura mais científica (16,3% de superfície cultivada anualmente) e onde a indústria desenvolveu-se em função da agricultura: transformação e valorização 'in loco' do principal produto e fabricação de máquinas agrícolas".

Aliás, segundo o autor, em Santa Cruz do Sul, com exceção das manufaturas de fumo e das fábricas de máquinas agrícolas, que se tornaram e podem ser consideradas estabelecimentos industriais, quase todos os outros ramos permaneceram com características artesanais. Também não podemos deixar de considerar a já mencionada Caixa Santa-Cruzense (ou Caixa

Cooperativa de Santa Cruz), que, além de fazer as operações bancárias necessárias às atividades comerciais e principalmente às exportações do fumo, também propiciou um apoio às indústrias locais do ramo da metalurgia (máquinas agrícolas, fundição, locomóveis).

Porém, ao observarmos as histórias de vida de algumas empresas e empresários da indústria de Santa Cruz do Sul, detectamos que, apesar de o processo ser, na sua maioria, advindo de acumulação via comércio, hegemonia do transporte de produtos agrícolas, caixeiros-viajantes (em especial o ramo do beneficiamento do fumo), não podemos negligenciar outros fatores que não advêm diretamente do acúmulo comercial e que também fomentaram algumas indústrias locais. O caso das indústrias do ramo da fundição e obras de metais, apesar de terem um mercado motivado pelo desenvolvimento da economia agrícola (como no caso produção de implementos agrícolas), os fundadores são técnicos trabalhadores que vieram com um conhecimento e com uma pequena poupança (no caso das máquinas Schreiner e Binz), instalando-se na zona urbana com modestas condições. Nesse sentido, podemos constatar que houve algumas empresas industriais em Santa Cruz do Sul que tiveram sua origem num artesanato urbano. Da mesma forma, observamos que alguns fundadores de indústrias locais advieram de uma aprendizagem técnica (adquirida de um antecedente ou artesão que estava no meio rural, portanto "colono") e foram tentar a vida na cidade. Também temos o caso, por exemplo, de uma indústria



que existia na Alemanha, mas foi transferida para Santa Cruz do Sul, devido à inflação pós-guerra (caso da fábrica de caramelos de Ammon-Hennes e Soehnle). Enfim, sem nos estendermos nessas histórias empresariais, compreendemos que não é possível fazer generalizações. É evidente que a maior parte da indústria em Santa Cruz do Sul originou-se da acumulação comercial, mas isto não implica estabelecermos uma variável explicativa única para o processo. Acreditamos que a realidade do processo de formação da indústria santacruzense é complexa, e que os estudos a seu respeito não podem ser considerados definitivos.

Julgamos importante fazer um adendo sobre a presença do capital estrangeiro em Santa Cruz do Sul. No período estudado, até 1930, apenas a Souza Cruz se estabeleceu, em 1919. Nossa preocupação foi no sentido de delimitarmos o processo de industrialização que não abarque o capital monopolista e estrangeiro. No estudo do CEBRAP, no texto elaborado por Lilia J. Montali<sup>78</sup>, onde o período de expansão do capitalismo em Santa Cruz do Sul vai de 1916 e estendendo-se até 1965, são observados dois processos de acumulação distintos:

"Assiste-se, portanto, em Santa Cruz do Sul, na mesma época, a dois processos distintos que correspondem ao mesmo movimento da expansão e dominação da área pelo capital. Um dos processos, embora relacionado ao desenvolvimento do capitalismo nos centros mais dinâmicos, e por ele propiciado, tem como ponto de partida a concentração de capitais individuais que possibilitou a centralização das empresas de beneficiamento de fumo e sua organização capitalista. O outro

processo, entretanto, e resultado do desenvolvimento do capitalismo internacional, já na etapa monopolista, que estende seus investimentos às áreas do capitalismo menos desenvolvido e não capitalista".

Nossa preocupação, portanto, não abrange o capital monopolista internacional que inicia sua trajetória de forma marcante e definitiva no período pós-1930 em Santa Cruz do Sul.

## NOTAS

- 1 ROCHE, op.cit., pp. 274-75
- 2 GODINHO, Rute E. e outros. Estudos de população - VI Estudo de Caso: dinâmica populacional, transformações sócio-econômicas, atuação das instituições. São Paulo, CEBRAP, 1980. Durante esta fase econômica, foram administradores da colônia Evaristo Alves de Oliveira, que ocupou o cargo de Vice-Diretor até fins de 1850 e João Martinho Buff, nomeado Diretor em 1856, permanecendo no cargo até 1859. Como era nascido em Frankfurt, Buff teve facilidades de comunicação com os imigrantes que chegavam à colônia.
- 3 KAUTSKY, Karl. La cuestion agrária. Mexico Siglo Veintiuno, 1977.
- 4 MARTIN, Hardy Elmiro. Santa Cruz do Sul. De colônia a freguesia, 1849-1859. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, São Lourenço de Brindes e Museu Bernardin d'Apremont, APESC. Associação Pró-Ensino em Santa Cruz, 1979.
- 5 PELLANDA, Ernesto. A colonização germânica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, oficinas gráficas da Livraria do Globo. Barcellos, 1925.
- 6 CUNHA, Jorge Luiz da. op.cit., pp. 153-56.
- 7 ROCHE, op.cit., p. 103.
- 8 ASSIS, Valesca de. A valsa da medusa. Porto Alegre, Movimento, 1989, pp. 68-9.
- 9 MARTIN, op.cit., p. 52.
- 10 CUNHA, Jorge Luiz da. op.cit., p. 108.
- 11 MARTIN, op.cit., p. 122.
- 12 LUDWIG, Alfredo. 1849-1949. Centenário da colonização de Santa Cruz do Sul. Manuscrito original do Arquivo Histórico do Colégio Mauá, p. 442.
- 13 1º período: 1849-1859 - economia de subsistência.  
2º período: 1860-1881 - estruturação dos setores econômicos, expansão agrícola e início da exportação de excedentes, produção simples de mercadorias.

- 3º período: 1882-1917 - integração à divisão inter-regional do trabalho e criação das pré-condições para a penetração do capital na produção.
- 4º período: 1918-1965 - expansão do capitalismo na área.
- 5º período: 1966-1976 - entrada e consolidação do capital internacional, domínio do capital monopolista.
- 14 MENEZES, João Bittencourt de. Município de Santa Cruz. Santa Cruz, Editora Tipografia Lamberts e Riedl, 1913, p. 56.
- 15 CUNHA, op.cit., pp.115-16.
- 16 MENEZES, op.cit., p. 276.
- 17 PELLANDO. op.cit., pp. 82-3.
- 18 KOSERITZ, Carlos de. Relatório da Administração Central das Colônias da Província do Rio Grande do Sul, apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, Digníssimo Presidente da mesma Província, pelo Agente Intérprete da Colonização. Porto Alegre, Tipografia do Jornal do Comércio, 1867.
- 19 CUNHA, op.cit., pp. 187-88.
- 20 GODINHO, op.cit., p. 68.
- 21 LUDWIG, op.cit., p. 203.
- 22 MONTALI, Lilia T. "Notas para o estudo da expansão do capitalismo no campo em Santa Cruz do Sul". In: CEBRAP, op.cit., p. 63.
- 23 ROCHE, op.cit., p. 156.
- 24 Boletim da Diretoria de Estatística (Secção Demográfica), Ano I. 1908. República dos Estados Unidos do Brasil, Estado do Rio Grande do Sul. AHRGS.
- 25 Mensagens apresentadas ao Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul. AHCM.
- 26 Relatório dos Negócios de Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé, em 31 de julho de 1899. AHRGS. Menezes, op.cit., pp. 201-02.

- 27 Estatística da Indústria Fabril Nacional em 1911. Centro Industrial do Brasil. Antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Cálculos baseados na arrecadação do imposto de consumo. AHRGS.
- 28 Estatística dos Impostos de Consumo arrecadados no triênio de 1915 a 1917 no Estado do Rio Grande do Sul, organizado pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional. AHRGS.
- 29 MENEZES, op.cit., p. 130.
- 30 ROCHE, op.cit., p. 63.
- 31 LUDWIG, op.cit., p. 783.
- 32 Ibid., pp. 621-22.
- 33 Em 1900 havia 2.563 habitantes na vila, representando um aumento de 81% em relação ao número de 1870. Em 1917 na sede municipal, havia 3.400 habitantes, representando um aumento, de 1900 a 1917 de cerca de 75%.
- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Alves, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 4 de setembro de 1918 2º Volume. AHRGS.
- 34 Como por exemplo a criação de um pequeno parque industrial, na área da fundição, metalurgia diferenciada, locomóveis, máquinas agrícolas.
- 35 ROCHE, op.cit., p. 425.
- 36 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 27 de agosto de 1917. 2º Volume. AHRGS.
- 37 Este aspecto será tratado num tópico posterior do trabalho.
- 38 ROCHE, op.cit., pp.489-495 - 538-544.
- 39 O jornal fala em "indústria", mas não fornece detalhes sobre o capital das empresas, número de operários, tipos de tecnologia (maquinaria) e o local urbano (Vila) ou rural (campo).
- 40 LUDWIG, op.cit., p.375.

- 41 Catálogo da Exposição Estadual de 1901. Estado do Rio Grande do Sul. AHRGS.
- 42 LUDWIG, Alfredo. A colonização nos países da América do Sul - particularmente a colonização alemã no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Impresso nas oficinas de Ludwig, 1916.
- 43 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em Exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1916. Volume I. AHRGS.
- 44 Kolonie, 28.09.1895.
- 45 Kolonie, 14.11.1896; 05.10.1898; 27.10.1915; 13.09.1916.
- 46 LUDWIG, 1849-1959, pp. 517-18.
- 47 Kolonie, 29.08.1917.  
Centenário de Santa Cruz do Sul. 1878-1978. Santa Cruz do Sul. Impressão gráfica - Amrigs - Gráfica e Editora. 1978.
- 48 Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Rio Grande do Sul. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado, pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Antonio Marinho Loureiro Chaves. Exercício 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926. AHRGS.
- . Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Rio Grande do Sul. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado, pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Firmino Paim Filho. Exercício de 1927, 1928. AHRGS.
  - . Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda do Rio Grande do Sul. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. João Simplicio A. de Carvalho. Exercício de 1929. AHRGS.
  - . Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Organizado pela Repartição de Estatística. Diretor Augusto M. de Carvalho. Anos de 1925-26-27. I Tomo. AHRGS.
  - . Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Rio Grande do Sul. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente do Estado, pela Secretaria

de Estado dos Negócios da Fazenda, Dr. João Simplicio A. de Carvalho. Exercício de 1929. AHRGS.

- . Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Rio Grande do Sul. Relatório apresentado ao Gal. J.A. Flores da Cunha, Interventor Federal, pelo Dr. Francisco Antunes Maciel Júnior, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Exercício de 1930. AHRGS.

- 49 Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Organizado pela Repartição de Estatística. Diretor Augusto M. de Carvalho. Anos de 1925-26-27. I Tomo. AHRGS.
- 50 Este processo já foi comentado anteriormente.
- 51 No relatório de estatística industrial de Santa Cruz do Sul em 1916. op.cit.
- 52 25 Anos. Companhia de Fumos Santa Cruz. Pequena monografia de um estabelecimento industrial e comercial que nasceu, viveu e venceu. Santa Cruz, Imprensa nas oficinas gráficas da Cia. de Fumos Santa Cruz, 1943.
- 53 Algumas considerações sobre o capital local/capital estrangeiro serão feitas posteriormente.
- 54 Em 1918 (25.2.1918), o jornal Kolonie recebe o nome de Gazeta de Santa Cruz, versado em português, considerado então órgão do Partido Republicano local. A partir de 19 de setembro de 1919, o jornal Kolonie reaparece com o título antigo e em língua alemã.  
Gazeta de Santa Cruz, 25.08.1918; Kolonie, 07.01.1920; 11.02.1921; 23.05.1921; 24.08.1923; 09.12.1924. Ludwig, 1849-1959; p.524.
- 55 Kolonie, 02.04.1924.
- 56 Terra Gaúcha. Diretor: Júlio Azambuja. Gerente: Guaracy Azambuja. Serviço de propaganda e informações gerais do Rio Grande do Sul. Maio e junho de 1930. Ano VII. nº 41. AHRGS.
- 57 LUDWIG, 1849-1949.
- 58 LOEFFLAD, Pastor Friederich (Coord.). Centenário de Rio Pardo. 1852-1952. Santa Cruz, Lamberts e Riedl, 1952.
- 59 DELHAES - Günther, op.cit.

- <sup>60</sup> SCHREINER, Carlos. Sucessor de Guilherme Schreiner. Fábrica de máquinas e fundição. Santa Cruz, Rio Grande do Sul, Brasil. Fundada em 1882. 1882-1932. 50 Anos. 25 anos. Companhia de Fumos Santa Cruz, op.cit.
- <sup>61</sup> Erinnerungs Album zur Jahrhundert feier der Deutschen Kolonisation in Rio Grande do Sul. Brasilien, s ed., 1824-1924.  
Album Comemorativo do Cincoentenário da Proclamação da República. 1889-1939. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Oficinas Gráficas de Rotermund & Co., São Leopoldo, 1939.
- <sup>62</sup> Empresa já mencionada, com 6 acionistas; todos eles aparecem na estatística industrial de 1916 com firmas isoladas.
- <sup>63</sup> LUDWIG, 1849-1949, pp.243-44-45.
- <sup>64</sup> Vide o já mencionado levantamento do jornal Kolonie de 01.06.1895.
- <sup>65</sup> DELHAES - Günther, op.cit.
- <sup>66</sup> LUDWIG, 1849-1949, pp.375-76.  
A fonte não indica quando, por quem e com quem foi feita a entrevista. Provavelmente foi feita por Ludwig em 1949.
- <sup>67</sup> Ibid., p.362.
- <sup>68</sup> Ibid., pp.358-59-60.
- <sup>69</sup> Sobre o "sócio capitalista" da empresa, sabemos que se trata do médico Heinz Von Ortenberg em: Telles, Leandro da Silva. Médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, São Lourenço de Brindes, APESC, 1980.
- <sup>70</sup> LUDWIG, 1849-1949, p.299.
- <sup>71</sup> Santa Cruz Anzeiger, 22.02.1907
- <sup>72</sup> Moog, Vianna. Um rio imita o Reno. Porto Alegre, Globo, IMEC, 1973, p.8.
- <sup>73</sup> Ramos e Osório, op.cit, p.46.
- <sup>74</sup> Godinho, op.cit., p.71.
- <sup>75</sup> Roche, op.cit., p.185.
- <sup>76</sup> Montalli e outros, op.cit., p.134.



### 3. AS ELITES ECONOMICAS TEUTAS EM SANTA CRUZ DO SUL NO CON- TEXTO POLITICO DO RIO GRANDE DO SUL E DE SANTA CRUZ DO SUL

#### 3.1 - Algumas Considerações sobre a Participação dos Teutos na Vida Política do Rio Grande do Sul.

Ao observarmos a vida política do Rio Grande do Sul, devemos, sem dúvida alguma, considerar as suas especificidades, que advêm de uma série de fatores que remontam à época do Brasil Império, conforme as observações de Helga Piccolo<sup>1</sup>:

"As relações do Rio Grande do Sul com o governo central já mostravam sinais de desgaste ao aproximar-se o fim do Primeiro Reinado, e a abdicação de D. Pedro I não mudou o tratamento recebido pelo Rio Grande do Sul. O pedido de ressarcimento dos prejuízos com a mobilização Cisplatina (1825-1828) não foi atendido. A província queixava-se da política financeira do governo imperial. Embora o Rio Grande do Sul contribuísse com rendas vultosas para o tesouro nacional, quase nada reverteria em seu benefício. O Rio Grande do Sul acudia para as despesas gerais mais do que outras províncias, mas faltava-lhe tudo".

Portanto, o Rio Grande do Sul historicamente percebia-se como um Estado aliado do poder político central. As elites econômicas agrárias gaúchas situavam-se numa posição de periféricas e subalternas, sem participação no poder

decisório em nível nacional. Com a Proclamação da República e a conhecida política do café com leite, esta situação não se altera de forma significativa, tanto que a Revolução de 30, da qual o Estado do Rio Grande do Sul foi uma das cabeças-mestras, demonstra a aglutinação desse descontentamento. Nosso objetivo aqui não é analisar esta problemática, mas a ressalva é necessária. Dentro dessas especificidades, em pleno domínio do Partido Conservador (1872) no Brasil, no Rio Grande do Sul o Partido Liberal, com suas propostas de federalismo e descentralização, vai conquistando a simpatia dos pecuaristas gaúchos, sendo vitorioso nas eleições para a Assembléia Legislativa. Em 1878, com a ascensão do Partido Liberal ao poder, o domínio dos liberais no Rio Grande do Sul se consolida.<sup>2</sup>

Com a Proclamação da República, o domínio do Partido Liberal no Rio Grande do Sul é colocado em xeque, junto com seu líder Gaspar Silveira Martins. Porém, com a ascensão do PRR (Partido Republicano Rio-grandense) assiste-se a uma contínua oposição, sendo o Estado palco de dois movimentos que cristalizam e demonstram esta realidade (a luta armada de 1893/95 e a de 1923), de acordo com as observações de Pedro C. Dutra Fonseca<sup>3</sup>:

"(...) A história da oposição gaúcha é bem mais complexa. Em linhas gerais, pode-se dizer que ela descende do PL, dominante no Rio Grande do Sul nas últimas décadas do Império. Uma vez proclamada a República, o PRR ganha adeptos monarquistas, especialmente do Partido Conservador. Mas grande parte dos antigos liberais, ainda tendo a orientação de Gaspar Silveira Martins, passa à opo-

sição. Este grupo fundou o Partido Federalista, em 1892, em congresso na cidade de Bagé. Outra parte da oposição foram as dissidências do PRR, que aparecem já em 1890, na 'União Nacional', em 1891, no Partido Republicano Federal, em 1895, no Partido Republicano Liberal. O Partido Republicano Democrático foi fundado em 1908, e neste já se encontra uma tendência de união das duas facções oposicionistas, ou seja, do grupo federalista e das dissidências republicanas. Finalmente, em 1924, em São Gabriel, foi fundada a Aliança Libertadora — uma verdadeira união oposicionista — reafirmada em 1928, quando passa a se chamar Partido Libertador, em congresso na cidade de Bagé".

Com a Revolução de 30, as disputas entre o PRR e a oposição são alteradas, e a formação da Frente Unica vem consolidar a arregimentação das elites econômicas gaúchas frente a um problema maior: a necessidade de se contrapor ao regime do café com leite (São Paulo e Minas Gerais).

Sabe-se que a oposição ao PRR durante a República Velha era identificada em grande parte com a elite pecuarista do Rio Grande do Sul que havia deixado o poder estadual junto com o Partido Liberal. Todavia, este fato não significa entendermos que parte da elite pecuarista não estivesse aliada ao PRR. Dessa forma, queremos destacar que nos identificamos com as interpretações que situam o movimento partidário gaúcho, durante o período da República Velha, como reflexo de uma compreensão diferenciada de projeto político das elites pecuaristas, portanto, podendo ser considerado em sua maior parte um conflito intraclasse. Esclarecedora análise dessa distinção ideológica nos fornece

Hélgio Trindade<sup>4</sup>, configurando-a em uma disputa de um pólo conservador-liberal x conservador-autoritário:

"(...) a clivagem ideológica entre duas famílias políticas que se confrontam, ao longo do período, inserindo-se em diferentes movimentos e estruturas partidárias: os conservadores-liberais versus os conservadores-autoritários. A inclusão das duas famílias no mesmo universo ideológico implica a postura subjacente de que se trata de uma divisão política originária de um setor rural, apoiado na grande propriedade e numa economia de tipo agropecuário, seja no governo, seja na oposição, a irrupção de uma fissura consistente que, no plano político-ideológico, atravessa o setor dominante da sociedade".

Grosso modo, poderíamos dizer que o PRR dispunha-se a defender um projeto econômico modernizador, que não buscava priorizar um setor econômico da sociedade gaúcha. Sua proposta era de trazer para seu campo novos setores econômicos que estivessem dispostos a se aliar a um projeto que não fosse apenas ligado aos interesses econômicos dos setores agropecuaristas<sup>5</sup>.

Na medida em que nossa preocupação maior neste momento é buscar uma compreensão de que forma aparece o imigrante alemão e seus descendentes na vida política e partidária do Estado, julgamos necessário, em primeiro lugar, destacar as diferenças entre os próprios. Acreditamos que não é possível entender as atitudes e comportamentos políticos das zonas coloniais alemãs sem estabelecer uma diferença dos setores econômicos existentes nestas sociedades. É muito comum encontrarmos generalizações a este respeito e cairmos no erro de incluir todos os setores coloniais numa mesma

compreensão<sup>6</sup>. Nesse sentido, acreditamos não ser possível falar em comportamento político do "imigrante alemão", mas sim de um comportamento político de um novo setor social: de comerciantes e industrialistas que tiveram uma atuação político-partidária, onde não é dito que o agricultor participava, mas sim era geralmente um espectador. Além dessa diferença, não podemos deixar de considerar as diferenças religiosas, como destaca Emílio Willems<sup>7</sup>:

"Protestantes e católicos alemães nunca têm a mesma hierarquia de valores, nunca encaram, por exemplo, o Estado da mesma maneira, nunca exercem suas profissões ou atividades econômicas obedecendo exatamente aos mesmos estímulos".

Na mesma linha observa Udo Ingo Kunert<sup>8</sup>, sobre o comportamento político de uma colônia alemã (São Sebastião do Caí), onde percebe uma relação partido-religião:

"Os católicos defendiam os ideais do Partido do Centro através do Deutsches Volksblatt, enquanto que os evangélicos pugnavam pela criação de um Koloniepartei, usando para tal o jornal Deutsche Post"<sup>9</sup>.

Quando analisamos o comportamento político da primeira colônia alemã no Rio Grande do Sul (São Leopoldo), observamos que nos primórdios não havia uma participação política do "imigrante", como comenta Sandra Jathay Pesavento<sup>10</sup>:

"Assim sendo, o fato de os primeiros imigrantes alemães terem sido festivamente recebidos em 1824 pelo Visconde de São Leopoldo, Presidente da Província, não implica que a imigração estrangeira tenha sido algo do interesse dos senhores de terra sulinas, nem que estes estivessem dispostos em partilhar o poder com os recém-chegados".

Este aspecto de uma certa "apatia" ou "receio" dos primeiros imigrantes, na época do Império, também é comentado na obra de Josué Guimarães<sup>11</sup>, onde percebemos que o sentido da política aparece para o imigrante como uma responsabilidade que não lhe é atribuída, "política é para eles":

"Philipp não sabia o que significava abdicar: D. Pedro I abdicaria, — O imperador abandonou o trono, deixou a coroa, abdicou, entendeu? — explicou Catarina para o filho. Dirigiu-se ao marido: — Contanto que não se metam no nosso trabalho, que nos deixem em paz, esses homens que troquem de coroa quantas vezes quiserem e entenderem".

Sem dúvida, o isolamento das colônias em nível de comunicação (falta de transportes principalmente) gerou dificuldades de participação e integração política. Mas já é consensual entre os estudiosos do assunto que a participação e integração das zonas coloniais está diretamente ligada ao seu desenvolvimento econômico, adquirindo então um peso frente à economia gaúcha. E é nesta conjuntura que aparece o comerciante como um setor disponível ao Partido Liberal, dando um acréscimo de forças ao projeto do partido no Rio Grande do Sul. Estabelece-se então um arranjo entre a elite pecuarista e os setores econômicos dominantes da região colonial, tendo como um defensor dos estrangeiros e acatólicos<sup>12</sup> o tribuno do PL, Gaspar Silveira Martins. Foi um dos batalhadores no senado para a efetivação da lei Saraiva, de 1881, que permitia a elegibilidade dos acatólicos, conquistando simpatias nas zonas coloniais alemães. Quanto à participação de Assembléia Legislativa, temos a dos

"Brummer"<sup>13</sup>, como de Frederico Haensel, Karl Von Koseritz (jornalista, maçom, desde 1878, membro do Partido Liberal), Ter Brügggen, Von Kalden e Frederico Bartholomay. Na verdade, estas lideranças, apesar de não serem naturais das regiões coloniais (em termos de possuírem uma vivência diferenciada), foram logo identificadas como representantes legítimos dos interesses (dos comerciantes em grande parte) das regiões coloniais alemãs. Cabe ressaltar que, se boa parte da elite econômica colonial se aliou ao Partido Liberal, não podemos tornar este argumento absoluto, pois sabe-se da existência de divergências político-partidárias nestas regiões já nas últimas décadas da monarquia. Demonstra-o Helga Piccolo<sup>14</sup>:

"Do que foi dito vê-se, pois, que na última década da monarquia os dois partidos — liberal e conservador, tinham nos seus quadros representantes da etnia alemã. É interessante salientar que Koseritz — sem dúvida a maior expressão individual como defensor dos direitos dos teutos-brasileiros — se encontrasse no partido de Gaspar Silveira Martins que tão denotadamente defendeu os direitos políticos dos acatólicos. E de 1881, a 1ª tentativa de Koseritz (que desde 1878 era membro do partido liberal) de se eleger. Conforme Ihering, citado por Oberacker, a culpa do insucesso deveria ser atribuída à desunião existente entre os de origem alemã por causa da posição anticlerical de Koseritz. Os católicos apoiaram o partido conservador que, em 1881, era opositor, além disso, também Ter Brügggen impediu por todos os meios, a eleição de Koseritz".

Apesar de a participação eleitoral ser bastante cerceada durante o Império às zonas coloniais (exigência de

nível de renda, ser católico), em nível de política local dos municípios coloniais a lei de organização dos municípios, de 1º de outubro de 1828, possibilitou aos imigrantes exercerem cargos de vereadores (na época conhecidos como conselheiros) sem distinção religiosa, exigindo apenas dois anos de domicílio no país, sem restrições a estrangeiros. Percebemos que esta "brecha" ocasionou uma possibilidade de manifestação dos interesses locais, em especial de articulação dos interesses econômicos, exercendo um papel dominante os comerciantes, estando na maior parte as câmaras municipais sob o domínio dos mesmos. Os comerciantes, portanto, eram aglutinadores do poder político local. Jean Roche<sup>15</sup> comenta este fato:

"Os empreendimentos coletivos e os jogos da política decidiram-se ou faziam-se geralmente em suas vendas e, na realidade, sob sua direção. Em duas gerações apenas, o comerciante tornara-se o verdadeiro dono da picada, quando passou para a vila, conservou esta predominância".

O PRR

Com a Proclamação da República, ~~o quadro da relação do PRR com as zonas coloniais busca conquistar os setores econômicos~~ ~~busca conquistar as zonas coloniais~~ ~~busca conquistar os setores econômicos~~ ~~do comércio e da indústria nascente.~~ Este

arranjo com os setores econômicos dominantes das regiões coloniais não é, portanto, inovador, pois foi num certo sentido a prática do Partido Liberal (PL). O PRR, dentro de sua política de não atender apenas às reivindicações de uma parcela da sociedade gaúcha, tinha como meta solidificar e ampliar sua base de apoio. A preocupação de estabelecer um arranjo com setores não ligados à elite pecuarista vem de-



monstrar o interesse em encontrar apoio em outras "plagas" eleitorais, na medida em que a população teuto-brasileira vinha conquistando peso na população gaúcha. A tabela fornecida por Love<sup>16</sup> vem demonstrar este fato:

Tabela 1

## Crescimento Populacional do Rio Grande do Sul

AREA	1890		1920		PORCENTAGEM DE CRESCIMENTO 1890-1920
	POPU- LAÇÃO	PORCEN- TAGEM	POPU- LAÇÃO	PORCEN- TAGEM	
Serra .....	375 039	41,8%	1 088 410	49,9%	190,2%
Campanha ..	224 195	25,0%	436 594	20,0%	94,7%
Litoral ...	298 221	33,2%	657 708	30,0%	120,5%
Estado ....	897 455	100%	2 182 713	100%	143%

FONTE: Crescimento populacional do RGS 1890-1920 (por região) In: Diretoria Geral de Estatística, Sexo, Raça e Estado Civil, Nacionalidade, Filiação, Culto e Analfabetismo da População Recenseada em 31 de dezembro de 1890 (Rio, 1989), p. 426-29 e Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, V. IV (1ª parte): população (Rio, 1926), p. 228-54.

A República, com relação à participação eleitoral, extinguiu o voto censitário, alterando-o pelo critério da alfabetização. O requisito de ser alfabetizado mais a naturalização em massa, possibilitada pela Constituição de 1891, criou boa ampliação de participação política eleitoral, em especial nas zonas coloniais. A título de ilustração, em 1890 Santa Cruz do Sul é o segundo município do Rio Grande do Sul em alfabetização, com 54% de alfabetizados<sup>17</sup> e em 1921, em pesquisa feita entre nubentes do respectivo ano, estão em ordem decrescente: Estrela, São Leopoldo e Santa

Cruz do Sul<sup>18</sup>. Se as idéias republicanas tiveram dificuldades para serem propagadas no início, devido ao analfabetismo, esta barreira em tese deveria ser bastante amainada nas zonas coloniais.

Na medida em que o PRR buscava alianças com alguns setores coloniais, foi necessário que os antigos aliados do PL fossem excluídos ou cooptados na participação política. A maioria dos estudiosos do comportamento político das zonas coloniais entende que a oposição ao PRR no Rio Grande do Sul foi fraca nestas regiões, como ressalta Love<sup>19</sup>, por exemplo:

"A oposição do PRR fazia-se mais forte nos municípios da fronteira, onde os federalistas tinham encontrado seu maior apoio durante a guerra, e era muito fraca nas comunidades da Serra, povoados de colonos italianos e alemães".

Acreditamos, porém, que tanto na reação à Proclamação da República, como no decorrer desta houve um comportamento político oposicionista em algumas zonas coloniais, que a nosso ver não pode ser totalmente negligenciado (pois este, quando alguma conjuntura específica lhe permitia, aparecia no cenário).

Como indicador desta nossa consideração, percebemos, por exemplo, que a revolução federalista em algumas zonas coloniais alemãs foi de aderir aos federalistas. Como ressalta o artigo de José Alfredo Schierholt<sup>20</sup> sobre a revolução federalista em Estrela e Lajeado:

"(...) Em Estrela, mais próximo de Taquari e na mesma margem esquerda do rio, e mais internamente em Lajeado, o número de republicanos diminui, restringindo-se

a autoridades e empregados públicos. Os proprietários de casas comerciais, industriais e empresas rurais são, em grande parte, liberais tornando-se federalistas".

Nas eleições governamentais de 1907 (portanto, 18 anos após a Proclamação da República), o chefe do PRR de São Gabriel, Fernando Abbott, desliga-se do partido e alia-se aos dissidentes republicanos com o apoio de Assis Brasil, concorrendo a governador em disputa com o candidato de Borges de Medeiros (que então não se recandidata), Barbosa Gonçalves. Observamos que, nesse ano, em algumas zonas coloniais alemãs antigas, o candidato da oposição faz um votação expressiva, vencendo possivelmente em alguns municípios.

Vejamos:

Tabela 2

Eleições Estaduais de 1907 nas Colônias Antigas

MUNICIPIO	CARLOS BARBOSA	FERNANDO ABBOTT	PERCENTUAL DA OPOSIÇÃO
Estrela .....	633	959	60%
Lajeado .....	791	845	51%
Montenegro .....	991	847	46%
Santa Cruz do Sul .....	1 001	730	42%
São Leopoldo .....	1 634	1 101	40%
São Lourenço .....	838	61	6%
São Sebastião do Cai .....	591	441	42%
Taquara .....	2 677	208	7%
Venâncio Aires .....	712	429	37%

FONTE: Kolonie, 30 de novembro de 1907.

Obs.: Falamos em "possivelmente", pois segundo o jornal, ainda faltavam algumas mesas (einzelne Tische) para serem apuradas. Não conseguimos a informação exata,

pois o jornal não menciona mais nada a respeito. Porém, a respeito de Santa Cruz do Sul, o jornal Santa Cruz Anzeiger de 28 de novembro de 1907, dá como resultado: Barbosa: 1.062 e Abbott: 729. Desta forma não é possível apresentar dados precisos, mas o que interessa é a tendência.

Se as eleições de 1907 demonstram uma votação respeitável da oposição na zona colonial alemã, tal fato não pode ser constatado em 1922. A conjuntura política de 1922, de acordo com Antonacci<sup>21</sup>, configurava-se da seguinte forma:

"Os grupos políticos da oposição, divididos e afastados por querelas partidárias, em 1922 aproximaram-se e fundiram-se num só movimento contra o exercício exclusivo do poder por parte do PRR. Invocando pontos em comum com o programa político de Assis Brasil e uma ação política idêntica (orientada para a revisão da Constituição Estadual), os federalistas lançaram-se na campanha eleitoral de 1922. E lançaram-se nesse movimento prevendo uma derrota eleitoral, mas contando com outras perspectivas de vitória, pois (...) o Sr. Bernardes, que se mostra muito reconhecido à oposição rio-grandense não poderá desinteressar-se, durante seu governo, dos que com tanta espontaneidade e firmeza se colocaram ao seu lado". Como a Constituição Rio-Grandense instituíra que o candidato a uma reeleição deveria obter 3/4 partes dos votos do eleitorado, as oposições julgaram impossível que Borges obtivesse tão elevada votação. Além disso, em 1922 contaram com o auxílio do governo federal: como Borges e o PRR tinham feito campanha contra Bernardes (apoiando Nilo Peçanha na "Reação Republicana"), jogaram com a possibilidade de uma intervenção Federal, que pusesse fim ao PRR".

Sem a intenção de entrarmos nos aspectos posteriores a essas eleições, como a luta armada de 1923 e após o Pacto de Pedras Altas, percebemos que <sup>nesta</sup> na situação as zonas coloniais

alemãs não aderiram de forma significativa ao voto em Assis Brasil. Os dados confirmam este fato, por exemplo nas colônias alemãs antigas:

Tabela 3

## Eleições Estaduais de 1922 nas Colônias Antigas

MUNICIPIO	BORGES DE MEDEIROS	ASSIS BRASIL	PERCENTUAL DA OPOSIÇÃO	TOTAL DE VOTOS VALIDOS	TOTAL DE POPULAÇÃO	PERCENTUAL DE ELEITORES
Caí .....	4 132	250	5%	4 382	36 130	12,1%
Estrela .....	1 035	138	12%	1 173	23 790	4,9%
Lajeado .....	2 343	242	9%	2 585	37 360	6,9%
Montenegro .....	1 548	319	17%	1 867	41 420	4,5%
Santa Cruz do Sul	1 434	357	19%	1 791	35 420	5,0%
São Leopoldo .....	2 132	250	10%	2 382	45 860	5,1%
São Lourenço .....	2 153	374	14%	2 527	19 560	12,9%
Taquara .....	3 112	418	11%	3 536	37 530	9,4%
venâncio Aires ...	1 178	56	4%	1 234	18 640	6,6%
					Média	7,2%

FONTE: Roche, op.cit., p. 733 e Gertz, René. O fascismo no Sul do Brasil. Germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre. Mercado Aberto. 1987. p.43.

Esta inexpressiva votação da oposição nas zonas coloniais demonstra um aspecto que não pode ser desconsiderado sob hipótese alguma, mesmo que a eleição de 1922 tenha sido caracterizada por alto índice de ocorrências de fraudes. Se em 1907 as zonas coloniais votam significativamente na oposição, este fato é totalmente alterado em 1922, quando novamente a oposição tem um candidato próprio.

Porém, ao observarmos a zona da campanha, constatamos que, apesar de a oposição ter feito uma votação

expressiva, o nível de participação eleitoral da campanha não é muito diferente da zona colonial alemã:

Tabela 4

## Eleições Estaduais de 1921

MUNICIPIO	BORGES DE MEDEIROS	ASSIS BRASIL	PERCENTUAL DA OPOSIÇÃO	TOTAL DE VOTOS VALIDOS	TOTAL DE POPULAÇÃO	PERCENTUAL DE ELEITORES
Alegrete .....	531	244	31,4%	775	30 770	2,5%
Bagé .....	3 309	1 284	27,1%	42 770	42 770	10,8%
Canguçu .....	948	745	44%	32 230	32 230	5,2%
Caçapava .....	712	682	48%	20 060	20 060	6,9%
Encruzilhada .....	684	502	42%	27 210	27 210	4,3%
Ercval .....	386	223	36%	9 250	9 250	6,5%
Palmeira .....	1 867	1 002	34%	43 876	43 876	6,5%
Quaraí .....	723	373	34%	14 540	14 540	7,5%
Uruguaiana .....	1 270	883	41%	31 870	31 870	6,7%
					MEDIA	6,4

FONTE: Roche, op.cit., p. 733 e Gertz, op.cit., p. 43.

A respeito das eleições estaduais de 1922, René

Gertz<sup>22</sup> analisa:

"O resultado desta eleição, com seu alto percentual de votos em favor do governo nas regiões de colonização alemã, não foi atípico. Ele reflete uma situação válida para todo o período que vai do último decênio do século passado até 1930. Um fato que em geral não é levado em conta não poderia ser visto na tabela original de Roche. Ela foi, por isso, ampliada em duas colunas, acrescentando-se o número de habitantes dos municípios e calculando-se o percentual da população que compareceu às urnas. Estes dados mostram claramente que a participação eleitoral na zona colonial alemã de maneira nenhuma era mais baixa que na população em geral. Este fato nos permite deduzir que a indiferença ou o abstencionismo político na zona colonial alemã não era menor que na campanha".

E preciso também considerar que a votação em massa no candidato situacionista (PRR) nas zonas coloniais tem motivações diferentes. De acordo com Sandra Pesavento<sup>23</sup>, o voto dos setores dominantes e o voto do agricultor da zona colonial tem diferentes conotações:

"Os bem sucedidos representantes dos imigrantes apareciam, por um lado, como sócios menores do grupo hegemônico que dirigia a sociedade civil, o seu consenso ao esquema de poder consagrava e fortalecia a hegemonia da classe dirigente. Por outro lado, seus interesses econômicos deveriam ser considerados e, na medida do possível, atendidos pela facção da classe dominante agropecuarista no poder (...). No equilíbrio entre coerção e consenso do estado gaúcho de orientação positivista, os descendentes de imigrantes desempenharam um duplo papel: pelo apoio ao partido político no poder, usufruíram proveito disso em concessões de ordem econômica, no tocante à coerção, deram apoio ao poder instituído, como se pode ver na atuação da classe dominante com relação ao problema operário. Já com relação àqueles setores de descendência imigrante que permaneciam no campo, como pequenos proprietários, mantinham uma orientação de 'votar no governo para trabalhar em paz'".

Também temos que levar em conta que o PRR não rompeu totalmente com alguns princípios liberais, fato que não prejudicou de maneira incisiva a identidade de alguns setores coloniais que tradicionalmente se aproximaram do Partido Liberal. Ressalta Helga Piccollo<sup>24</sup>:

"A liberdade de comércio e indústria apregoadas pelo PRR mostrava que a sua fundamentação ideológica, ou seja, positivista, não significava a ruptura total com o liberalismo. A liberdade de culto, a secularização dos cemitérios, o casamento civil obrigatório, o registro civil dos nascimentos e óbitos, constantes

CALCADA

das 'Bases' apontavam para a separação entre Igreja/Estado. A separação entre o poder temporal e o poder espiritual defendida pelo PRR como 'uma questão doutrinária ~~abordada~~ no positivismo' mostra outra identificação com princípios também caros ao liberalismo".

Apesar de as eleições estaduais de 1922 demonstrarem a votação em massa no candidato situacionista, buscaremos no decorrer deste capítulo ressaltar que as generalizações a respeito das relações da oposição e PRR nas zonas coloniais podem nos levar a uma conclusão precipitada. Acreditamos que a partir de um estudo de caso, devido à complexidade do tema, teremos condições de observar, em nível local, de que forma esta relação se estabelecia. Evidentemente que os estudos de caso não têm como objetivo universalizar as constatações, mas apenas redimensionar e complementar as análises mais gerais sobre o tema.

Um dos principais fatores de barganha e simpatia política das zonas coloniais alemãs, conquistado pelo PRR, foram as políticas do governo na construção de vias férreas, escolas, estradas, etc. Porém, a oposição tinha adquirido uma tradição da época da monarquia (Partido Liberal), que não desapareceu por completo. Mesmo com as políticas do PRR de não priorizar os interesses pecuaristas, de modernizar a economia, de a República ter abolido a religião católica como a religião do país, enfim uma série de políticas que em princípio favoreciam as zonas coloniais alemãs, entendemos que não significaram a eliminação completa da oposição. Os desentendimentos do líder das zonas coloniais alemãs,



Koseritz, com Castilhos, por exemplo, deixou raízes que não foram arrancadas por inteiro:

"Como resultado dos artigos endereçados aos príncipes visitantes, viu-se Castilhos envolvido numa acesa polêmica com o veterano jornalista Carlos Von Koseritz (...). Era a segunda vez que as duas maiores penas da província (no sentido do jornalismo) se defrontavam (...). Agora, Von Koseritz empreendia a defesa dos príncipes, publicando em 'A Reforma', que lhe cedeu espaço, o artigo intitulado 'S.S. Altezas Imperiais', (...) Castilhos deu-lhe réplica imediata, e, durante quase um mês, os meios políticos e literários da capital acompanharam em suspenso o duelo dos dois notáveis polemistas"<sup>25</sup>.

A nossa preocupação, no decorrer deste capítulo, será demonstrar que nem sempre as elites econômicas coloniais (comércio e indústria), durante a República Velha, tinham uma compreensão e atividades políticas homogêneas. Nossa tese busca observar que parte desta elite estava disposta a aderir ao PRR, enquanto outra estava preocupada em estabelecer uma relação de autonomia frente ao partido, visando barganhar a colocação de seus representantes, sem uma acatamento incondicional das ordens do PRR estadual. Tal tema traz no seu bojo o entendimento de que a oposição ao PRR e as "dissidências" não tinham bases apenas na campanha, e que nas zonas coloniais muitas vezes também se refletia uma disputa de elites numa compreensão de dois projetos distintos já mencionados anteriormente (conservador-autoritário x conservador-liberal). Porém acreditamos que esta compreensão política distinta das elites econômicas coloniais tem variáveis explicativas que não se delineiam

somente dentro de uma lógica ligada à política gaúcha. Entendemos que a vida política e partidária das elites econômicas coloniais situa-se também em variáveis que dizem respeito a uma realidade distinta e própria destas zonas, que são: as relações entre os partidos e estas elites que se sedimentam, por exemplo, a partir da tradição de fidelidade a algumas personalidades (por exemplo: Gaspar Silveira Martins, Koseritz); a questão étnica (como elemento que faz criar uma identidade que não a do gaúcho); o problema religioso, que várias vezes gerou compreensão e atitude política divergente entre os habitantes das zonas coloniais alemãs; o germanismo, que, de acordo com René Gertz<sup>26</sup>, muitas vezes serviu como uma forma de dominação entre os próprios teutos:

"Constata-se então que, apesar de os camponeses cultivarem amplamente língua, tradições e modos de vida peculiares da etnia alemã, eles não o faziam a partir de um plano ideológico consciente, mas antes por algo que se poderia chamar de inércia. Os elementos das camadas ascendentes são em geral apresentados como 'renegados étnicos'. Constatamos então que o germanismo é uma ideologia que atrai sobretudo as elites e seus aliados. Deve-se destacar que este germanismo tem uma função voltada especialmente para as relações de dominação entre os próprios teutos e de forma alguma representa uma oposição ao status quo político no Brasil".

### 3.2 - As Elites Econômicas Santa-cruzenses e a Reação à Proclamação da República

Ao nos preocuparmos em observar de que modo as elites econômicas santa-cruzenses reagiram à Proclamação da

República e como se relacionaram com o PRR (Partido Republicano Rio-grandense), tivemos que nos ater basicamente a dois tipos de fontes diferenciadas: a imprensa local<sup>27</sup>, que demonstra de que maneira aconteciam as atividades políticas locais, a correspondência do Conselho Municipal (Câmara Municipal) com o governo estadual e a correspondência de Borges de Medeiros com as lideranças políticas de Santa Cruz do Sul<sup>28</sup>. De acordo com essas fontes, observamos a articulação das elites econômicas santa-cruzenses com o PRR e a oposição local. Podemos constatar que não existe um consenso entre as elites e que suas reações não são homogêneas.

A partir de 1878, com a hegemonia do Partido Liberal (PL) no Rio Grande do Sul, uma parcela da elite econômica santa-cruzense se filia ao PL e participa da vida política municipal.

Confirma-se a observação de Sandra Pesavento<sup>29</sup>:

"Em termos gerais, a partir da década de 80, a situação política dos alemães ficou, no plano das câmaras municipais, entregue aos comerciantes, como grupo dirigente".

Basta olhar os nomes dos integrantes das primeiras câmaras municipais e chegamos a esta constatação: são tipo "senhores" da região, e o "colono" (agricultor), na maior parte, não participa. Num certo sentido, poder-se-ia falar na era "Trein" em Santa Cruz do Sul; este personagem aglutina as forças locais (era maçom, fazia parte da diretoria do atual colégio Mauá, presidente de clubes sociais, teve vários cargos político-administrativos, entre outras

atividades suas já referidas no capítulo anterior). Sua influência econômica era notável, sendo o cidadão que mais pagava imposto territorial no exercício de 1909 em Santa Cruz do Sul<sup>30</sup>. Estão presentes na Câmara Municipal nomes de comerciantes como Frederico Guilherme Bartholomay, Abrahão Tatsch, Felipe Heuser, entre outros. Esta elite econômica e política local estava ligada ao PL e ao líder Gaspar Silveira Martins. Portanto, a elite pecuarista gaúcha e uma ala da elite econômica de Santa Cruz do Sul pertencia a uma mesma agremiação partidária. Fato que chama atenção é que todos são ligados à loja Lessing (Maçonaria), sendo que na sessão da abertura desta (16 de agosto de 1880), Koseritz está presente como presidente da comissão reguladora. Contudo, não podemos afirmar que não havia comportamentos hostis ao PL no município neste período. Em dezembro de 1878, por exemplo, apesar do "entusiasmo"<sup>31</sup> da visita do tribuno Gaspar Silveira Martins a Santa Cruz do Sul, constatamos um fato curioso, mencionado por Menezes<sup>32</sup>:

"Ai, na referida praça foi plantada uma árvore denominada — Carvalho — para comemorar a digna visita do ilustre parlamentar brasileiro, o Conselheiro Dr. Gaspar Silveira Martins, o que foi feito depois de uma luminosa alocução pronunciada pelo cidadão Guilherme Koch, primeiro suplente do juiz municipal em exercício (...) precária sorte, porém aguardava a planta assim tão solenemente lançada ao solo. Não porque este lhe negasse o alimento necessário, mas pela circunstância bem simples e mais humana de habitar nas proximidades do lugar um adversário político da personagem prestigiosa, em cuja honra era plantado este carvalho. De fato, segundo reza a tradição, entendeu o sistemático opositor de

regá-la, não com a água do céu caída, mas com outro líquido menos propício ao desenvolvimento da tenra planta. E tantas vezes à hora crepuscular repetiu a operação, e tão regular e pachorrentamente o fez que, por fim alcançou o seu intento, digno por certo da intransigência das idéias políticas por ele professadas em desacordo com aquele (...)"

Também sabemos da existência do clube republicano em Santa Cruz do Sul em 1884 (ano de fundação), apesar de serem apenas 7 sócios fundadores (João Leite Pereira da Cunha, Adão Jost, Vasco de Azevedo e Souza, Frederico Pedro Lobo D'Avila, Carlos Dreher, Ignácio Francisco Hübner, e outro nome que não conseguimos determinar)<sup>33</sup>.

Com a Proclamação da República, a elite econômica santa-cruzense, alojada no partido de Gaspar Silveira Martins, não adere totalmente ao PRR e configura-se num grupo que se mantém em retranca, manifestando, quando possível, sua oposição ao PRR.

A tradição de uma oposição em Santa Cruz do Sul não se dá apenas no início da República. De acordo com a observação de Helga Piccollo<sup>34</sup>:

"Santa Cruz, município compreendido na antiga zona colonial alemã, foi alvo constante de atos governamentais denotando a política intervencionista que punha em xeque a autonomia municipal. E foi em Santa Cruz que Assis Brasil obteve a maior percentagem de votos nas antigas zonas coloniais, 19% (dado Roche). O resultado das eleições embora a derrota de Assis Brasil, mostrava como a oposição ao PRR crescia e esse crescimento também ocorre nas áreas de colonização alemã".

Proclamada a República, o Rio Grande do Sul não ficou apático ao movimento:

Castilhos, anulando a  
Constituição de 14  
de julho.

"Em novembro de 1891, a oposição gaúcha liderada por Joca Tavares depôs ~~Castilhos e a constituição de 14 de julho~~ e fazendo cair os governos municipais. Iniciou-se o período do chamado 'governicho'. Em 1892, o PRR, tendo realizado aproximações vantajosas com o exército, conduziu Castilhos novamente ao poder"<sup>35</sup>.

Vejamos como a Proclamação da República é recebida pela Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul. Em correspondência expedida a 2 de dezembro de 1889 ao Marechal Visconde de Pelotas (então Governador do Estado), a Câmara Municipal pede liberdade para Gaspar Silveira Martins. Apenas em 17 de janeiro de 1890 é nomeada, pelo Governador político do Estado, uma Comissão para governar Santa Cruz do Sul, sendo todos os integrantes ligados ao movimento republicano (entre eles Joaquim José de Brito, João Leite Pereira da Cunha, Adão Jost). Mesmo assim a oposição mantém-se atenta e no mês de janeiro de 1891 os eleitores liberais de Santa Cruz do Sul reúnem-se (16.01.1891)<sup>36</sup>, sob a presidência de Carlos Trein Filho e convidados de Porto Alegre (Dr. Ludwig, Germano Hasslocher e Pedro J. Soares). Germano Hasslocher fez uma declaração (A Reforma - Órgão do Partido Liberal, Porto Alegre, 28.01.1890) onde se posiciona contra a imposição de uma não cultuação do germanismo (língua, literatura, etc.), sendo a favor da liberdade religiosa e se manifestando em favor da posição de Koseritz<sup>37</sup>. No encontro é discutida a necessidade de manter os liberais reunidos e

ligados à União Nacional<sup>38</sup>. Nesta ocasião também foram eleitos os membros do diretório municipal; entre eles, nomes de figuras expressivas na vida econômica local (Rodolfo Eifler, Abraão Tatsch, George Julio Eichenberg, João Pedro Koelzer e, evidentemente, Carlos Trein Filho).

Não são apenas os liberais que se mantêm atentos na comunidade santa-cruzense nos inícios da República, pois, conforme notícias da Kolonie (14.03.1891), o diretório provisório da "Zentrumspartei" foi substituído numa assembléia por um diretório definitivo, sendo membros Bernhard Stein (presidente), Wilhelm Hoefel (secretário), August Hart, Christian Schuck, Georg Frantz<sup>39</sup>.

Na primeira eleição ocorrida em Santa Cruz do Sul no período republicano (15.10.1891), o Partido Republicano Federal (onde estão os antigos liberais locais) decide não concorrer aos cargos majoritários, distribuindo um panfleto concitando os membros a não participar das mesmas. Interessantes são as negociações da "Zentrumspartei" (Partido do Centro) com a "Regierungspartei" (Partido do Governo), onde o Partido do Centro, em reunião do diretório, decidiu apoiar o candidato do governo, sob a condição de concorrer com três membros para o Conselho do total de 7 candidatos (eram eles: Jorge Frantz, Wilhelm Hansel e Christian Schuck, todos católicos), porém não houve consenso para o acordo. O resultado das eleições foi apurado pelos integrantes da Câmara (que havia sido nomeada pelo governador político), sob a presidência executiva de João

Leite Pereira da Cunha. O resultado oficial foi o seguinte: Abrahão Tatsch (antigo liberal, já mencionado anteriormente), como o mais votado (576 votos) para presidente, Paulo Billig e Adão Jost (ambos faziam parte da Comissão nomeada pelo Governador político do Estado), Frederico Strohschöen (não se sabe neste momento sua ligação partidária), Guilherme Haensel, Jorge Frantz e Christian Schuck (Partido do Centro). Este conselho (câmara) recebeu a incumbência de fazer a lei orgânica.

Com o "governicho", a conturbação política também se reflete em Santa Cruz do Sul, onde há inclusive um atentado contra um mensageiro de Trein (Kolonie, 21.11.1891), que estava enviando correspondência a outra localidade, mas conseguiu escapar. Dentro desta conjuntura política, é convocada uma reunião pública com a presença de 67 pessoas. Na ocasião (13.11.1891), é eleita uma junta provisória para administrar Santa Cruz do Sul. O cargo de presidente da junta evidentemente fica com Carlos Trein Filho e o de secretário com Bernardo Krische (antigos liberais).

Importante neste sentido é relembrarmos o seguinte acontecimento político-partidário no Rio Grande do Sul:

"A tensão aumentou em janeiro de 1892, quando Silveira Martins regressou ao Rio Grande, vindo do exílio da Europa. Sua presença no estado fez com que a ampla coalização de nome Partido Republicano Federal se desintegrasse, pois os republicanos históricos dissidentes não queriam submeter-se à vontade do tribuno. Em março a nomenclatura política ficou mais confusa quando nasceu uma nova organização. O Partido Federalista. Diferentemente do PRF, o Partido Federalista



não significou um agrupamento efêmero, permaneceu em cena durante três décadas<sup>40</sup>.

O Partido Federalista está presente na vida política santa-cruzense e adquire uma força que não pode ser desprezada.

Mas, vejamos como a volta de Júlio de Castilhos ao poder (17.06.1892) é recebida em Santa Cruz do Sul. Em 22 de junho de 1892, o governo do Estado indica uma comissão para Santa Cruz do Sul, constituída por João Leite Pereira da Cunha (PRR)<sup>41</sup>, Jorge Henrique Eichenberg<sup>42</sup>, procurador da Intendência, Ernesto Zietlow, delegado de Polícia. A Comissão devolve a administração do município aos eleitos em 15 de outubro de 1891, tendo como presidente o Sr. Abrahão Tatsch (proprietário de fábrica de banha, anteriormente mencionado, ligado a Trein). Mas a 4 de novembro de 1892, o governo do Estado nomeia para intendente de Santa Cruz do Sul João Leite Pereira da Cunha, tomando posse como função executiva do município em 7 de dezembro de 1892. Dissolve-se a junta administrativa, mas permanece o presidente da Câmara ligado a Trein, Abrahão Tatsch. Percebe-se que o governo estadual não permitia lideranças locais que não fossem de seu agrado, em especial quando estas apresentavam uma representação política que não buscava uma relação de subalternidade e mantinha uma resistência para aderir ao PRR, como vem confirmar a observação de René Gertz<sup>43</sup>:

"Enquanto que nos outros estados a dominação política local e regional era exercida, quase sem exceção, pelos maiores latifundiários, permitindo que se

parta do pressuposto de que posição sócio-econômica e posição política se sobrepunham, havia no Rio Grande do Sul freqüentes exceções a esta regra, de modo que se pode falar de um tipo especial de coronelismo. Se o 'chefe natural' de um município não agradava ao presidente do estado, este enviava um funcionário ao lugar, a fim de tomar conta da política local. Esta liderança não decorria então da posição social dentro da sociedade local ou regional, mas do respaldo que o governo estadual lhe dava".

Mal assume o cargo, Pereira da Cunha, através do delegado em exercício, manda arbitrariamente prender os membros do diretório federalista (Kolonie, 05.11.1892). São eles: George Julio Eichenberg, Wilhelm Eichenberg, Adam Fetter, Peter Kölzer, Bernhard Krische, João Batista de Azevedo, Marcus Brito de Oliveira, somente libertados depois da posse do delegado titular Ernesto Zietlow. Carlos Trein Filho recebe ordem de Porto Alegre para não se afastar de Santa Cruz do Sul (Kolonie, 25.02.1893) e após este confinamento, Trein, junto com George Julio Eichenberg, Herrmann Heitting e August Harth, vai à Alemanha (Kolonie, 26.04.1893).

Fato curioso a observar é a luta armada de 1893/95 em Santa Cruz do Sul, pois não se tem notícias de uma luta armada com a participação dos líderes federalistas da comunidade como Trein, Eichenberg, Krische, etc. Os artigos de Hardy Martin<sup>44</sup> vêm num certo sentido esclarecer este fato, salientando a idéia de que na realidade as invasões e conflitos existentes neste período em Santa Cruz do Sul possi-

velmente têm mais a ver com conflitos não diretamente ligados à luta federalistas x legalistas. De acordo com o autor:

"Em toda a chamada 'Região Colonial' começaram a surgir, logo após o início da Revolução Federalista, tropas irregulares, nem sempre ligadas apenas aos ideais dos revolucionários autênticos. Muitas vezes representavam o momento de mostrar ódios locais, regionais e até pessoais. Bem poucos colonos, agricultores reais participaram da luta entre maragatos, assim foram chamados os revolucionários, e pica-paus, os legalistas. A maior parte do contingente revoltado na nossa região colonial era composta de pessoas de pouca ou nenhuma instrução pública, poucos sabendo algo de federalismo, mas muitos desejando vantagens pessoais. (...) O intendente, talvez não confiando, ou por achar o número de integrantes da Guarda Municipal muito reduzido, convocou, em fim de 1893, alguns homens para o serviço da Guarda da intendência. Estes homens foram recrutados, apesar de serem chamados de 'voluntários', na nossa Serra, no Herval. De início tudo bem, mas com o passar das semanas, estes homens começaram a ficar inquietos, pois não compreendiam a razão de sua permanência na guarda da Câmara, uma vez que nada aconteceu. Manifestaram o desejo de voltar aos lares, na Serra, negando-se mesmo a continuar a prestar este serviço 'voluntário'. Terminaram com ameaças de revolta. Regressaram à Serra, mas foram considerados rebeldes pelo intendente, e a sua vinda a Santa Cruz lhes foi proibida. No início os serranos não se importaram com tal resolução das autoridades santacruzenses. Com o passar do tempo, porém, começaram a faltar aos serranos sal e vestimentas. A agitação, na Serra, tomou vulto. O intendente, alertado para o problema, não deu ouvidos a conselhos e recomendações. Não acreditou que os serranos fossem capazes de partir para a luta armada. (...) Surge neste momento, uma reflexão necessária: todos sabemos que foi chefe dos 'Federalistas' (?) (sic-SK) que invadiram Santa Cruz, o cidadão José Antonio Ferreira, o Zeca

Ferreira, morador lá na serra. Pelas informações orais, transmitidas de geração em geração, Zeca era tido na região como pessoa correta, um líder até. Será possível que, residindo naquela distante e isolada região, sem qualquer comunicação regular, estivesse participando dos ideais federalistas dos revolucionários provinciais? É um ponto importante, fundamental até, para o perfeito esclarecimento histórico dos fatos. Não conseguimos, apesar da nossa pesquisa bastante cuidadosa, uma resposta convincente. A hipótese que nos parece mais provável é a de Zeca Ferreira ter sido insuflado a uma vingança contra as autoridades de Santa Cruz devido à situação criada pelo intendente, como vimos linhas atrás".

Este problema levantado por Hardy Martin também é mencionado no livro organizado por Theodoro Amstad<sup>45</sup>.

Apesar destas peculiaridades, sabemos, por exemplo, que o comerciante Theodoro Schilling (já mencionado anteriormente, presidente fundador da União Comercial e Industrial em 1917 e um dos fundadores da Cia. de Fumos) era amigo de Zeca Ferreira, e, segundo informações<sup>46</sup>, era federalista. Theodoro Schilling, porém, era responsável pelo comando de uma força local que defendia a "neutralidade" do município e responsável pela defesa de Santa Cruz do Sul. Também João Schilling, federalista, ofereceu sua casa de negócio como local de encontro para um acordo de paz (1895). Rodolfo Eifler (figura de destaque no comércio local, sócio da "fábrica" de fumo Sul Brasileira Ltda. fundada em 1922, maçom, 20.11.1894) participou como negociador, indicado pelo governo republicano, para tratar a paz na revolução federalista em Santa Cruz do Sul com Zeca Ferreira. Isto

porque houve desentendimentos entre o intendente e o delegado. Eifler aderiu a uma ala castilhista ligada a Galvão Costa e não a João Leite Pereira da Cunha, iniciando-se assim um processo de cooptação<sup>47</sup> de lideranças locais pelos republicanos. Além de Rodolfo Eifler, faziam parte de uma unidade de vigilância, na parte de comando, pessoas de confiança dos republicanos como: João Fidêncio, Theodoro Firmbach e Jorge Henrique Eichenberg (maçom, comerciante). Observamos então que personagens políticos federalistas e republicanos participaram dos acontecimentos, de forma que não podemos concordar totalmente com a tese de que as clivagens políticas existentes no Estado como um todo não tinham correspondência em Santa Cruz do Sul.

Pesquisando o jornal Kolonie, deste período, sabe-se que houve incidentes entre tropas legalistas e federalistas, inclusive mortes:

"Aos 29 de setembro de 1893, soldados da tropa do coronel Portugal penetraram na linha João Alves com o fim de confisco de cavalos, a senhora do agricultor Sehmern não concordou e foi morta com um tiro no peito, foram tropas legais, posteriormente o coronel pediu desculpas e prometeu severa punição" (Kolonie, 07.10.1893).

Com o assalto dos revolucionários em Santa Cruz do Sul (fevereiro de 1894), as forças legais ficam no município para resguardar a região. Na sua retirada, o então intendente João Leite Pereira da Cunha vai junto com as tropas legais, e o município é governado pelo subintendente do primeiro distrito, Tte. Frederico Lobo D'Ávila. João Leite

Pereira da Cunha volta apenas quatro meses depois, agora não mais aceito pela comunidade. Renuncia em junho, sendo nomeado então, pelo Presidente do Estado, Galvão Costa para intendente de Santa Cruz do Sul.

Com a paz (1895), os maragatos conseguiram do governo a promessa de que a Constituição seria revista e que não fosse possível a reeleição sucessiva do Presidente do Estado (não foi cumprido).

Apesar da relativa consolidação do PRR, já nas primeiras eleições para intendente em Santa Cruz do Sul (pós-movimento 93-95), reavivam-se as antigas oposições no município. O Partido do Centro prepara-se (Kolonie, 29.04.1896), formando um comitê para tratar do assunto. O redator do jornal Kolonie (24.04.1896) reclama do descaso que os protestantes mostram pela política, ao contrário do Partido do Centro Católico, o qual investe esforço para recrutar eleitores católicos. Cabe ressaltar aqui que o redator evidentemente está falando não na elite política, pois sabe-se que, por exemplo, o diretório dos federalistas em Santa Cruz do Sul está ligado a nomes de famílias influentes (Eichenberg, Tatsch, Trein, Heuser, etc.) que são de religião protestante.

Interessante observarmos a postura do jornal Kolonie<sup>48</sup>, que em editorial (10.06.1896) critica o intendente Galvão Costa por não ter procurado entrosamento com o "povo da vila", ligando-se apenas a umas poucas pessoas de seu partido. No dia 17 de junho de 1896, em editorial, é

sugerido o nome de Carlos Trein Filho como candidato de "consenso" de todos os santa-cruzenses.

Saem as eleições no dia 07 de outubro de 1896, com dois candidatos de oposição, Carlos Trein Filho (Federalista) e Wilhelm Hansel (Partido do Centro, católico) e um da situação, Galvão Costa. O candidato republicano busca apoio nos setores empresariais do município, demonstrando também suas facilidades em conseguir benefícios para Santa Cruz do Sul, por ser um candidato do governo<sup>49</sup>:

"(...) Só me preocupará a idéia de bem servir ao município, quer auxiliando o desenvolvimento de suas florescentes e variadas indústrias, (...)". "(...) que, achando-me na melhor inteligência possível com o governo do estado dele obterei a realização de vários melhoramentos materiais de importância, tendo já de alguns obtido sério prometimento (...)".

Mesmo com esta declaração, o candidato do PRR não conquista grandes simpatias. O resultado final das eleições: Carlos Trein Filho, 536 votos, Wilhelm Hansel, 321 e Galvão Costa, apenas 21 votos. Para o Conselho: Bráulio Correa, 147 votos (não se sabe o partido); Rodolfo Eifler (PRR), 143 votos; Theodoro Albrecht (PRR), 140 votos; Frederico Strohschöen (PRR), 133 votos; Serafim Waechter (provavelmente do Partido do Centro), 99 votos; Josef Kölzer (provavelmente do Partido do Centro), 96 votos e Josef Schuck (Federalista), 93 votos<sup>50</sup>.

As eleições foram anuladas, continuando Galvão Costa como intendente, mas seu mandato expirou em 07 de dezembro de 1896, passando o cargo para o Tte. e subintendente

Frederico Lobo D'Avila. O jornal Kolonie (09.12.1896) comenta que a cerimônia ocorreu discretamente.

Porém, a conturbação com o não reconhecimento de Trein como vencedor, fez com que alguns conselheiros municipais, ligados a ele, renunciassem, assumindo os suplentes.

A visita de Júlio de Castilhos (03.06.1897) torna-se um grande acontecimento político na comunidade<sup>51</sup>. Pode-se perceber a presença de vários colonos (agricultores), como menciona o jornal Kolonie (09.06.1897):

"(...) houve grande festividade em sua homenagem com a presença de todas as sociedades do interior (17 sociedades)".

Mas se os colonos aderem, o consenso não é total entre a elite. Uma comissão de santa-cruzenses vai a Porto Alegre para discutir com o governador o problema sucessório municipal. Houve uma grande discussão, pois era esperada a indicação de Trein. Mas é proposta uma chapa de "consenso", sendo Jorge Henrique Eichenberg (republicano, anteriormente mencionado) candidato a intendente, e Jorge Frantz (Partido do Centro, católico) a vice. Segundo o jornal Kolonie (24.06.1897), estes candidatos são aceitos por todos. As eleições ocorreram no dia 01 de setembro de 1897 e o resultado foi o seguinte: Jorge Henrique Eichenberg, 477 votos para intendente; para vice, Jorge Frantz, 113 votos. Conselheiros: Wilhelm Eichenberg, 131 votos (Federalista); Albrecht, 89 votos (PRR); Strohschöen, 86 votos (PRR); Wild (não se sabe neste período sua filiação partidária); Waechter, 65 votos (não se sabe neste período sua filiação



partidária); Kölzer, 52 votos (provavelmente do Partido do Centro, católico), Jäger, 43 votos (não se sabe neste período sua filiação partidária). Cabe ressaltar que participaram destas eleições apenas 30% dos eleitores contra 50% da eleição anterior, que foi anulada devido a um aditivo colocado na lei orgânica. Podemos constatar que foi preciso um candidato natural de Santa Cruz do Sul para que o PRR obtivesse um clima de relativo "consenso". Porém, tudo indica que não necessariamente havia resistência a um candidato que não tivesse sobrenome alemão. Por exemplo, nas eleições municipais de 1896, o candidato a intendente, que não tinha sobrenome alemão, perdeu, mas o candidato a conselheiro mais votado, Bráulio Pedroso, não tinha sobrenome alemão. Neste sentido, o que nos parece é que alguns setores sociais do município buscavam sua autonomia e que reagiam, quando a conjuntura permitia, na política do PRR de estabelecer intendentes que não se identificavam com o "município" (vindos de "fora", chamados de coronéis burocratas). Não significa que "lusos" filhos da "terra" também fossem rejeitados.

Na verdade, percebe-se que a comunidade santa-cruzeense é reconhecida como tendo um comportamento oposicionista aos republicanos. Inclusive, sabe-se que foi feita uma publicação de desagravo, por 30 moradores de Santa Cruz do Sul, no jornal A Federação, para desfazer os boatos de que "o povo daqui seria antigovernista e anticastilhista" (Kolonie, 11.03.1899).

A partir da gestão de Jorge Henrique Eichenberg, um certo refluxo surge da oposição federalista e da oposição do Partido do Centro (mais aliado aos republicanos). Por exemplo, Carlos Trein Filho, no Jornal do Comércio de Porto Alegre, protestando contra a inclusão de seu nome em uma publicação de A Federação, chamando-o de chefe do Partido Federalista de Santa Cruz do Sul, declara que se encontra desligado de toda atividade política. As eleições para intendente e conselheiros de 08 de agosto de 1900 foram bastante apáticas, sem chapa de oposição e todos candidatos indicados por Júlio de Castilhos (então chefe do PRR, pois o governo do Estado estava nas mãos de Borges de Medeiros desde 1898). O resultado oficial das eleições foi: Pitta Pinheiro (PRR), 1.021 votos, para Intendente; Jorge Frantz (Partido do Centro), 999 votos, para vice-Intendente; Conselho: Vasco de Azevedo (PRR), 188 votos; Theodoro Albrecht (PRR), 188 votos; Gessinger (não se sabe sua filiação partidária), 128 votos; Grawunder (não se sabe sua filiação partidária), 135 votos; Hansel (ligado ao Partido do Centro), 136 votos; Wild (não se sabe neste período sua filiação partidária), 175 votos; Werlang (ligado ao Partido do Centro), 112 votos. Ao que nos parece, os conselheiros de que não temos informações sobre sua filiação partidária são ligados ao PRR, pois foram indicados por Castilhos e o Partido do Centro aliou-se ao PRR (recebendo como consequência indicação de Castilhos para o cargo de vice-Intendente e provavelmente dois conselheiros).

Podemos constatar que a Proclamação da República em Santa Cruz do Sul e os inícios do período republicano no município não foram recebidos pelas lideranças locais com total indiferença. A reação ao "mandonismo" de Castilhos e a resistência de alguns "chefes" locais vêm nos demonstrar este fato.

Entendemos que o PRR adotou, nos primeiros anos da República em Santa Cruz do Sul, uma política de "cooptar" ou formar algumas lideranças naturais da localidade, isto quando não conseguia indicar um "funcionário" ao lugar. Neste sentido, o Partido do Centro Católico cumpriu um papel importante na medida em que possibilitou em alguns momentos uma aglutinação de forças locais para não permitir o fortalecimento maior dos federalistas (pois o Partido do Centro Católico tinha seus quadros políticos naturais de Santa Cruz do Sul).

Apesar da aparente consolidação de um arranjo entre a elite santa-cruzense e o governo estadual, a figura de Carlos Trein Filho ainda permanece como um aglutinador da oposição. Basta olhar uma carta de Vasco de Azevedo e Sousa<sup>52</sup> (11.01.1906), o qual fala de Carlos Trein Filho que ainda não saíra de seu emprego (Trein estava em Porto Alegre), mas logo virá a Santa Cruz do Sul, novamente formar seu partido, e os "gafanhotos"<sup>53</sup> irão "explorar a Monarquia", "A República em Santa Cruz do Sul está então entregue a mil incertezas".

### 3.3 - As Relações do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) com as Elites Econômicas Santa-cruzenses

#### 3.3.1 - As Eleições para a Intendência e Conselheiros

Embora as eleições para intendente e conselheiros fossem cuidadosamente planejadas e estivessem, na maioria das vezes, sob controle do poder estadual (governo), entendemos que, em alguns momentos, elas refletiam uma disputa política interna do município. Neste sentido, acreditamos que as disputas eleitorais locais demonstram muitas vezes não somente um universo político local (disputas entre "coronéis" do município), mas também uma compreensão distinta de relação com o partido do governo (no caso, dissidências intrapartidárias e/ou oposição partidária).

Apesar de nas eleições de 1900, quando se elege Pitta Pinheiro (PRR) para intendente, não ter havido uma candidatura de oposição, isto não significou uma ausência total de manifestações de descontentamento frente à sua administração. As agitações políticas locais são demonstradas com a tentativa de assassinato de Carlos Trein Filho (13.06.1903). Como relata o artigo de Hardy Martin<sup>54</sup>:

"A noite de 13 de junho de 1903 foi de temperatura muito fria. O Sr. Trein saiu de sua residência com intuito de dirigir-se à Loja Maçônica (...) foi atacado por indivíduos, sendo que um destes desferiu-lhe uma facada. Felizmente, o Sr. Trein usava na ocasião, devido ao frio, grosso casacão e a lâmina não penetrou a ponto de causar-lhe ferimento fatal. (...) Por mais que se tentasse, não foram descobertos os agressores, nem os mandantes prováveis do atentado".

O Partido Republicano Rio-Grandense demonstra preocupação de criar um órgão de propaganda republicana para Santa Cruz do Sul e em 1902 (19.11.1902) é fundado o jornal republicano local sob o nome de Fortschritt (Progresso). No primeiro número do jornal, ficam claros os objetivos, quando são apresentados na capa do jornal as intenções, sob o título de "Was wir wollen" (O que nós queremos). O artigo fala sobre a oposição que coloca os alemães contra os elementos lusitanos. Vejamos:

"Aqueles leitores que até então somente liam os jornais em alemão, sempre escutaram que o governo quer terminar com o germanismo, sempre o governo é culpado de tudo. (...) Quem portanto entender que o governo só quer rebaixar o elemento teuto-brasileiro, com este nós não contamos, quem se sente como um estranho ou somente como visita, para estes não estamos escrevendo (...). Escreveremos agora para aqueles que se sentem em casa, e que estão formando seus filhos para plantar e trabalhar neste país (...)"

Percebemos então que o PRR busca formar uma imprensa local em alemão para se contrapor, neste período, ao jornal Kolonie, que várias vezes se manifestava como propagador de um comportamento hostil aos republicanos. A necessidade de manter uma disciplina partidária também é resgatada em um artigo do jornal (21.03.1903), onde é feita uma interessante analogia ao espírito de disciplina germânico e jesuíta:

"Olhemos uma vez para o exército alemão! O que seria do exército alemão sem a sua disciplina militar! O que seria da ordem jesuíta sem ela! O que não fez em um curto espaço de tempo a social democra-

cia alemã com sua disciplina! Por isto façamos o mesmo! Fiquemos unidos em ordem e disciplina para que possamos fazer do nosso partido um organismo que fará nosso país grande".

As intenções do jornal permanecem e, em comemoração ao primeiro ano de existência (21.11.1903), são mencionadas novamente suas preocupações:

"Der Fortschritt é um jornal partidário, mas também é um jornal germânico e escreve em língua alemã. Mas também ama sua nova pátria, o Brasil, o nosso querido Rio Grande do Sul, em cuja terra trabalhamos e imigramos (...)"

O jornal também faz críticas a Carlos Trein Filho (23.04.1904), colocando-o como um político de "promessas"<sup>55</sup>.

Se nas eleições de 1904 não surgem, diretamente, forças ligadas aos federalistas (Treinistas e Gasparistas), podemos constatar uma cisão no Partido Republicano local, surgindo dois candidatos: Adalberto Pitta Pinheiro (buscando a reeleição) e Ernesto Wild (comerciante e que também atuou posteriormente no ramo do fabrico de sabão e sabonete, já mencionado no trabalho). Sobre as dissidências e sua relação com os federalistas, salienta Loiva Otero Félix<sup>56</sup>, citando João Neves da Fontoura:

"(...) os municípios enfrentavam o grave problema das constantes dissidências políticas que existiam em potencial ameaçador, principalmente, pelas reeleições sucessivas dos prefeitos — os intendentess — como estes então se chamavam. Se os federalistas (os partidários de Gaspar Martins) não dispunham de eleitorado capaz de conquistar as prefeituras, nada mais fácil, porém, do que a derrota dos chefes oficiais pelos próprios companheiros divergentes".

Os motivos da dissidência podem ser vistos a partir de um abaixo-assinado<sup>57</sup> de republicanos santa-cruzenses que não estavam de acordo com a direção partidária local e reivindicavam a nomeação de um vice-intendente e a eleição de uma comissão que viesse a dirigir o partido em Santa Cruz do Sul, com a finalidade de substituir o então "chefe" do partido local, Vasco de Azevedo. Tal manifesto é assinado por importantes personagens do ramo do comércio e "indústria" do município. As reivindicações não foram atendidas, gerando um descontentamento cristalizado nas eleições locais do mesmo ano. Em correspondência de Vasco Azevedo a Borges de Medeiros<sup>58</sup>, o "chefe" do partido acusa a "oposição" de ser "capitaneada" por Trein. Percebendo de antemão um fortalecimento de alguns setores descontentes com o PRR local, Pitta Pinheiro busca conquistar simpatias, anunciando em mensagem (Fortschritt, 22.06.1904) o contrato para a construção da esperada estrada de ferro, ligando Santa Cruz do Sul à estrada de ferro de Porto Alegre-Uruguaiana. Porém este fato não altera os acontecimentos políticos.

As eleições ocorridas no dia 07 de agosto de 1904 dão a vitória a Wild com um total de 1.140 votos contra 911 de Pitta Pinheiro. A informação é dada pelo jornal Kolonie (10.08.1904), mas o jornal Fortschritt (20.08.1904) dá como vitorioso Pitta, com 1.276 votos e Wild com apenas 625. Percebemos então que não apenas na região da campanha foi utilizada a fraude eleitoral e a violência como métodos de

coagir os eleitores a votar de acordo com os interesses de Borges de Medeiros. Em correspondência remetida por Adão Jost, destinada a João Abbott (então Secretário do Interior) isto pode ser constatado. Na carta é dito que:

"(...) alguns votantes de Wild foram impedidos de aproximarem-se das mesas por gente armada a mando do delegado de polícia. De modo que nessas mesas o candidato Wild não obteve um único voto. Também há uma denúncia de que em uma região do município votaram 546 eleitores sem títulos e sem chapas no Sr. Pitta Pinheiro, eram levados até à mesa onde assinavam o nome e assim a votação estava feita. Assim arranjaram 546 votos, onde tem só 300 e tantos eleitores, dos quais a maior parte ficou em casa. (...) No 1º e 2º distrito também houve grande abstenção, devido ao movimento de gente armada. Em muitas mesas havia caboclos armados, em algumas 16 a 20. Além disso, as mesas não consentiam os fiscais nomeados de harmonia com o despacho do Sr. Presidente do Estado, pois 30 eleitores tomaram assento nas mesmas. Por algumas mesas foram recusados muitos eleitores nossos, que apresentaram títulos legais, admitindo outros do Dr. Pitta com títulos iguais. Assim como deixaram votar menores e alguns eleitores votaram em 2 e 3 mesas! E edificante! Será tudo isto legal ou as leis em Santa Cruz serão excepcionais?"<sup>59</sup>.

Também o jornal Kolonie (24.08.1904) faz denúncias sobre a fraude eleitoral. Segundo o jornal, o conselho atuou em favor próprio, anulando 8 mesas onde Wild havia vencido, inclusive é dado o nome dos conselheiros que foram "ladroões": Vasco (PRR), Albrecht (PRR), Grawunder (PRR) e Hansel (Partido do Centro Católico), com exceção de Gessinger (Partido do Centro Católico) que protestou. O jornal republicano (Fortschritt, 10.09.1904) mostra-se



indignado com as eleições locais e diz que está sendo colocada em questão para o município uma opção: a velha Santa Cruz do Sul contra a nova Santa Cruz do Sul, as velhas idéias feudais contra idéias e princípios modernos.

As eleições foram anuladas e a autonomia do município novamente colocada em xeque. Para resolver o impasse, o Secretário do Interior, João Abbott, é indicado para ir a Santa Cruz do Sul e resolver a sucessão<sup>80</sup>. O acordo foi estabelecido e ficou acertada a indicação de Galvão Costa para intendente; e para o conselho: João Werlang, Guilherme Geske, José Schuck, Frederico Strohschöen, Guilherme Frantz, Luis Bernhard e Felipe Jacobus. No acordo, Galvão Costa acumula o cargo de delegado de polícia e chefe do partido local. Interessante que o jornal Fortschritt (01.10.1904) aceita a candidatura de Galvão Costa, mas faz reservas, pois sendo o candidato do PRR e de Borges de Medeiros, segundo o jornal, deve ser "acatado". As eleições saem no dia 30 de outubro de 1904 e o resultado final aponta: Galvão Costa, Intendente, 2.099 votos; Conselho: Jacobus Filho, 337 votos; Bernhard, 314 votos; Frantz, 304 votos; Strohschöen, 278 votos; Schuck, 357 votos; João Werlang, 246 votos e Geske, 217 votos. O conselheiro mais votado, Felipe Jacobus Filho, ligado aos "dissidentes" (Wild e Jost) fica como Presidente do Conselho Municipal. Observamos então que o governo de Borges de Medeiros buscou uma política de "acalmar" os dissidentes e não adotou uma política de desconhecer o problema do PRR de Santa Cruz do Sul. Sua "tática" foi de

"acomodar" estes descontentes. Prova disto é a nomeação de Ernesto Wild para subintendente (16.11.1904) do 2º distrito do município de Santa Cruz do Sul (Vila Tereza).

Para as eleições de 1908, são apresentados três candidatos à intendência, que eram: novamente Ernesto Wild, candidato dos "independentes" que somente concordara em concorrer devido à desistência de Carlos Trein Filho (proposto pelo jornal Kolonie), Adolfo May, apoiado por Vasco de Azevedo, e Galvão Costa, buscando sua reeleição, necessitando 2/3 dos votos para ser novamente intendente. Como podemos observar, as "dissidências", internas no PRR continuam. Galvão Costa venceu uma prévia realizada pelo PRR local. Tal prévia gerou polêmica entre os dois jornais locais. O Santa Cruz Anzeiger (16.04.1908) critica a Kolonie, porque o PRR local fez reunião e decidiu apoiar Galvão Costa para sua reeleição à intendência. O jornal diz que a Kolonie sempre teve críticas ao PRR por ser um partido que funciona de cima para baixo, sem autonomia e que as ordens vêm de longe. Segundo o Santa Cruz Anzeiger, este é um exemplo "democrático" do PRR local, portanto não é possível compreender as atitudes do jornal Kolonie que resiste à candidatura de Galvão Costa.

Mas vejamos quais os antecedentes políticos que culminaram nas eleições de 1908. O jornal republicano Fortschritt tem sua última edição em 31 de dezembro de 1904, porém o seu editor (Wilhelm Kuhn) cria, a 21 de janeiro de 1905, o jornal Santa Cruz Anzeiger. As intenções, ao menos

"formais"<sup>61</sup>, são as de ser um jornal "independente", "livre da política".

Já em 1905 é possível perceber que os problemas do PRR local permanecem, apesar do acordo de 1904. Numa manifestação de quatro conselheiros (Felipe Jacobus Filho, Frederico Strohschöen, Luiz Bernhard e Guilherme Frantz), e demais assinaturas (Adão Jost, José E. Riedl, da Kolonie<sup>62</sup> e vários empresários, como por exemplo José Binz e Guilherme Schreiner, do ramo da metalurgia, Helmuth Schütz do comércio do fumo, entre outros), é feita uma queixa contra a "indisciplina" partidária e que alguns correligionários fazem propaganda contra o intendente Galvão Costa, sendo que este abaixo-assinado é feito por duas vezes (13.08.1905 e 16.08.1905). O fato vem demonstrar que o conflito intrapartidário permanece. Esclarecedora também neste sentido é uma correspondência de Galvão Costa a Borges de Medeiros<sup>63</sup>, onde o intendente "desabafa", dizendo que tem mais trabalho com Vasco de Azevedo que se coloca como correligionário do que com os próprios adversários políticos. Sobre as eleições do dia 30 de janeiro de 1906<sup>64</sup>, comenta que conseguiu uma lista de assinaturas em nome do partido republicano com mais de 60 comerciantes e "industrialistas". Tudo indica que Galvão buscava, neste período, reconciliar-se com alguns setores políticos e que suas relações com a oposição eram de buscar um convívio mais maleável. Neste sentido o intendente inclusive foi "advertido" por um sujeito do interior (zona

rural) de que corriam "boatos" que Galvão Costa andava "cambaleando" com os federalistas<sup>65</sup>.

Os conflitos com a ala "Vasco de Azevedo" continuam e Carlos Trein Filho se queixa a um secretário de Estado (José Gonçalves Barbosa). Trein fala do problema das terras; que sempre foi acusado de ladrão de terras, acusações partidas do "Coronel" Vasco de Azevedo, adepto do "perigo alemão", juntamente com o "Coronel" Pitta Pinheiro, "Coronel" Leal, entre outros. Carlos Trein Filho chama estes "coronéis" de "parasitas do governo":

"(...) não foi porém muito agradável a impressão que me aguardou em Santa Cruz. Enquanto o Sr. Galvão Costa, Felipe Jacobus F<sup>o</sup>, delegado Cardoso, etc., com uma palavra: todos os homens de bem de Santa Cruz com o maior contentamento ouviam a minha exposição, satisfeitos da nova orientação dada às questões de terras, o coronel Vasco continua a trabalhar como sempre às escondidas, para envenenar a alegria que se via nas caras dos infelizes 'proprietários'. Ele, dizem-me, percorreu as linhas afirmando que o governo não respeitará as terras do Sr. Trein, muito menos as de Eichenberg"<sup>66</sup>.

Wild também pressiona o governo<sup>67</sup>, afirmando que não pode estar do lado deste enquanto não for resolvida a ainda pendente situação da indenização das terras dos colonos. Mas não são apenas disputas intrapartidárias que estão presentes nesta conjuntura. Os "federalistas", aproveitando estes conflitos, buscam sua identidade, comunicando aos eleitores e militantes do partido para não mais se absterem das eleições e que escolham seus candidatos

de preferência. Tal conclamação<sup>88</sup> é assinada por: Wilhelm Müller, João Klafke, Theodoro Schilling (já citado no trabalho por ocasião dos acontecimentos da luta armada de 1893/95 em Santa Cruz do Sul), José Antonio Ferreira (Zeca Ferreira, também citado no trabalho por ocasião da luta armada de 1893/95), João Pedro Koelzer, João Schilling e Rodolfo Neumann. A organização federalista em reunião (Santa Cruz Anzeiger, 26.01.1906) cria seu novo diretório e nesta ocasião Carlos Trein Filho insiste que no momento não pode ser chefe do partido. São eleitos: Presidente: Theodoro Schilling; Vice-Presidente: Dr. W. Müller; 1º Secretário: Bráulio da Costa Corrêa; 2º Secretário: João F. Klafke. Conselho: Luiz Kirst, Adam Fetter, Luiz Rech, R. Freitag, Arnold Eichenberg, João Pedro Koelzer, Fernando Tatsch (ligado à família Tatsch, já citada no trabalho), Gustavo Gerhardt (já citado no trabalho), José Binz (já citado no trabalho, indústria de metalurgia). A figura de Gaspar Silveira Martins não é esquecida no município, e em memória de 1 ano de falecimento do líder é feita uma "festa" no Clube União. ("Curioso" é que, neste período, Carlos Trein Filho era presidente do Clube, tendo W. Müller como vice-presidente. Outros nomes faziam parte como secretários e diretorias do Clube e eram do diretório do partido federalista como: Luiz Kirst, Luiz Rech, João Pedro Koelzer)<sup>89</sup>.

Os conflitos dos dois jornais da época são constantes e as suas acusações mútuas são demonstrativas de uma disputa que não se limita apenas à questão partidária. O

jornal Santa Cruz Anzeiger (07.03.1906) se defende contra o jornal Kolonie, acusando-o de ser um órgão partidário. E vai mais longe, dizendo que o jornal Kolonie era "ora federalista, ora republicano, ora protestante, ora católico e ora maçom".

O ano de 1907 é de sucessão para o governo estadual e a conjuntura política para as eleições demonstra uma situação distinta, conforme salienta Héglio Trindade<sup>70</sup>:

"As eleições de 1907, porém, colocariam pela primeira vez uma situação competitiva na sucessão de Borges. Este preferiu não concorrer à segunda reeleição e indicou a candidatura do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, médico e chefe político de Jaguarão para enfrentar o candidato Fernando Abbott, também médico e chefe político de São Gabriel. A sucessão de Borges, portanto, deu-se no clima de uma cisão que se delineava no seio do PRR. Este conflito latente vinha lentamente se preparando nas disputas internas de liderança no partido".

Fernando Abbott também busca apoio de sua candidatura em Santa Cruz do Sul (Santa Cruz Anzeiger, 17.10.1907), fazendo um discurso inflamado, censurando as autoridades policiais de Vila Tereza, que prendiam cidadãos que davam "vivas e aplausos" a ele. A questão religiosa parece influir na campanha para presidente do Estado no município, onde, em correspondência a Borges de Medeiros<sup>71</sup>, é colocado que alguns católicos não votarão em um candidato positivista, favorecendo o candidato Abbott. Porém, mesmo com esta conjuntura, alguns "dissidentes" de Santa Cruz do Sul (como Ernesto Wild e Felipe Jacobus Filho) decidem

apoiar Barbosa Gonçalves<sup>72</sup>. Esta postura eleitoral não é unânime e José Werlang lança um manifesto: "Ao eleitorado independente do município de Santa Cruz!"<sup>73</sup>, conclamando a votar em Fernando Abbott. Os federalistas locais, ao que tudo indica, não se manifestaram oficialmente em prol da candidatura de Fernando Abbott, pois que em nível estadual, conforme José Olavo Machado<sup>74</sup>, alguns apoiaram esta candidatura:

"O partido federalista não acompanhou, em sua totalidade, o candidato dissidente da situação. Esse candidato teve a adesão da ala federalista chefiada por Cabeda e Moacyr, mas permaneceu neutra a ala oposicionista obediente à orientação do Conselheiro Antunes Maciel, de Wenceslau Escobar e de outros chefes que ainda guardavam ressentimentos da atuação de Fernando Abbott, de feroz intolerância com a oposição, quando exerceu interinamente a governança do Estado".

Apesar destas agruras da candidatura de Abbott em Santa Cruz do Sul, como já foi dito anteriormente, sua votação foi expressiva no local. De acordo com o jornal Santa Cruz Anzeiger<sup>75</sup>, a votação por distrito no município foi:

Tabela 5

## Eleições Estaduais de 1907 em Santa Cruz do Sul.

DISCRIMINAÇÃO	BARBOSA	ABBOTT
<u>1º Distrito</u>		
01 - Intendência .....	142	53
02 - Escola Meinhardt .....	85	33
03 - Aliança .....	127	37
04 - Rio Pardinho (Escola Schmidt) .....	35	61
05 - Sinimbu (Zilmer) .....	66	74
06 - Picada Velha (Schlosser)	51	38
07 - Boa Vista (Dettenborn) .	28	8
08 - Linha Nova (Batatenberg)	38	16
09 - Linha Brasil .....	41	104
<u>2º Distrito</u>		
10 - Vila Tereza .....	107	89
11 - Andreas .....	39	30
12 - Ferraz .....	48	90
13 - Trombudo .....	16	68
14 - Rio Pardense .....	29	28
<u>3º Distrito</u>		
15 - Pinhal (Serra) .....	152	2
TOTAL .....	1 062	729

O resultado das eleições em nível estadual, dando larga vitória ao candidato de Borges de Medeiros, vem demonstrar que o PRR estava consolidado. Love<sup>76</sup> responsabiliza em boa parte as oposições:

"E a colocação acanhada de Abbott, graças, em parte, à indiferença de muitos eleitores federalistas confirmou o que para muitos já era patente: não havia lugar para três partidos. Todavia, não era fácil unificar dois grupos distintos que haviam se oposto tão amargamente no



início dos anos 1890. O único ponto que os dissidentes republicanos e os federalistas tinham em comum era sua rejeição à Carta Estadual baseada em Conte, que consideravam inconstitucional".

Mas a consolidação do PRR não era sinônimo de apatia política, e continuam surgindo, no decorrer da República Velha, manifestações de descontentamento. As dificuldades que o PRR estadual enfrenta no período de 1904-1907 (morte de Júlio de Castilhos e sucessão de chefia do partido) apesar de serem relativamente superadas, processam-se e aglutinam-se em outros conflitos políticos, eclodindo na luta armada de 1923. E no interior esta realidade se manifesta através de contínuos abalos internos dos PRR locais e abalos externos decorrentes da oposição partidária<sup>77</sup>.

O ano de 1908 é novamente palco de "conturbações" políticas em Santa Cruz do Sul, que principiam, formalmente, com um tiroteio entre um fiscal de imposto de consumo, Major Demócrito Satamine, e Manuel Castanho. Se aparentemente estes personagens não têm ligação político-partidária, tal tiroteio (Kolonie, 11.06.1908) criou um "embaraço" ligado ao atentado de Carlos Trein Filho em 1903. Manuel Castanho foi, a pedido de Carlos Trein Filho, interrogado no hospital, onde revelou (agora cinco anos após o acontecimento) que havia sido convidado para participar do atentado, mas se recusou a participar. Manuel Castanho faleceu no dia 1º de julho de 1908 (Kolonie, 04.07.1908) devido aos ferimentos recebidos no tiroteio, e Carlos Trein Filho enviou uma coroa com a seguinte dedicatória:

"Homenagem ao cidadão que recusou-se a ser instrumento de assassinos".

O mistério sobre o atentado a Trein continua sem solução até os dias de hoje. Trein não quis revelar os nomes publicamente, em acordo com a polícia, ou Manuel apenas confessou o convite para participar de tal atentado, mas não deu os nomes dos mandantes. O acontecimento deu motivo a que o intendente Galvão Costa fosse pressionado por alguns amigos e correligionários para demitir Zacharias de Figueiredo (capataz-geral de estradas) e o Major Satamine. As disputas políticas afloram e Ernesto Wild acusa Galvão de não ter despedido Zacharias, mesmo sabendo do envolvimento deste com o atentado a Trein (Santa Cruz Anzeiger, 14.08.1908). Se o candidato oficial a intendente busca "eliminar" os "dissidentes" José Werlang e Adolfo May com promessas de cargos na futura administração, tal tática não vinga totalmente. Adolfo May, de início apoiado por José Werlang (só de início, pois logo depois José Werlang decide apoiar Galvão Costa. Boletim eleitoral de Santa Cruz Anzeiger, 31.08.1908), decide aliar-se aos republicanos Pitta Pinheiro e Vasco de Azevedo. Percebemos então que, paralelamente ao candidato oficial do PRR, temos um outro candidato do PRR. A postura de Borges a respeito dos dois candidatos do PRR em Santa Cruz do Sul é a de permitir um candidato paralelo, não obstaculizando a candidatura de May: "Meu candidato é Galvão, mas se May ganhar eu respeito" (Santa Cruz Anzeiger, 24.07.1908). A atitude de Borges não é estranha, pois para ele era interessante uma certa disputa

dentro dos PRR municipais. Dividindo o partido nos municípios, enfraquecia o poder local do PRR, abafando lideranças que se sobrepunham a ele. Sobre este aspecto, salienta Loiva Otero Félix<sup>78</sup>:

"Borges manteve o partido sempre fracionado, dividindo permanentemente suas bases, para ter margem de barganha, colocando-se sempre acima das facções locais".

Wild coloca à disposição seu cargo de subintendente de Vila Tereza (Santa Cruz Anzeiger, 07.08.1908), alegando motivos de saúde, mas dizendo que sempre seria leal a Galvão Costa. Porém com os acontecimentos já colocados anteriormente, Wild lança sua candidatura (Santa Cruz Anzeiger, 21.08.1908):

"Quero governar para todos santa-cruzeneses e não só para partidários. Contra reeleição de Galvão Costa".

Com a candidatura Wild, saem como conselheiros: Carl Dreher, Arthur Harth, José E. Riedl (redator do jornal Kolonie), Serafim Waechter, Ernesto Augusto Wild<sup>79</sup>, Otto Fellenberg. O PRR lança, com Galvão Costa, para conselheiros: Rodolfo Eifler, Frederico Strohschöen, Carlos Schreiner (da já conhecida Máquinas Schreiner), Ernesto Wunderlich e Otto Fellenberg<sup>80</sup>. Não temos informações a respeito dos candidatos ao conselho na chapa do May. Acreditamos que era chapa avulsa apenas para a majoritária (intendência).

Novamente o conflito político traz no seu bojo uma discussão que ultrapassa o fenômeno partidário. O jornal Deutsches Volksblatt de Porto Alegre (católico) critica Galvão Costa, condenando-o por ter na sua chapa de conselheiros somente protestantes, enquanto que Wild, mesmo sendo de religião protestante, tem em sua chapa três protestantes e três católicos (Kolonie, 12.09.1908). Também no Santa Cruz Anzeiger é levantada a discussão de que a Kolonie ouvira dizer que na Aliança Católica foi dito que o candidato Wild é maçom e que quer terminar com a Igreja católica e com os padres. O Santa Cruz Anzeiger (25.09.1908) pede a Kolonie que busque ver quem foi este informante<sup>B1</sup>.

O resultado das eleições de 15 de setembro de 1908 foi o seguinte:

Tabela 6

## Eleições Municipais de Santa Cruz do Sul em 1908

DISCRIMINAÇÃO	GALVAO	WILD	MAY
01 - Santa Cruz (cidade)	412	61	54
02 - Linha Santa Cruz ..	46	22	65
03 - Linha Brasil .....	69	4	61
04 - Boa Vista .....	16	12	21
05 - Rio Pardiniho .....	20	74	18
06 - Sinimbu .....	61	73	28
07 - Subintendência de Vila Tereza .....	79	113	29
08 - Linha Andreas .....	8	59	11
09 - Linha Ferraz .....	10	112	17
10 - Linha Rio Pardense	54	42	8
11 - Linha Trombudo .....	19	85	3
12 - Pinhal (Serra) .....	91	5	54
13 - Linha Nova .....	53	14	27
14 - Linha Felipe Nery .	40	21	41
TOTAL .....	978	697	437

Obs.: Esta votação é de acordo com o jornal Santa Cruz Anzeiger (16.09.1908). Pequena diferença anuncia Kolonie (17.09.1908) - Galvão Costa: 979 votos, Wild: 700 votos e Adolfo May: 444 votos. Fazendo uma comparação das eleições de 1907 para o Estado, podemos constatar que algumas regiões do município mantêm sua votação no governo e outras mantêm sua votação na "oposição" (na oposição votaram Rio Pardiniho, Sinimbu, Ferraz e Trombudo; no candidato do governo votaram a sede, Pinhal e Linha Rio Pardense).

As eleições de 15 de setembro foram anuladas, pois Galvão Costa necessitava de 2/3 da votação para se eleger. Foi nomeado pelo governo estadual um intendente provisório, João Gomes Cardoso, que permaneceu na intendência praticamente um ano. As novas eleições foram marcadas somente para o dia 5 de dezembro de 1909, concorrendo novamente três candidatos. O candidato oficial do PRR João Gomes Cardoso, a

"turma" ligada a May, com Theodoro Albrecht, e o "dissidente" Ernesto Wild.

O jornal Kolonie<sup>82</sup> (04.12.1909) lança seu manifesto a respeito das eleições:

"Mesmo o candidato oficial ganhando as eleições, não corresponde às aspirações do povo de Santa Cruz, porque é um candidato nomeado de cima para baixo. Apesar de ser o mesmo pessoa muito simpática e também pelas suas diversas realizações quando era intendente provisório. As mesmas foram feitas por intermédio de impostos, portanto quem faz as obras é o povo que também paga o intendente e os funcionários. O intendente apenas cumpre o seu dever pelo qual é pago".

As eleições dão como vitorioso o candidato oficial, com os seguintes resultados: Cardoso, 1.094; Wild, 458 e Albrecht, 212 votos. Do PRR local, elegeram-se para o conselho: Roberto Gründling, 304, H. Hoesker, 264; Rodolfo Eifler, 262 e Guilherme Frantz, 258 votos. Do grupo "independente" se elegeram: Ernesto Augusto Wild, 141, Serafim Waechter, 116; Arthur Hart, 109 votos. O grupo de Albrecht não elegeu conselheiro, ficando com quatro suplentes: João N. Kliemann, 70; João Werlang, 52, José Schuck, 50 e Carlos Schreiner, 48 votos.

Apesar da correspondência remetida pelo chefe do PRR de Santa Cruz do Sul (Galvão Costa), destinada a Borges de Medeiros, dando um relato de eleições limpas e tranqüilas, o jornal Kolonie (11.12.1909) se contrapõe a este relato. Segundo Galvão Costa<sup>83</sup>:

"As eleições do dia 5 foram leais, sem fraude e todos os votos dos outros candidatos foram realmente contados. Posso, pois, assegurar-vos a V. Exa. e o faço com maior desvanecimento em Santa Cruz existe o partido republicano, forte e coeso e mais dois pequenos grupos dissidentes em plena dissolução".

De acordo com a Kolonie, a realidade das eleições não é a mesma colocada por Galvão Costa:

"As eleições de intendente não foram tão limpas como propagavam os republicanos castilhistas. Por exemplo, na mesa da casa comercial Sulzbacher, na linha Antão, compareceu o intendente de Venâncio Aires com 40 capangas armados os quais tomaram a liberdade de votar no candidato Cardoso. Todos estes problemas criam a grande abstenção verificada nas últimas eleições".

Ao que tudo indica, inicia-se, a partir desta data, um período de relativo consenso nos grupos políticos locais. Tal fato é confirmado em notícia publicada um ano mais tarde do jornal Kolonie (15.12.1910):

"Até que enfim os políticos de Santa Cruz resolveram se unir sob o mando de Galvão Costa com o auxílio de uma comissão formada pelos seguintes políticos: Oscar Gressler, Jorge Frantz, Theodoro Albrecht, J. Ernesto Riedl, Roberto Gründling, Felipe Jacobus Filho e para suplente Wilhelm Lamberts, a qual conseguiu a união dos republicanos em Santa Cruz".

Falamos em "relativo", pois, apesar de que somente 14 anos após (1924) tenha surgido novamente um candidato a intendente que se contraponha ao do PRR, tal fato não significou a eliminação total de algumas manifestações de descontentamento frente à política do PRR local e frente às eleições estaduais de 1923.

O mandato de João Gomes Cardoso venceu no dia 07 de dezembro de 1912 e, conforme a lei orgânica, o cargo de intendente passa ao subintendente do 1º distrito José Werlang. A articulação para um candidato a intendente que não seja novamente Galvão Costa pode ser constatada por uma carta destinada a Borges de Medeiros por um membro do PRR de Vila Tereza, bem como pela falta de engajamento de algumas personalidades políticas para as eleições estaduais<sup>34</sup>:

"Tem havido atitude hostil a Galvão. O que tanto tempo estava latente e só agora sucumbe (sic-SK) (...). Kolonie, o porta-voz do germanismo, dá urros de triunfo (...) julgam-se com a vitória garantida, já bastante fortes, para poder alijar o Galvão e realizar o seu sonho dourado. Transformar Santa Cruz em um empório do mais puro germanismo no sul do Brasil. Estas pessoas apregoam aversão contra os brasileiros, incutem nos ignorantes colonos a antipatia contra tudo que é brasileiro. Agora são contra Galvão, 'somos alemães, precisamos na direção de um de nossa raça e não de um caboclo atrasado'. Não se mexeram na eleição para presidente do estado. O sr. vê, o Roberto Gründling, não deu um passo, Albrecht, Jacobus, Riedl, como sempre, não ultrapassaram os limites da cidade. A mais completa passividade, pouca solidariedade. Querem substituir a candidatura de Galvão pela de Jacobus. A linguagem da Kolonie é declaradamente contra a candidatura de Galvão à intendência".

Porém Borges de Medeiros nomeia como intendente provisório Galvão Costa, no dia 14 de dezembro de 1912, demonstrando que não está disposto a dar espaço aos políticos ligados ao próprio município. São marcadas eleições para intendente e conselho para 24 de março de 1913. É eleito Galvão Costa com 1.971 votos. Para conselho: Gaspar Bartholomay (presidente),



Ernesto Augusto Wild (vice-presidente), Salustiano Silveira, Jorge Frantz, José Ernesto Riedl, Roberto Gründling e João Nicolau Kliemann (muitos dos quais partidários de uma autonomia local, demonstrando que o conselho era composto não somente por partidários "ortodoxos" do PRR. Provavelmente era uma maneira de cooptar os tais "descontentes"). Cabe ressaltar o alto índice de abstenção, provavelmente ainda maior do que o ocorrido em 1909, pois dos 3.500 eleitores municipais<sup>85</sup> votaram para intendente apenas 56%, quando as concorridas eleições municipais de 1908 caracterizaram-se por um alto índice de eleitores para intendente (cerca de 2.123 eleitores. Kolonie, 17.09.1908). Comparando as eleições estaduais de 1907, vê-se que votaram apenas 1.791 eleitores, demonstrando que a participação provavelmente era maior quando as eleições eram municipais (pois o número de eleitores para eleições municipais era o mesmo que para as estaduais). Este indicativo vem comprovar a idéia de que as eleições locais muitas vezes "permitiam" uma competitividade maior, gerando ânimos para este tipo de pleito.

Apesar de o período de 1898-1913, do governo Borges de Medeiros, ser caracterizado como uma fase de "criar condições de legitimação do partido frente à população do Rio Grande do Sul"<sup>86</sup> e o período entre guerras ser uma fase de tranquilidade "áurea" para Borges de Medeiros<sup>87</sup>, constatamos que nos interstícios latejam os conflitos que aparentemente foram superados.

A 1ª guerra mundial também gerou conflitos entre as zonas colônias alemãs e o governo brasileiro. O rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha criou incidentes violentos em Porto Alegre (saques a empresas "alemãs", incêndio à sede de sociedades alemãs, etc.), e em zonas do interior (fechamento de escolas, proibições da imprensa em língua alemã, etc.).

O Rio Grande do Sul não teve uma atitude de condescendência, sendo inclusive o primeiro estado a pedir a entrada do Brasil na Guerra"<sup>88</sup>.

Também podemos perceber de que forma as elites pecuaristas compreendiam o problema do imigrante alemão no contexto gaúcho da Primeira Guerra numa passagem de Erico Veríssimo"<sup>89</sup>:

"Os jornais noticiavam que nas sociedades germânicas de Porto Alegre, São Leopoldo e Santa Cruz faziam-se subscrições e festas em benefício dos soldados alemães e austríacos. Rodrigo enfurecia-se com isso, pois o Brasil em peso — afirmava — achava-se coeso ao lado da causa aliada, que era a causa mesma da democracia e da civilização. Aqueles alemães e seus descendentes deviam meter a viola no saco e ficar quietinhos no seu canto, pois se continuassem naquelas manifestações insolentes acabariam mas era levando bordoadas!".

A respeito do problema Europeu e as reações em Santa Cruz do Sul, tem-se apenas notícias (Kolonie, 10.08.1914 e 26.08.1914) de que houve a criação de uma organização para arrecadar fundos destinados para Alemanha e Austria, e a diretoria do Clube União não promoveria mais festividades enquanto durassem os conflitos na Europa.

Em dezembro de 1916, termina o mandato do intendente e do conselho de Santa Cruz do Sul, porém não foram convocadas novas eleições municipais. O intendente Galvão entrega o cargo ao subintendente José Werlang (que recebe na mesma situação pela segunda vez o cargo). No mesmo mês de dezembro é nomeado para intendente provisório Gaspar Bartholomay, e em janeiro de 1917 Borges nomeia Gaspar Bartholomay chefe do partido republicano local, juntamente com J.E. Riedl (redator do jornal Kolonie) para secretário. Borges de Medeiros busca permanentemente sua legitimação, o PRR estadual novamente oferece cargos para pessoas locais (Bartholomay é de uma família influente em Santa Cruz do Sul, já comentada anteriormente, comerciante) e para lideranças que historicamente mantinham uma resistência aos seus mandos (Riedl). A resistência a Galvão Costa é demonstrada em carta de José Werlang dirigida a Borges de Medeiros no período:

"(...) um dos males que sempre tem entravado toda a ação política em nosso município tem sido a dispersão de forças, a formação de grupos divergentes entre si, em hostilidade latente, embora dizendo pertencerem à mesma grande agremiação, ao PRR. (...) Como presidente da aliança católica e principal representante da população católica, donde me advém muita responsabilidade, por todos estes motivos julguei-me obrigado a dar minha opinião (...). Digo que o Sr. Antonio Brito aqui é o único homem na altura de tal tarefa, porquanto o Sr. Galvão Costa também não é jacobino e tem um coração generoso, mas não conhece tão de fundo o elemento colonial e não teria a persistência de um trabalho sistemático para conseguir o abasileiramento radical deste município"ºº.

Perante esta resistência a Galvão Costa, Borges de Medeiros altera sua tática e aposta em Gaspar Bartholomay, que será intendente pelo PRR local durante dois mandatos. Gaspar Bartholomay unia, para o PRR de Santa Cruz do Sul, o "útil" ao "agradável", pois ao mesmo tempo em que era um homem de confiança de Borges (nunca manifestou "descontentamento" ou "dissidência" na política local ao PRR e significava um sangue novo na política), fazia parte de uma família tradicional de Santa Cruz do Sul, com tradição política. O ano de 1917 significou a consolidação de uma certa tranquilidade no PRR local, como é relatado pela comissão executiva do PRR santa-cruzense a Borges de Medeiros:

"Continua firme e coeso o partido republicano local, embora não tenha ainda desaparecido por completo uma pequena desarmonia, fomentada por poucos malcontentes, feridos na sua incontida ambição de mando. O inimigo de sempre, os federalistas, até agora não cogitou a reconstituir-se, permanecendo sem diretório, embora contando com um certo número de partidários"<sup>91</sup>.

Nas eleições de 02 de julho de 1917, o PRR lança sua chapa para intendente e conselheiros. Era chapa única, não houve "oposição" ou "dissidência". O resultado das eleições foi: para intendente, Gaspar Bartholomay, 1.735; Conselho: Jacob Döern Filho, 1.731; Ernesto Augusto Wild, 1.725; José Ernesto Riedl, 1.646; Joaquim da Silva Branco, 1.625; José Etges Filho, 1.569; Guilherme Werlang, 1.568; Henrique Entz, 1.553 votos. Percebemos a diminuição contínua de votos a intendente, o que provavelmente vem comprovar a falta de credibilidade crescente para as eleições locais.

Isto também ocorre nas eleições de 07 de outubro de 1920 para intendente, onde o candidato único, Gaspar Bartholomay, recebe apenas 1.282 votos, e o conselho: Augusto Henning, 1.267; Pedro A.L. Pires, 1.267; Jacob Döern Filho, 1.271; João F. Werlang, 1.253; José W. Koelzer, 1.268; João N. Kliemann, 1.620; Bernardo Fischer, 1.267 votos<sup>92</sup>. Tudo indica que as eleições locais, neste período de candidaturas únicas, adquirem caráter meramente formal, vazio de significado político em função da falta de competitividade nas eleições, diminuindo cada vez mais o incentivo dos eleitores santa-cruzenses. (Deve-se ter o cuidado de considerar que na época votava-se em vários nomes para o cargo de conselheiro).

Apesar desta fase, os federalistas (Kolonie, 03.03.1920) reúnem-se para formar um novo diretório, com a presença de Maciel Júnior e Rafael Cabeda. O novo diretório eleito é composto por personagens políticos "novos", nenhum nome do diretório federalista de 1906 está presente. São: presidente - Jacob Stumm, vice-presidente - I.F. Klafke, secretário - Romário Ferreira, tesoureiro - Ricardo Hoffmann, conselheiros - Henrique Mohr, Adão Biersdorf e Vasco Hoffmann.

A conjuntura pós-guerra traz para o Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, para o PRR uma nova realidade; a demanda de mercado diminui e a economia gaúcha sofre estas conseqüências. O descontentamento do Rio Grande do Sul frente à política de proteção ao produto de São Paulo, o

café, gera um conflito entre o poder estadual (PRR) e o poder central. Ressalta-o Sandra Jathay Pesavento<sup>93</sup>:

"A partir da terceira operação valorizada do café em 1921, o grupo cafeicultor impôs sobre o restante da nação o ônus da política de sustentação do produto. Isto implicava que, para que o principal artigo de exportação do país fosse defendido e tivesse colocação no mercado a bom preço, toda a nação contribuiria. Coerentemente a oposição gaúcha apoia Bernardes, negando-se a votar em Nilo Peçanha, o candidato apoiado pelo PRR. Todavia, o Rio Grande do Sul foi vencido nas urnas, junto com as oligarquias estaduais dissidentes, ascendendo ao poder o mineiro Arthur Bernardes, apoiado pelo grupo cafeeiro. A oposição gaúcha havia-se colocado ao lado de Bernardes, posicionando-se contra o situacionismo rio-grandense que apoiava Nilo Peçanha. No plano estadual, a impossibilidade do governo contornar a crise econômica fez com que a parcela da classe dominante fora do poder considerasse insuportável o domínio republicano no estado. Assim, passaram a exigir do governo Borges de Medeiros que se empenhasse numa política de defesa exclusiva da pecuária. Nesse momento de crise, Borges optou pela continuidade da política econômica de 'desenvolvimento global' da economia gaúcha. Rapidamente a crise extrapolou os limites do econômico e alcançou o 'plano político'".

No patamar político, as oposições gaúchas ao PRR adquirem peso, iniciando-se o processo de sua unificação, culminando na Aliança Libertadora e posteriormente no Partido Libertador (março de 1928). Contudo, entendemos que tal fato ultrapassa as fronteiras de uma conjuntura de crise econômica pós-guerra, estando seu berço explicativo nas raízes históricas de um conflito político. De acordo com Héglio Trindade<sup>94</sup>:

"A reunificação das oposições rio-grandenses em torno da candidatura Assis Brasil, não pode ser explicada apenas pela conjuntura econômica do pós-guerra. Ela resulta, historicamente, de um processo, ao nível político, de reestruturação das oposições conservadoras-liberais. Esta convergência tem origem, como já foi analisado, nas primeiras organizações políticas (União Nacional e Partido Republicano Federal) que reúnem liberais remanescentes dos antigos partidos monárquicos, sobretudo, do Partido Liberal de Silveira Martins, e dissidentes Históricos rompidos com Castilhos e com o PRR logo após a proclamação da República".

As eleições de 1922, para o governo do Estado, reuniram parcela dos "descontentes e dissidentes" e alguns tradicionais federalistas do município de Santa Cruz do Sul. Em manifesto publicado na Kolonie (28.20.1922), em apoio à candidatura de Assis Brasil, dizem:

"Dr. Assis Brasil não é um candidato de partido, é um candidato do povo, das eleições livres! Por isto eleitores, quem tem um coração para a liberdade e um grande Rio Grande do Sul, vota em Assis Brasil".

Assinam, entre outros, Ernesto Wild, Theodoro Schlling, Fernando C. Tatsch, José Binz. Do novo diretório dos federalistas assinam: Jacob Stumm, J.F. Klafke, Vasco Hoffmann e outros.

Mesmo com a união de tradicionais federalistas locais e alguns "dissidentes e descontentes", a candidatura de Assis Brasil não alcançou votação expressiva (conforme já dito no trabalho, 19%). Chama-nos atenção, porém, o fato de

que este foi o maior índice alcançado nas zonas coloniais alemãs antigas.

Devemos ressaltar que a vitória maciça de Borges de Medeiros nas eleições de 1922 não pode ser vista simplesmente como uma apatia das zonas coloniais alemãs, mas como observa René Gertz<sup>95</sup>:

"(...) o ato de votar em favor do governo por parte dos teutos não se devia exclusivamente à acomodação e à indiferença. A situação parece ter sido mais complexa".

A complexidade da questão pode ser demonstrada quando constatamos que, em nível local, nas eleições municipais (07.10.1924), apenas dois anos após as eleições para o governo estadual, novamente apresentaram-se dois candidatos: o oficial do PRR, Felipe Jacobus Filho e José Wohlgemuth Koelzer, da oposição. A votação deu vitória a Felipe Jacobus Filho<sup>96</sup>, com um total de 1.441 votos e apenas 494 votos para Wohlgemuth Koelzer. Para o conselho foram eleitos todos os candidatos apresentados pelo PRR: Dr. Hildebrand, J.E. Riedl, Dr. Pires, P. Werlang, Jacob Dörn e H. Etz. Pela oposição havia três candidatos: Burmeister (então presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul), Marciano e Jäger, mas foi eleito apenas um.

Os aliancistas articulam-se em Santa Cruz do Sul, e em 1927 podemos perceber este fato em carta do então subchefe de polícia do município, Gaspar Bartholomay, remetida a Borges de Medeiros<sup>97</sup>:

"Nenhum fato concreto, de ordem política, registrou-se neste município digno



de menção especial. A eleição de 24 de fevereiro próximo findo correu em perfeita ordem em todo o município, apresentando um resultado satisfatório que certamente teria sido melhor se tivessem chegado, com mais brevidade, os títulos eleitorais por diversas vezes requisitados à Delegacia Fiscal (...). Os trabalhos de propaganda dos adversários foram intensos. E sempre o mesmo elemento composto dos Srs. Adolfo May, Theodoro Schilling, Ricardo Hoffmann Fº e Jacob Stumm como principais dirigentes. A maior parte dos adversários não concorreu à eleição. Entre os mesmos, elementos de valor como Ernesto Wild que até chegou a ocultar-se a fim de não receber a visita dos candidatos aliancistas Arthur Caetano e Baptista Luzardo que aqui estiveram em propaganda de suas candidaturas. Houve também alguma abstenção por parte do comércio da cidade em virtude de uma questão de fechamento das casas comerciais aos domingos. Requerida ao Conselho municipal a decretação de uma lei no referido sentido pela maioria dos comerciantes, outros, com a medida a ser posta em prática, considerando-se prejudicados, discordaram, deixando, em situação difícil tanto a administração municipal como a direção política. Conquanto o caso já esteja prestes a ser resolvido, alguns comerciantes guardam ressentimentos".

A luta armada de 1923 chegara ao fim com o Tratado de Pedras Altas que proibia a reeleição do presidente do Estado (Borges de Medeiros), cujo mandato terminava no final de 1927. A Campanha de 1927 para presidente do Estado foi pouco competitiva, pois o PRR lançou seu candidato Getúlio Vargas ("ala" jovem do PRR) e a Aliança Libertadora não apresentou candidato. Getúlio Vargas fez 1.815 votos em Santa Cruz do Sul.

O período que se interpõe entre o Pacto de Pedras e a posse de Getúlio Vargas é caracterizado por certa radicalização da oposição ou de maior organização da oposição, como coloca Héglio Trindade<sup>88</sup>:

"O período que medeia o Pacto de Pedras Altas e a posse de Getúlio Vargas caracteriza-se de um lado, pela radicalização de um setor da oposição, que via no Pacto a quebra dos objetivos da resolução libertadora de 23 (é o caso típico de Honório Lemos ou de libertadores e federalistas que se vinculam à coluna Prestes-Miguel Costa ou participaram dos movimentos eclodidos entre 24 e 27); e de outro lado, pela conscientização, por parte de outro setor, da necessidade de organização e de formalização de um programa concreto de governo".

Mas o período de Vargas caracterizou-se pela procura de uma conciliação entre o partido do governo e a oposição.

A postura do jornal Kolonie transforma-se novamente, de antigo liberal para "dissidente" e "independente", torna-se agora defensor republicano. Em correspondência a Borges de Medeiros, Gaspar Bartholomay escreve<sup>89</sup>:

"(...) tendo até o jornal Kolonie, aliás ardoso defensor do programa político do partido republicano (...)"

O Partido Libertador é fundado em Santa Cruz do Sul oficialmente em meados de 1928 (Kolonie, 01.06.1928). São eleitos para os cargos do partido: Theodoro Schiling, para presidente; vice-presidente, Arthur Jäger; 1º e 2º secretários, João Carlos Frantz e José Mergener, 1º e 2º tesoureiros, Albano Reche e Pedro Corrêa da Silva, respectivamente.

Nas eleições para intendência e conselho do município de Santa Cruz do Sul, em 07 de outubro de 1928, são apresentadas duas chapas: o PRR lança novamente Gaspar Bartholomay para intendente e José Wohlgemuth Koelzer é indicado pelo Partido Libertador. O resultado dá a vitória ao candidato oposicionista com um total de 1.557 votos, enquanto Gaspar Bartholomay faz 1.468 votos. Segundo o redator do jornal Kolonie (10.10.1928), provavelmente a derrota do PRR decorreu do fato de ter sido usado o "momento religioso" por parte do Partido Libertador, sendo isto feito em "última hora". "O desejo geral é que isto não afete as relações entre católicos e protestantes no município". O redator não esclarece a que "momento religioso" está se referindo, mas tudo indica que foram "usadas" as relações do PRR (positivismo) com a Igreja católica como fomentador da discussão. Esta eleição, provavelmente devido à competitividade, foi caracterizada por um alto nível de participação. De acordo com o jornal Kolonie (10.10.1928), dos 4.400 eleitores, compareceram 3.030 às urnas. Para o conselho, pelo PRR, a votação foi: Hildebrand, 1.895; Kämpf, 1.829; Fröhlich, 1.906; Wunsch, 1.905; Gründling, 46; Kliemann, 3 votos. Os candidatos libertadores ao conselho tiveram: Kroth, 2.400; Frantz, 2.277; Jochims, 2.300 e Jäger, 2.300 votos.

As eleições de 1928 foram anuladas, sendo nomeado um intendente provisório, o Tte. Cel. da Brigada Militar Felício Augusto de Almeida. A anulação do pleito, não foi

recebida pacificamente, porém, pelos libertadores, que recorrem ao Tribunal Superior do Estado. O Tribunal do Estado ordena a apuração de todos os votos e somente em outubro do ano de 1929 (Kolonie, 25.10.1929) o Partido Libertador recebe telegrama do Tribunal Superior, confirmando a vitória do candidato oposicionista, que toma posse no dia 23 de novembro de 1929. Indo de acordo com a política de Getúlio Vargas em seu curto espaço de governança estadual, o governo procurou garantir eleições honestas, mesmo que ganhasse a oposição.

Sem entrar na discussão sobre os motivos políticos e econômicos que levaram à eclosão da Revolução de 1930, podemos observar a unificação do governo de Getúlio Vargas com os libertadores frente a uma questão maior:

"(...) na hora do desencadeamento da Revolução de 30, sob a liderança de Osvaldo Aranha, o consenso foi integral, as lideranças da Frente Unica (FU) integram-se cada vez mais. As divergências programáticas entre PRR e PL ficam suspensas frente ao imperativo maior da reforma nacional"<sup>100</sup>.

Esta realidade também se refletiu na política santa-cruzeense.

Significativo é o manifesto (Kolonie, 10.10.1930), onde percebemos a assinatura de personagens políticos das diversas matizes em uma causa comum:

"O povo deste município compenetrado da grandeza extraordinária da causa que empolga o Rio Grande do Sul e a Pátria, resolveu organizar, sem distinção de cores partidárias, uma junta revolucionária com o escopo de dar maior eficiência no concurso de Santa Cruz ao movimento

sagrado da Redenção da Pátria, no momento em que se decide o seu destino. Patriotas de Santa Cruz! O Rio Grande com os seus pró-homens à frente confia no vosso auxílio. Parafrazeando a resposta que o presidente do Estado, Dr. Getúlio Vargas deu ao Major Plínio Tourinho, comandante da 5ª Região Militar, deveis bradar com o que já estão se batendo pela regeneração da República. Bravo! Marchamos com o Rio Grande ao vosso encontro, vamos todos, Exército e Povo. Vinde juntar os vossos nomes aos daqueles que já se acham inscritos na lista dos voluntários que vão pagar o seu tributo no campo da honra (...) Santa Cruz, 9 de outubro de 1930. A Junta Revolucionária. José Wohlgemuth Koelzer, Gaspar Bartholomay, Arthur Germano Fett, Guilherme Hildebrand, Alfredo Ludwig, Felipe Jacobus Filho, Fernando Werlang, Pedro Corrêa, F.C. Tatsch, Ricardo Hoffmann F., Artur Jäger, Marciano L. Ferreira, João C. Frantz, Adão Bopp, Leopoldo Strohschöen e Mário Carneiro".

Com a revolução de 1930, entramos em novo período político, mas que não será analisado aqui.

Fica claro, ao analisarmos a história política da República Velha em Santa Cruz do Sul nos seus momentos eleitorais, que o comportamento político das zonas coloniais alemãs é um fenômeno complexo, e devemos ter o máximo de cuidado ao generalizar tal comportamento.

Foi constatado que o período Imperial destacou-se por ser um momento de articulação do Partido Liberal com setores econômicos ascendentes das zonas coloniais alemãs. Além desta articulação, caracterizou-se esta fase como uma profunda identificação das zonas coloniais alemãs com lideranças políticas que defendiam os interesses de membros ligados à religião protestante (Gaspar Silveira Martins). Tal

situação gerou resistência à Proclamação da República (que se opunha ao líder Gaspar Silveira Martins), como também divergências entre os próprios habitantes das zonas coloniais alemãs (pois nem todos eram protestantes).

Entendemos que o período Imperial (especificamente as últimas décadas do século XIX) caracterizou-se, nas zonas coloniais alemãs, como um momento de formação de associação destas elites econômicas com o poder central gaúcho, porém observamos que este arranjo não pode ser considerado consensual entre os próprios membros da elite colonial.

A idéia de que o comportamento político das zonas coloniais durante a República Velha era apático e governista não pode ser comprovada a partir deste estudo de caso.

Um fenômeno que podemos considerar típico de uma realidade que não diz respeito ao contexto político das elites rurais gaúchas é a existência de um partido católico (Zentrumspartei) inspirado na existência de um partido católico na Alemanha. Tal partido teve um caráter efêmero, mas, sem dúvida, serviu como um pólo aglutinador dos interesses dos católicos nas zonas coloniais alemãs, tanto no sentido de resistência ao positivismo gaúcho como posteriormente na formação da Aliança Católica.

Além das resistências iniciais à República em Santa Cruz do Sul, foi constatado um movimento de oposição partidária no município no decorrer da República Velha que não pode ser desconsiderado (especialmente nos momentos de eleições municipais).

A resistência ao mandonismo do PRR gaúcho pode também ser observada no município de Santa Cruz do Sul através de contínuas manifestações de descontentamento aos "chefes" do PRR local. Este descontentamento é expresso não somente através da oposição partidária no município (antigos liberais, federalistas ou posteriormente os libertadores), mas também em momentos de candidaturas a intendente "independentes" e/ou "dissidentes" do PRR.

O PRR gaúcho adotou táticas e estratégias políticas diversas para o município de Santa Cruz do Sul que iam modificando de acordo com a conjuntura política local. Percebemos que em alguns momentos o PRR buscava eliminar as lideranças locais (em especial as ligadas ao antigo Partido Liberal), noutros períodos tentou impor lideranças de fora, "coronéis burocratas". Neste sentido, acreditamos que muitas vezes a resistência ao PRR local advém de um fator autoritário, de desrespeito à autonomia local do que propriamente uma questão "racial". Pois, caso contrário, como podemos explicar o fato de que em algumas eleições locais o intendente com sobrenome "luso" não é aceito, mas o conselheiro mais votado da mesma eleição é de sobrenome "luso"? Outras formas também adotadas pelo PRR foram de formar novas lideranças originárias do município, cooptar aquelas lideranças que mantinham uma resistência ao PRR (em especial os "independentes" e "dissidentes", através de cargos políticos), dividir as lideranças do PRR local colocando-se o PRR gaúcho

acima do conflito das lideranças ("dividir" para melhor governar).

As eleições ao governo estadual, em momentos que havia duas candidaturas, demonstram que nem sempre as zonas coloniais alemãs votaram em massa no candidato situacionista. A proposição de que as bases políticas da oposição situavam-se na campanha não pode, no nosso entender, ser totalmente aceita. Pois como poderíamos explicar a movimentação da vinda de líderes da oposição ao município (por exemplo Abbott) e com uma expressiva votação?

Portanto, referendamos a posição da complexidade do comportamento político das zonas coloniais alemãs. Consideramos também que a explicação deste comportamento político não pode ser buscada somente na política gaúcha do período em geral, mas na especificidade da realidade das zonas coloniais alemãs.

### 3.3.2 - Considerações sobre a Participação dos Empresários Santa-cruzenses na Política Local

Analisar o comportamento político dos comerciantes e "industriais" em Santa Cruz do Sul, num certo sentido, significa abordar uma questão fundamental: tanto no período do Império (em especial a partir da instalação da Câmara de Santa Cruz do Sul, 1878), como no período da República Velha a vida política praticamente se restringe a estes e a alguns "coronéis burocratas" enviados ao município a mando do PRR gaúcho. Porém, se a participação política é centrada nestes setores (empresariais), não é possível constatar que



existe um projeto político hegemônico destes na região. Na análise dos processos eleitorais locais, no decorrer do tempo, percebe-se que existem atitudes políticas divergentes entre os empresários. Tal constatação nos leva a crer que, além de questões da própria região, que fazem estes empresários posicionarem-se de formas distintas, existe uma compreensão de relacionamento com o poder estadual que os diferencia de maneira marcante.

Durante o Império, os comerciantes e "industriais" santa-cruzenses em grande parte eram aliados ao PL e suas atividades políticas vinham ao encontro deste partido (com exceção dos ligados ao Partido do Centro, como por exemplo o comerciante August Harth e o fabricante de espartilhos e gravatas Bernhard Stein). A Proclamação da República traz para o município uma nova realidade com um novo partido disposto a conquistá-los. Como ressalta Sandra Jathay Pesavento<sup>101</sup>:

"(...), o PRR buscou ampliar a sua base social de apoio político, tentando cooptar para seus quadros aqueles setores egressos do complexo colonial-urbano que haviam enriquecido: banqueiros, industriais e comerciantes".

O partido dominante, no decorrer da República Velha em Santa Cruz do Sul, procurou apresentar-se aos empresários como um interlocutor de suas reivindicações e um meio de comunicação com o poder do PRR gaúcho, pois em nível de Assembléia Legislativa o papel lhes foi restringido. Os empresários locais buscavam defender seus interesses, enquanto um setor social, por intermédio do partido. Isto pode ser

verificado pelas cartas de recomendação que os chefes do partido emitiam quando o setor necessitava de um "favor". É o caso, por exemplo, do empresário Augusto Hennig que precisava de uma "concessão" para extrair pedras semipreciosas no município de Lajeado e Guaporé<sup>102</sup>. Também o comerciante Oscar Gressler que vai a Porto Alegre a negócios e quer visitar o presidente do Estado é a este apresentado por Galvão Costa<sup>103</sup>. Interessante a articulação dos empresários do fumo que vão a Porto Alegre com carta de recomendação de Galvão Costa para tratar de interesses da área com Borges de Medeiros<sup>104</sup>:

"São portadores desta os adiantados industrialistas aqui estabelecidos João Nicolau Kliemann, José Carlos Kohmann, Adolfo Iserhard, José Etges Filho, Theodoro Schilling, Guilherme Presser, Helmuth Schütz, os quais desejam entender-se pessoalmente com V. Exa. sobre assunto de grande relevância para Santa Cruz que diz respeito ao seu mais importante fator de riqueza econômica local, o fumo".

Se o PRR era visto por estes setores como um canal para se fazerem ouvidos, tal fato não significou que em vários momentos se manifestassem divergências com relação ao PRR local e manifestações de descontentamento ao poder regional instituído. É perfeitamente visível que os empresários durante o decorrer da República Velha em Santa Cruz do Sul não atuavam de maneira uníssona. Percebemos que a participação nas eleições muitas vezes os levava a caminhos opostos, em especial nas eleições locais de 1904, 1908, 1924 e 1928. Muitas vezes, no caso de Ernesto Wild, por exemplo,

houve resistências frente à concepção autoritária do PRR estadual no gerir a política local. Houve, neste sentido, comportamentos hostis no que diz respeito à falta de autonomia municipal, que formalmente era defendida pelo PRR estadual. Também não podemos deixar de mencionar exemplos de "oposição" ao PRR local, como a do comerciante e beneficiador de fumo Theodoro Schilling, disposto a manter o Partido Federalista num certo período, e posteriormente fundador do Partido Libertador no município.

Em vários momentos, o PRR buscou cooptar as lideranças-natas e tal empreendimento não surtiu os frutos esperados, obrigando o partido a impor sua política, sem um "consenso".

Acreditamos, portanto, que as relações do PRR com os empresários santa-cruzenses foram dinâmicas e paradoxais. Dinâmicas no sentido de que o PRR teve de adotar várias táticas para conquistar este setor de acordo com a conjuntura política, tanto da região como do Estado ou eliminá-lo com políticas autoritárias. Paradoxais no sentido de que ao mesmo tempo em que era marcada uma "oposição" por determinados sujeitos empresariais, estes buscavam "favores" que lhes trouxessem "vantagens".

## NOTAS

- 1 PICCOLLO, Helga Iracema Landgraf. "A política rio-grandense no Império". In: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980, p. 97.
- 2 Mais detalhes sobre este aspecto em: Pesavento, História do Rio Grande do Sul.
- 3 FONSECA, Pedro Dutra. RS: Economia e conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983, p. 88.
- 4 TRINDADE, Héliqio. "Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). Da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30" In: RS: Economia e Política, op.cit., p. 119.
- 5 Mais detalhes sobre o projeto político do PRR em: Pinto, Celi Regina Jardim. Positivismo - um projeto político alternativo (RS 1889-1930). Porto Alegre, L & PM. Editores, 1986.
- 6 Citadino x rural.
- 7 Willems, A aculturação dos alemães no Brasil, p. 463.
- 8 KUNERT, Udo Ingo. "Tentativas de organização política na colônia alemã de São Sebastião do Cai." In: Simpósio da história da Igreja. São Leopoldo, Sinodal, co-ed. de Rortmund, 1986, p. 82.
- 9 Mais detalhes sobre o aspecto religioso serão abordados no capítulo posterior.
- 10 PESAVENTO, Sandra Jathay. "O imigrante na política rio-grandense" In: RS: Imigração e Colonização, op.cit., p.159.
- 11 GUIMARAES, José. A ferro e fogo. Tempo de solidão. Porto Alegre, L & PM Editores, 1982, p. 184.
- 12 Entre os imigrantes alemães, havia uma parcela significativa de protestantes.
- 13 Já foram comentados no capítulo I: grupo de alemães que em 1851 foram buscados pelo Império na luta contra Rosas.
- 14 PICCOLLO, Helga Iracema Landgraf. "O PRR e os alemães no Rio Grande do Sul." In: Revista/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS/1982, p. 147.

- <sup>15</sup> ROCHE, op.cit., p. 582.
- <sup>16</sup> LOVE, Josepf L. op.cit., p. 138
- <sup>17</sup> KIPPER, Maria Hoppe. A campanha da nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-45). Santa Cruz do Sul, APESC, 1979, p. 15.
- <sup>18</sup> Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul (Brasil). Organizado pela Repartição de Estatística. Diretor: Augusto M. de Carvalho. Anno de 1921. AHRGS.
- <sup>19</sup> LOVE, op.cit., p. 83.
- <sup>20</sup> SCHIERHOLT, José Alfredo. "A Revolução federalista no Vale do Taquari". In: IV Simpósio da História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo. Gráfica Unisinos, 1980, p. 154.
- <sup>21</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições e a revolução de 1923. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981, p. 80.
- <sup>22</sup> GERTZ, op.cit., p. 44.
- <sup>23</sup> PESAVENTO, "O imigrante na política" p. 182.
- <sup>24</sup> PICCOLLO, "O PRR e os alemães", p. 150.
- <sup>25</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre, Globo, 1967, p. 39.
- <sup>26</sup> GERTZ, op.cit., p. 109.
- <sup>27</sup> Jornal Kolonie fundado em 1891, com existência durante todo o período da República Velha. Se as informações fornecidas por Hans Gehse estiverem corretas, o jornal em 1928 tinha uma tiragem de 3.000 exemplares.
- Jornal Fortschritt, órgão republicano (1ª ed. 19.11.1902, última ed. em 31.12.1904).
- Jornal Santa Cruzzer Anzeiger (se colocava como "indiferente", a 1ª ed. é em 21.01.1905, última ed. em 24.12.1908).
- <sup>28</sup> Corespodências pesquisadas respectivamente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- <sup>29</sup> PESAVENTO, "O imigrante na política", p. 166.
- <sup>30</sup> A União, órgão do Partido Republicano. Estado do Rio Grande do Sul, domingo, 1º de janeiro de 1911.

<sup>31</sup> MENEZES, op.cit., p. 84.

Estavam presentes figuras de destaque da economia e da política local como: Frederico Guilherme Bartholomay, Fernando Tatsch Sobrinho, Carlos Trein Filho, entre outros.

<sup>32</sup> Ibid, p. 84.

<sup>33</sup> Ibid, p. 176.

<sup>34</sup> PICCOLLO. "O PRR e os alemães", p. 154.

<sup>35</sup> PESAVENTO, História do Rio Grande do Sul, p. 78.

<sup>36</sup> Kolonie, 24.01.1891.

Em 2 de agosto de 1891, houve também encontro com presença do Dr. Carvalho, palestrando sobre a situação do partido no âmbito estadual (Kolonie, 08.08.1891).

<sup>37</sup> Sabe-se que, posteriormente, Germano Hasslocher alia-se ao PRR, em função de um descontentamento frente ao massacre feito em Rio Negro pelos federalistas, nos acontecimentos da luta armada de 93/95. In: Love, op. cit., p. 78.

<sup>38</sup> "A União Nacional, derrotada nas eleições e sem representação política na Constituinte Federal, tem seus dias contados e alguns meses mais tarde irá extinguir-se como coligação política para fundir-se com os dissidentes republicanos, dando origem a uma nova organização política: o Partido Republicano Federal. Fundado em 23 de abril de 1891, sob a inspiração do dissidente Demétrio Ribeiro, o novo partido define sob seu nome o conteúdo político de sua mensagem: a República liberal contra a República autoritária. Constituído pela confluência dos dissidentes históricos da União Republicana com os ex-militantes da União Nacional, o novo partido terá no jornal 'O Rio Grande' o seu porta-voz. Como salienta Joaquim Osório na sua clássica obra sobre os partidos políticos no Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Federal nada tem em comum com o Partido Federalista, a ser fundado em 1892, por Gaspar Silveira Martins: 'O primeiro tinha como ideal o regime presidencial federativo, o segundo, o sistema unitário parlamentar. Foram duas organizações políticas distintas, com programas antagônicos. In: Trindade, op.cit., p. 133.

<sup>39</sup> Sobre este partido, de inspiração católica jesuíta, trataremos no próximo capítulo. Todos os integrantes mencionados evidentemente são católicos.

Interessante que o Partido do Centro também pertencia à realidade política na Alemanha, sendo inclusive fundado antes da unificação da Alemanha: "O Partido do Centro foi fundado na Prússia em 1870 para representar os interesses da minoria católica romana no parlamento Prussiano e, após a unificação da Alemanha, ele expandiu a sua organização na esperança de atrair não católicos para seus quadros".

Kent, O. George. Bismark e seu tempo. Brasília. Editora UNB, 1982, p. 90.

<sup>40</sup> LOVE, op.cit., p. 53.

<sup>41</sup> Grande "inimigo político" de Carlos Trein Filho (Federalista) inclusive Pereira da Cunha foi autor de um panfleto "Ao público sensato" (21.07.1892), onde acusa Trein de sérias falcatruas no município de Santa Cruz do Sul: "A minha humilde assinatura, abnegadíssimo e famigerado Sr. Trein, vale sempre muito mais do que a daquele célebre Tartufo, que achando por acaso em seu caminho uma chácara por assim dizer dentro da vila, com uma área superficial de 158.505 metros quadrados, contendo apenas 200 terrenos dos que constituem as quadras desta vila, a fim de beneficiar o cofre municipal, apanhou-a, e paga anualmente por ela de aforamento, a quantia de 3\$963 rs. E não satisfeito com esse cargo de generoso patriotismo, nos estudos que fez outrora do traçado de uma estrada de ferro privilegiada e de cuja empresa é sócio, por um ato de heróico desprendimento, e para glória, progresso e benefício de Santa Cruz, estabeleceu o ponto de partida dessa estrada, dentro de sua própria chácara (...). Entretanto o meu detrator chegou em Santa Cruz com uma das mãos atrás e outra adiante, como se diz em gíria popular, nunca herdou senão uma cambulhada de dívidas, não é nem foi nunca comerciante, pelo menos desde que o conheço, nunca tirou sortes grandes de loterias, não achou tesouros enterrados, não tinha navios em viagem da Asia para cá com carregamentos de estofos ou pedras preciosas, não inventou a pólvora, foi sempre um político imponente e desinteressado, cheio das mais patrióticas abnegações do que faz sempre ruidoso alarde. (...) entretanto pagou a cambulhada de dívidas que herdou, vive com uma ostentação faustosa, pode mandar preparar educação de filhos em aulas de curso superior, possui grande quantidade de terras para negócio, além da chácara, é sócio capitalista de várias empresas industriais e também de terras, e além de tudo isso, tem dinheiro (...)" (Pasta nº 2 AHCM).

<sup>42</sup> Parente dos Eichenberg ligados ao Partido Liberal e depois federalista. Jorge Henrique, porém, não era liberal e nem federalista, esteve ligado desde o início aos republicanos (era comerciante).

- 43 GERTZ, op.cit., p. 44.
- 44 Saídos na Gazeta do Sul, imprensa atual de Santa Cruz do Sul, sobre a revolução federalista em Santa Cruz do Sul. Não temos data da edição dos artigos, pois foram obtidos pessoalmente com o prof. Hardy Martin.
- 45 Amstad, op.cit., pp. 171-2.
- 46 Panfletos de convocatórias para eleições do diretório do Partido Federalista onde consta a assinatura de Theodoro Schilling. Fonte: Pasta nº 8 AHCM.
- 47 Utilizamos o sentido da palavra cooptação política inspirado no trabalho de Félix, Loiva Otero. Coronelismo, Borgismo e Cooptação política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987, p. 16: "Por cooptação política entendemos o processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à existência da organização do aparelho de Estado que então se processa (instalação da República com a política castilhistas-borgista). O que caracteriza a cooptação é, essencialmente, ser uma ação política sem violência".
- 48 Carlos Trein Filho era presidente do Conselho Administrativo do jornal Kolonie (31.01.1891). Como também Guilherme Eichenberg, tesoureiro, Bernardo Krische, todos federalistas. Também aqui todos eram maçons, inclusive o redator do jornal, Riedl. Com exceção de Adão Jost, que era republicano (já mencionado anteriormente).
- 49 Pasta nº 70. AHCM.
- 50 Em 1896, o quadro dos eleitores estaduais em Santa Cruz do Sul tinha um total de 1.831 eleitores, sendo: 3 letrados, 1.508 agricultores, 67 comerciantes, 108 artistas, 47 industriais, 98 diversos. Em nível de Estado, Santa Cruz do Sul representava apenas 3,09% dos eleitores e Porto Alegre, 9,6%.

FONTE: Relatório apresentado pela 3ª Diretoria (Estatística), em 15 de julho de 1897. Anexo ao Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. De 30 de julho de 1897. Estado do Rio Grande do Sul (I Vol.). AHRGS.

51 Vide Anexo 1.

52 Vasco de Azevedo e Sousa era republicano (PRR).

FONTE: IHGRGS. Correspondência de Vasco de Azevedo e Sousa a Cel. Marcos.



- <sup>53</sup> A expressão "gafanhoto" também é utilizada por um personagem de Veríssimo, Erico. O Tempo e o Vento. O Arquipelago I. Rio de Janeiro, Globo, 1978, p. 260: "Maria Valéria, que viera também para o Angico, examinava, com seu olho crítico os revolucionários, aos quais chamava de 'gafanhotos', pois achava que a coisa estava tomando caráter de praga".
- <sup>54</sup> Martin, Hardy Elmiro. "Atentado e tiroteio no Centro da Cidade" (artigo manuscrito).
- <sup>55</sup> Trein escreveu um artigo no jornal Kolonie, dizendo que se fosse intendente teria feito: telefone, água, viação férrea ... .
- <sup>56</sup> Félix, op.cit., pp. 80-1.
- <sup>57</sup> Vide Anexo 2.
- <sup>58</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de Borges de Medeiros e o município de Santa Cruz do Sul. (09.06.1904).
- <sup>59</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de Adão Jost a Dr. João Abbott. (09.08.1904).
- <sup>60</sup> O jornal Fortschritt (28.09.1904), em edital, fala em "A ata da pacificação política de Santa Cruz do Sul". A ata é assinada por setores ligados a Pitta Pinheiro e "dissidentes" liderados por Adão Jost e Ernesto Wild.
- Em 07 de dezembro de 1904, é reverenciada pelo mesmo jornal a necessidade da união que deveria haver entre os "dissidentes" e "republicanos" para o progresso da indústria, comércio e agricultura do município.
- Também temos um interessante quadro da época (1904), onde é possível perceber os conflitos políticos e a campanha política municipal. Anexo 3.
- <sup>61</sup> Esta "independência" do jornal pode ser desfraldada quando, em uma carta (18.01.1907) de Galvão Costa destinada a Borges de Medeiros, é dito pelo remetente que o Santa Cruz Anzeiger defende e defenderá os princípios republicanos na cidade. IHGRGS.
- <sup>62</sup> Pelo que indica, agora o redator do jornal está ligado ao PRR.
- <sup>63</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de Galvão Costa a Borges de Medeiros. (16.01.1906).
- <sup>64</sup> Não sabemos que eleições foram estas, provavelmente sejam em nível federal.

- <sup>65</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de Galvão Costa a Borges de Medeiros. (16.01.1906).
- <sup>66</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de Carlos Trein Filho a José Gonçalves Barbosa (Secretário do Interior), (27.06.1907).
- <sup>67</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de Wild ao Governo do Estado. (15.10.1906).
- <sup>68</sup> Kolonie, 13.01.1906.
- <sup>69</sup> Santa Cruz Anzeiger, 21.01.1905; 27.06.1906.
- <sup>70</sup> Trindade, op.cit., p. 148.
- <sup>71</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de A.E. Gralha a Borges de Medeiros. (19.05.1907).
- <sup>72</sup> Kolonie, 09.11.1907.
- <sup>73</sup> O manifesto assim se colocava: "Nutrimos a convicção que o coração de todos os eleitores bem intencionados recebe com júbilo o patriota distinto, que desinteressadamente está fazendo os maiores sacrifícios para o bem do povo e da pátria cujo caráter e capacidades oferecem todas as garantias para o futuro. (...) governo são e reto só pode apoiar-se na liberdade do povo, só o homem livre é leal de coração! Mostremos pois Santa-cruzenses, que a consciência de liberdade, justiça e verdade ainda não morreu no nosso coração apesar de todas as pressões. 'Paz e Ordem' distingue nossa população, eis o lema conduzindo-nos para nosso direito". (O manifesto era em alemão e português). Kolonie, 14.11.1907.
- <sup>74</sup> MACHADO, José Olavo. Rio Grande do Sul no período Republicano. História de Santo Angelo. Rio de Janeiro, Itambé, 1973, p. 54.
- <sup>75</sup> Santa Cruz Anzeiger, 28.11.1907.
- <sup>76</sup> Love, op.cit., pp. 90-1.
- <sup>77</sup> Veremos que em Santa Cruz do Sul, em 1928, para eleições de intendente e conselho, o Partido Libertador vence.
- <sup>78</sup> Félix, op.cit., p.123.
- <sup>79</sup> Evidentemente não confundir com Ernesto Wild, que era candidato a intendente. São duas pessoas diferentes (existiam no período Ernesto Augusto Wild e Ernesto Wild).

- <sup>80</sup> Ao que tudo indica, Otto Fellenberg era candidato a conselho indicado tanto por Ernesto Wild como por Galvão (respectivamente Kolonie, 10.09.1908, Santa Cruz Anzeiger, 28.08.1908). A outra explicação alternativa é de Fellenberg ter mudado a "casaca" na última hora para Wild. Não foi possível sabermos algo a respeito.
- <sup>81</sup> "Fofocas" à parte, acreditamos que estas discussões refletem um conflito e uma divergência local, confirmando nossa hipótese de que muitas vezes o conflito partidário nas zonas coloniais abarcava características que não se limitavam ao conflito político-partidário latente gaúcho. Queremos demonstrar com isto que havia especificidades nas zonas coloniais que devem ser consideradas para a compreensão da política local.
- <sup>82</sup> Agora a única imprensa local em língua alemã, pois o Santa Cruz Anzeiger tem sua última edição em 24 de dezembro de 1908.
- <sup>83</sup> Fonte: AHGRGS. Correspondência de Galvão Costa a Borges de Medeiros. (16.12.1909).
- <sup>84</sup> Fonte: AHGRGS. Correspondência de Emílio Drochner a Borges de Medeiros. (27.11.1912).
- <sup>85</sup> Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 8 de setembro de 1913. AHGRGS.
- <sup>86</sup> Pinto, op.cit., p. 45.
- <sup>87</sup> Pesavento, História do Rio Grande do Sul, pp. 80-1.
- <sup>88</sup> Roche, op.cit., p. 715.
- <sup>89</sup> VERISSIMO, Erico. O Tempo e o Vento. O Retrato 2. Rio de Janeiro, Globo, 1987, pp. 440-1.
- <sup>90</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de José Werlang remetida a Borges de Medeiros. Não sabemos sobre que "tarefa" José Werlang está falando. (14.05.1917).
- <sup>91</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência da Comissão Executiva do Partido Republicano a Borges de Medeiros. (05.06.1917).
- <sup>92</sup> Kolonie, 10.09.1917; 13.10.1920.
- <sup>93</sup> Pesavento, História do Rio Grande do Sul, p. 85.
- <sup>94</sup> Trindade, op.cit., p. 154.
- <sup>95</sup> Gertz, op.cit., p. 42.

- <sup>96</sup> Cabe lembrar que Felipe Jacobus Filho já fora um "dissidente".
- <sup>97</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de Gaspar Bartholomay a Borges de Medeiros. (12.03.1927).
- <sup>98</sup> Trindade, op.cit., p. 167.
- <sup>99</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de Gaspar Bartholomay a Borges de Medeiros. (12.07.1927).
- <sup>100</sup> Trindade, op.cit., p. 171.
- <sup>101</sup> PESAVENTO, Sandra Jathay. A burguesia gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho, RS: 1889-1930. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988, p. 95.
- <sup>102</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de Galvão Costa a Borges de Medeiros. (12.05.1905).
- <sup>103</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de Galvão Costa a Borges de Medeiros. (05.11.1906).
- <sup>104</sup> Fonte: IHGRGS. Correspondência de Galvão Costa a Borges de Medeiros. (13.01.1915).

#### 4. RELIGIAO, POLITICA E ELITES ECONOMICAS SANTA-CRUZENSES

##### 4.1 - A Situação dos Protestantes e Católicos no Século XIX no Meio Rural em Santa Cruz do Sul

O intento desta análise sobre a situação dos protestantes e católicos no meio rural é buscarmos uma verificação se realmente existem diferenças entre ambos na zona de colonização "oficial" (13 linhas da colônia de Santa Cruz do Sul). Tal levantamento foi feito por Carlos Trein Filho, nos anos de 1876 a 1880, com o objetivo de reunir dados a respeito da situação das divisões de terra dos colonos. Cabe ressaltar que então já se haviam passado em torno de 30 anos desde que a primeira leva de imigrantes havia chegado à colônia "oficial" de Santa Cruz do Sul.

A inspiração para tal investida diz respeito ao fato de que a grande maioria destes colonos chegou numa mesma situação econômica, com expectativas de aquisição de terras, que não possuíam na sua terra natal. Nestes primeiros anos de colonização, pretende-se demonstrar que não é possível perceber qualquer vantagem ou superioridade econômica significativa entre católicos e protestantes. Emílio

Willems<sup>1</sup> levanta a diferenciação religiosa dos protestantes e católicos como um fator de estímulo econômico e cultural:

"Não há dúvida de que, ao lado de outros fatores, os estímulos vindos do protestantismo incentivaram as atividades profissionais contribuindo para que a mentalidade econômica se transformasse, aos poucos, no que hodiernamente se chama mentalidade capitalista". "Também na cultura teuto-brasileira há diferenças econômicas entre protestantes e católicos. Zonas com população predominantemente protestantes gozam, geralmente, da fama de mais prósperos e mais progressistas (...)" "Contudo a diferença é mais acentuada nas classes superiores da sociedade local (...)"

Willems<sup>2</sup> atribui à diferenciação religiosa um estímulo de conduta econômica, advinda da herança cultural dos imigrantes que carregaram consigo concepções de trabalho distintas, ligadas à ética religiosa:

"(...) A significação especial dessa diferença reside no fato de se haver repetido aqui, em condições diversas da Alemanha, um processo competitivo em que as chances iniciais foram praticamente idênticas para católicos e protestantes. Quase todos eles começaram a vida no Brasil como artifices, mecânicos, lavradores ou pequenos comerciantes. A concepção do trabalho, no entanto, parte integrante do patrimônio cultural trazido do país de origem, foi tão diferente nessas duas partes da população imigrada e tão bem essas diferenças se conservam que os seus efeitos se fazem sentir até na terceira ou quarta geração. (...) A concepção de origem protestante, livre dos peios que lhe embaçaram os passos na Alemanha, parece ter contribuído para que as atividades econômicas em geral adquirissem uma cotação na cultura teuto-brasileira que até hoje não conseguiram na sociedade de origem".

Vejamos então como se apresentam as variáveis relacionadas com a religião dos camponeses na colônia de Santa Cruz do Sul.

Com relação ao total de proprietários (Tabela 1) constatou-se que apenas 27,20% eram filiados à religião católica; em contrapartida, 58,48% eram ligados à igreja protestante (luterana). Um fato que demarca bem o problema da relação entre católicos e protestantes é o índice de proprietários de religião mista, que é de apenas 2,10%.

Analisando os dados da Tabela II, sobre a qualidade da terra dos agricultores relacionando com a religião, constatou-se que 11,8% dos católicos, 12,9% dos protestantes e 26,6% de religião mista possuem terra de qualidade inferior. As terras consideradas de qualidade média estão distribuídas da seguinte forma: 28,8% católicos, 20,8% dos protestantes e 40% de religião mista. Assim, 57,7% dos católicos, 64,2% dos protestantes e 46,6% de religião mista possuem terras de qualidade boa. Por fim, 1% dos católicos e 0,9% dos protestantes possuem terras de qualidade mista. Estes dados foram relacionados para verificação de um possível privilégio de qualidade de terra a uma ou outra filiação religiosa. Observou-se uma pequena diferença (6,5%) no que diz respeito à distribuição da terra de qualidade boa, com os protestantes levando pequena vantagem.

Buscando os dados da Tabela III, que relacionam as variáveis do número de hectares com a filiação religiosa, tem-se os seguintes resultados: 3% dos católicos e 5% dos

protestantes detêm de 0 a 20 hectares: 26,8% dos católicos, 23% dos protestantes e 26,6% de religião mista detêm de 20 a 40 hectares; 25,2% dos católicos, 37,6% dos protestantes e 26,6% de religião mista detêm de 40 a 60 hectares; 19% dos católicos, 16% dos protestantes detêm de 60 a 80 hectares; 9% dos católicos, 8,3% dos protestantes e 20% de religião mista detêm de 80 a 100 hectares; por fim, 15,9% dos católicos, 9,5% dos protestantes e 20% de religião mista detêm mais de 100 hectares.

Com o objetivo de verificar a possível diferença de <sup>QUALIDADE</sup> de terras e a filiação religiosa, as diferenças que os dados nos indicam é de que fazendo uma média, os católicos concentram ~~um número~~ maior de terras: Os católicos que possuem 60 hectares ou mais, perfazem um percentual de 65%, ao passo que os protestantes perfazem um percentual de apenas 33,8%. Em nível de número de hectares médio (40 a 60), são os protestantes que detêm mais, porém se fizermos uma média de 0 a 60 hectares, os católicos concentram um percentual de 55%, enquanto os protestantes 44,1%. Estes dados são limitados por sua natureza, pois não relacionam outras variáveis como qualidade da terra e viabilidade de acesso (localização da terra).

Com o intuito de verificar se existem diferenças entre os bens dos proprietários e filiação religiosa, a Tabela IV relaciona religião com valor de benfeitorias. Obtiveram-se os seguintes resultados: 52,5% dos católicos, 52,9% dos protestantes e 46,6% da religião mista possuem de



0 a 1.000 contos de réis em benfeitorias; 29,8% dos católicos, 25,4% dos protestantes e 33,3% da religião mista possuem de 1.000 a 2.000 contos de réis em benfeitorias; 5,6% dos católicos, 8,15% dos protestantes e 6,6% da religião mista possuem acima de 3.000 contos de réis em benfeitorias. Observou-se uma ligeira diferença onde ocorre a inversão da Tabela III, pois em nível de valor médio em benfeitorias (1.000 a 2.000 contos de réis) mais católicos se concentram neste âmbito. E em nível de mais alto valor de benfeitorias (acima de 3.000 contos de réis), mais protestantes se aglomeram.

Com relação à Tabela V, que apresenta uma relação entre profissão e religião, temos os seguintes dados: 89,6% dos católicos, 92,8% dos protestantes e 93,3% da religião mista são agricultores. Dos que atuam como comerciantes, dos 10 profissionais registrados nas 13 linhas, eram todos protestantes (entre os protestantes perfaziam um percentual de 2,3%), não sendo constatado comerciantes católicos ou de religião mista. Outras profissões (ferreiro, pedreiro, funileiro, sapateiro, marceneiro, molineiro, professor, costureira, seleiro, carroceiro, alfaiate, agrimensor) perfaziam 3,6% dos católicos, 3,3% dos protestantes e 6,6% da religião mista.

No que diz respeito à Tabela VII, buscamos fazer uma relação de natalidade e religião. Cabe considerar que utilizamos um critério de classificação em que os casais foram divididos a partir da idade da esposa. Os casais com es-

posa até 40 anos têm mais probabilidade de aumentar o número de filhos, ao passo que com os casais com esposas com mais de 40 anos esta possibilidade é possivelmente menor.

Com relação aos casais de esposa até 40 anos, 23,7% dos católicos, 29,9% dos protestantes, 33,3% de religião mista tinham de 0 a 4 filhos; 23,1% dos católicos, 15,8% dos protestantes e 20% de religião mista tinham de 5 a 8 filhos; 1,5% dos católicos, 1,9% dos protestantes e 6,6% de religião mista tinham 9 ou mais filhos.

No que diz respeito aos casais com esposa com mais de 40 anos, 18% dos católicos, 22,5% dos protestantes e 6,0% de religião mista tinham de 0 a 4 filhos; 14,9% dos católicos e 14,8% dos protestantes tinham de 5 a 8 filhos; 3% dos católicos, 2,1% dos protestantes e 13,3% de religião mista tinham 9 ou mais filhos. Observa-se uma ligeira diferença apontando os protestantes com um índice de 6,2% a mais na menor quantidade de filhos, isto na tabela dos casais com esposas até 40 anos. Na tabela de casais de esposa com mais de 40 anos, o índice de diferença é de 4,5% a mais dos protestantes, ou seja, os católicos têm um pequeno índice maior de filhos. Ao que nos parece, a constatação de Willems<sup>3</sup>:

"Entre os teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, os católicos reproduzem-se em escala maior do que os protestantes. Um cômputo baseado em 100 famílias católicas e 100 protestantes, deu uma média de 8,6 filhos para os primeiros e a média de 7,3 para os segundos. Entre os protestantes, famílias com oito filhos são as mais freqüentes ao passo que entre católicos predomina a família de dez filhos",

comparada com os dados disponíveis do meio rural, indica que a tendência é verificada também em nosso estudo, apesar de não podermos afirmar se esta tendência permanece após a data do levantamento feito por Carlos Trein Filho.

A partir dos levantamentos, que nos oferecem um perfil do meio rural local no século passado, foi possível percebermos alguns indicativos a respeito da situação econômico-social do colono e sua filiação religiosa (cerca de 30 anos após a fundação da colônia).

Apesar de algumas diferenças encontradas, entendemos que não é possível afirmar, a partir destes dados, que houvesse situações vantajosas (quer advindos de alguma política deliberada do governo Provincial ou através de superioridades econômicas trazidas pelo colono do seu país de origem) entre protestantes e católicos.

As diferenças constatadas nas 13 linhas da colônia oficial de Santa Cruz do Sul demonstram que católicos possuíam uma concentração de terras mais elevada que protestantes. Porém a diferença é logo invertida quando observamos a concentração de benfeitorias, onde os protestantes têm uma porcentagem mais elevada.

Um dado interessante é a respeito da profissão de comerciante, onde todos são protestantes. Se existia um agricultor católico que exercia concomitantemente a atividade de comerciante, este, na hora do levantamento, não se considerou comerciante. Tal fato pode indicar a pouca

importância que era atribuída ao comércio pelo católico, considerando-se predominantemente agricultor.

Com relação ao número de filhos dos casais, é observada uma tendência das famílias católicas terem um maior número de filhos comparados às famílias protestantes. Tal situação pode ser explicada em grande parte pelas posturas conservadoras da Igreja Católica em relação ao controle da natalidade, bastante diversa das posturas das igrejas evangélicas históricas que recomendam controle da prole.

Infelizmente não encontramos dados que fornecessem um perfil das colônias privadas da época. Talvez nas colônias privadas as diferenças entre católicos e protestantes tenham sido acentuadas (principalmente devido ao fato de que muitos imigrantes fundaram estas colônias com iniciativas próprias, e neste sentido já tinham acumulado riquezas de alguma forma).

Os dados disponíveis do meio rural em Santa Cruz do Sul no século XIX não nos permitem detectar se a elite econômica santa-cruzense veio diretamente do meio rural. Contudo, conforme a história de vida empresarial, foi observado que muitos comerciantes e industriais vinham diretamente do meio rural ou eram originários de imigrantes que haviam se estabelecido como agricultores sem uma acumulação prévia do país de origem.

Código das linhas referentes às tabelas

- 01 - Linha Santa Cruz
- 02 - Linha Rio Pardo
- 03 - Linha Sinimbu
- 04 - Vila Thereza

- 05 - Linha da Serra
- 06 - Linha das Nove Colônias
- 07 - Linha Andréas
- 08 - Linha Dona Josefa
- 09 - Linha Entrada do Rio Pardinho
- 10 - Linha Ferraz
- 11 - Linha São João
- 12 - Linha Bom Jesus
- 13 - Linha Travessão de Dona Josefa

Tabela 1

RELIGIÃO	TOTAL DE PROPRIETARIOS													TOTAL POR RELIGIÃO	
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13		
Católica .....	54	06	20	07	07	02	01	58	18	-	10	07	04	194	- 27,20%
Protestante .....	45	105	65	09	06	03	21	48	15	56	24	12	08	417	- 58,48%
Mista .....	6	01	01	-	-	-	-	01	03	01	01	-	-	15	- 2,10%
N.C. ....	29	08	02	01	35	02	-	02	04	-	03	-	-	87	- 12,20%
TOTAL POR VILA .....	134	120	88	17	48	07	22	109	40	57	38	21	12	713	- 100,00%

Tabela 2

RELIGIÃO/QUALIDADE DAS TERRAS	INFERIOR			MÉDIA			BOA			MISTA		
	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA
Total .....	194	417	15	194	417	15	194	417	15	194	417	15
Parcial .....	23	54	04	56	87	06	112	268	07	02	04	-
Porcentagem ..	11,8%	12,9%	26,6%	28,8%	20,8%	40%	57,7%	64,2%	46,6%	1,0%	0,9%	-

Tabela 3

RELIGIÃO/NU- MERO DE HEC- TARES	0 — 20			20 — 40			40 — 60			60 — 80			80 — 100			100 —		
	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA
Total .....	194	417	15	194	417	15	194	417	15	194	417	15	194	417	15	194	417	15
Parcial .....	06	21	-	52	96	04	49	157	04	37	67	-	18	35	03	31	40	03
Porcentagem ..	3,0%	5,0%	-	26,8%	23%	26,6%	25,2%	37,6%	26,6%	19%	16%	-	9,2%	8,3%	20%	15,9%	9,5%	20%

Tabela 4

RELIGIÃO/VA- LOR EM BEN- FEITÓRIAS	0 — 1000			1000 — 2000			2000 — 3000			3000 —		
	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA
Total .....	194	417	15	194	417	15	194	417	15	194	417	15
Parcial .....	102	221	07	58	106	05	11	34	01	07	32	01
Porcentagem ..	52,5%	52,9%	46,6%	29,8%	25,4%	33,3%	5,6%	8,15%	6,6%	3,6%	7,6%	6,6%

Tabela 5

RELIGIÃO/ PROFISSÃO	AGRICULTOR			COMERCIANTE			OUTROS		
	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA
Total .....	194	417	15	194	417	15	194	417	15
Parcial .....	174	387	14	-	10	-	07	14	01
Porcentagem	89,6%	92,8%	93,3%	-	2,3%	-	3,6%	3,3%	6,6%

Tabela 6

IDADE DOS PAIS/NUMERO DE FILHOS	CASAIS COM ESPOSA (VIUVA) ATE 40 ANOS								
	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA
Total .....	194	417	15	194	417	15	194	417	15
Parcial ....	46	125	05	45	66	03	03	08	01
Porcentagem	23,7%	29,9%	33,3%	23,1%	15,8%	20%	1,5%	1,9%	6,6%

Tabela 7

IDADE DOS PAIS/NUMERO DE FILHOS	CASAIS COM ESPOSA (VIUVA) COM MAIS DE 40 ANOS								
	0 - 4			5 - 8			9 ou mais		
RELIGIAO	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA	CAT.	PROT.	MISTA
Total .....	194	417	15	195	417	15	194	417	15
Parcial ....	35	94	01	29	62	-	06	09	02
Porcentagem	18%	22,5%	6,6%	14,9%	14,8%	-	3%	2,1%	13,3%

#### 4.2 - Os Empresários de Santa Cruz do Sul e sua Filiação Religiosa

Antes de entrarmos na questão da filiação religiosa dos setores "dominantes" da economia local, acreditamos ser necessário<sup>4</sup> fazer uma avaliação sobre os dados oficiais a respeito da população (totalidade) da colônia no período em questão e a filiação religiosa.

Apesar de nossa preocupação centrar-se no período da República Velha, iniciaremos nossa caminhada com levantamentos conhecidos desde os primórdios da colônia.

Os fundadores da colônia, em 1849, se distribuíram entre 7 católicos e 5 evangélicos<sup>5</sup>. Um ano após, 1850, dos

73 habitantes citados em relatório, 21 eram católicos e 52, evangélicos. Em 1851, com uma população de 174 habitantes, 88 são considerados evangélicos e 86 católicos (apenas uma criança de 1 ano não foi contabilizada devido ao fato de os pais serem de religiões diferentes). Em 1856, entre os 1.230 habitantes da colônia, havia 664 evangélicos e 566 católicos<sup>6</sup>. Em 1866, de acordo com relatório de Koseritz<sup>7</sup>, a situação é invertida, sendo dos 4.794 habitantes, 2.403 católicos e 2.391 protestantes.

O relatório do agente-intérprete Lothar de La Rue, mencionado por Pellanda<sup>8</sup>, oferece dados mais detalhados sobre a população e a religião em Santa Cruz do Sul no ano de 1870; podemos observar também a Freguesia de Santa Cruz (futura cidade):

LUGAR	CATOLICOS	PROTESTANTES
Linha Santa Cruz (Picada Velha)	495	326
Linha Rio Pardo (Picada Nova)	156	545
Sinimbu .....	200	93
São João .....	53	180
Linha da Serra .....	-	-
Travessão Santa Cruz .....	12	115
Linha Dona Josefa .....	285	200
Andreas .....	9	150
Bom Jesus .....	24	60
Vila Thereza .....	110	83
Ferraz .....	-	257
Freguesia de Santa Cruz .....	275	221
TOTAL .....	1.619	2.221
PORCENTAGEM .....	42%	58%

Em 1890, a Vila de Santa Cruz do Sul tinha cerca de 1.148 habitantes; destes, 487 eram evangélicos<sup>9</sup> e,



automaticamente, havia 661 católicos (aproximadamente de 42,5% para 57,5%).

O jornal Kolonie (21.02.1891) também menciona a religião da população de Santa Cruz, dizendo que nesta época havia no município um total de 15.572 habitantes, distribuídos assim:

- brancos: 13.584;
- de cor: 1.987;
- protestantes: 7.049;
- católicos: 8.502;
- sem religião: 21.

Se diminuimos os "de cor", que evidentemente não são alemães nem descendentes, os católicos diminuem, perfazendo um total de 6.515 católicos, com que teríamos 48,1% de católicos e 51,9% de protestantes entre os alemães e descendentes.

Em recenseamento feito em 1900<sup>10</sup>, o número de católicos e protestantes era o seguinte:

LUGAR	CATOLICOS	PROTESTANTES	OUTROS
Vila .....	1 684	865	14
Primeiro Distrito	5 333	5 140	73
Segundo Distrito	3 197	3 925	5
Terceiro Distrito	<u>2 864</u>	<u>22</u>	—
TOTAL .....	13 078	9 962	92
PORCENTAGEM .....	56,76%	43,23%	—

Possivelmente, se tivéssemos a informação dos católicos "de cor", os dados seriam alterados. As mudanças nos percentuais de católicos e protestantes devem ser atribuídas

a uma série de fatores (neste período, havia na região significativo percentual de imigração, falta de clareza em alguns levantamentos, no sentido de não sabermos quais áreas foram contabilizadas "colônias privadas" x "colônia oficial", etc.).

Apesar de não serem exatos os dados obtidos pelo Relatório Paroquial da Arquidiocese de Porto Alegre<sup>11</sup>, tais informações têm um indicativo. Vejamos:

ANO	HABITANTES	CATÓLICOS	ACATÓLICOS	PORCENTAGEM	
				Católicos	Acatólicos
1913	35 000	20 000	15 000	57%	43%
1914	31 500	16 300	15 200	52%	48%
1915	33 000	18 000	15 000	55%	45%
1916	33 000	17 000	16 000	52%	48%
1917	36 000	23 000	13 000	64%	36%
1918	33 000	23 000	14 000	62%	38%
1919	33 000	16 000	12 000	57%	43%
1920	36 000	20 000	16 000	55%	45%
1921	35 000	19 000	16 000	54%	36%
1922	35 000	19 000	16 000	54%	46%
1923	30 000	19 500	10 500	65%	35%
1924	33 000	16 400	17 000	49%	51%
1925	40 000	23 000	17 000	57%	43%
1926	43 000	25 000	18 000	58%	42%
1927	43 000	25 000	18 000	58%	42%
1928	ca. 44 000	ca. 25 000	ca. 18 500	58%	42%
1929	ca. 44 500	ca. 25 000	19 000	57%	43%

Obs.: Devemos considerar que nestas tabelas, até 1918, é incluído Monte Alverne. Também é contabilizada a região serrana, onde praticamente só existem populações de descendência não-alemã. Aparentemente os católicos são em maior número, porém, se nos preocuparmos apenas com os alemães e seus descendentes, os dados seriam alterados. Theodoro Amstad<sup>12</sup> fala que entre os germânicos em Santa Cruz do Sul a população de católicos e luteranos era de 50% e 50% em 1924.

Ao compararmos os dados fornecidos a respeito das famílias protestantes<sup>13</sup> e famílias católicas (incluídas as de origem lusa), podemos constatar que indicam que entre os de origem germânica a religião é praticamente dividida pela metade. Em 1926, os dados acusam que havia 2.680 famílias ligadas à igreja luterana e 3.250 famílias católicas em Santa Cruz do Sul, sendo que das 3.250 famílias católicas, 940 eram de origem lusa, 50 de origem italiana e 3 norte-americanas. As famílias católicas de origem germânica provavelmente seriam um pouco menores que as luteranas, perfazendo um total de 2.257. Em 1929, os dados indicam que havia cerca de 2.760 famílias católicas de origem germânica, em 1930 (apenas 1 ano após), sabe-se que havia cerca de 2.988 famílias luteranas (obviamente a quase totalidade deste universo deve ter sido de origem germânica).

Podemos inferir que entre os de origem germânica, a população de católicos e protestantes é numericamente pouco diferenciada. No complexo "urbano", tudo indica que a população de católicos é maior (mas incluída a de origem lusa).

Fazer um levantamento exato da filiação religiosa dos empresários santa-cruzenses é uma tarefa praticamente impossível devido à carência mais sistemática de levantamentos precisos e confiáveis. Porém, acreditamos que a partir do universo dos estabelecimentos comerciais e industriais já levantado anteriormente e outros dados afins, possamos chegar a um indicativo com relativa segurança.

A partir da fonte fornecida pelo jornal Kolonie (21.05.1892), havia neste período 14 estabelecimentos "industriais". Deste universo, 10 estavam nas mãos de empresários filiados à igreja luterana, de 1 estabelecimento não sabemos a filiação religiosa do proprietário e 3 eram de proprietários de religião católica. Estes dados revelam que em torno de 71% dos estabelecimentos fabris estavam nas mãos de luteranos, 21% de proprietários católicos e 7% de religião desconhecida (todos proprietários com sobrenome alemão).

No ano de 1895, o jornal Kolonie (01.06.1895) faz novamente um levantamento das "indústrias" do município de Santa Cruz do Sul. Temos então o seguinte resultado: na sede do município, dos 14 estabelecimentos, 9 pertencem a proprietários de religião luterana, 5 pertencem a proprietários de religião católica, perfazendo um total de, aproximadamente, 64% nas mãos de luteranos e cerca de 36% de católicos. Com relação à força das máquinas (HP), de um total de 67 HP, 49 HP pertenciam a proprietários luteranos e 18 HP pertenciam a católicos, aumentando ligeiramente a diferença, de 73% nas mãos dos luteranos e apenas 27% nas mãos dos católicos. Cabe lembrar que neste período, na sede do município, havia mais católicos que protestantes (não excluindo os de origem lusa). Na região de Picada Velha, Rio Pardinho e anexos, dos 18 estabelecimentos "fabris", 10 pertencem a luteranos, 6 são de propriedade de católicos, 1 é de dois sócios (um é católico e o outro luterano) e do

outro estabelecimento não sabemos a filiação religiosa do proprietário. Significa então que 55,5% das propriedades são de luteranos, 33,5% pertencem a católicos e 11% ao restante (propriedade de religião mista e propriedade de religião desconhecida). A distribuição da força das máquinas (HP), de um total de 85 HP, as propriedades dos luteranos absorviam 49 HP, significando uma porcentagem de aproximadamente 58%, e de somente 29% nas mãos dos católicos, perfazendo um total de 12% da propriedade de sócio com religião mista e do proprietário de religião desconhecida. Novamente é possível percebermos que aumenta a diferença entre luteranos e católicos quando tratamos da força das máquinas (HP). Na região de Bom Jesus, Vila Tereza e adjacências, devido à predominância nesta área de luteranos, a diferença ainda é mais acentuada. Dos 9 proprietários, 8 são luteranos e apenas 1 é católico, resultando num percentual de 89% para 11%. De um total de 45 HP das máquinas, cerca de 91% estão sob controle dos luteranos e apenas 9% nas mãos dos católicos.

Ao fazermos um somatório das regiões do município de Santa Cruz do Sul, constatamos que cerca de 66% dos proprietários são de religião luterana e apenas 29% são católicos e 5% representam um proprietário de religião desconhecida e uma propriedade cujos sócios são de religião diferente. Aumenta a diferença quando observamos a força das máquinas (HP) e a religião. Os proprietários luteranos detêm 71% da força das máquinas e os católicos apenas 24%, sendo

que 5% da força das máquinas pertencem a um proprietário de religião desconhecida e uma propriedade de sócios de religião diferente. Devemos considerar também que das 41 propriedades levantadas pelo jornal Kolonie, com exceção de 1 proprietário, todos têm sobrenome alemão.

O imposto de indústrias e profissões também é um indicativo de poder econômico da época, e em 1902<sup>14</sup>, dos 15 maiores contribuintes, 12 eram luteranos, apenas 2 eram católicos e 1 era de religião desconhecida (todos com sobrenome alemão).

A tendência da predominância de empresários filiados à religião luterana permanece em 1916<sup>15</sup> em estatística "industrial". Das 41 empresas fabris, 23 pertencem a empresários luteranos, 16 a empresários católicos e de 2 empresas não temos conhecimento da filiação religiosa dos proprietários, perfazendo, respectivamente, um percentual de 56%, 39% e 5%.

Ao analisarmos a concentração do capital e a religião, novamente a diferença entre luteranos e católicos aumenta. De um capital de 1.586:000\$, concentram-se nas mãos de proprietários luteranos 1.046:000\$, num percentual de aproximadamente 66%; já aos proprietários católicos pertenciam apenas 28% do capital e 6% estavam nas mãos de proprietários de religião desconhecida. Continuando nesta linha, a respeito do valor da produção dos estabelecimentos fabris, a diferença entre protestantes e católicos aumenta ligeiramente: de um total de 3.178:000\$ da população,

pertencem 73% aos proprietários protestantes e somente 22% estavam com os proprietários católicos e 5% do valor da produção pertencia a "indústrias" de cujos proprietários a religião não é conhecida. Com relação ao número de operários e valor da produção dos estabelecimentos fabris, constatamos um fato interessante ao procedermos à comparação de acordo com a religião dos proprietários: nas "indústrias" dos protestantes, ao relacionarmos o valor da produção com o número de operários, obtemos uma média que é o dobro das "indústrias" dos proprietários católicos (de 4% para 2% de produtividade). Tal constatação indica que as máquinas dos proprietários luteranos eram mais modernas que a dos católicos e/ou que os métodos e técnicas de trabalho utilizados pelos empresários luteranos eram mais racionalizados que os dos empresários católicos. Sobre as tendências tayloristas e fordistas utilizadas pelas empresas gaúchas da época e a questão religiosa, Sandra Jathay Pesa-vento<sup>16</sup> reflete, utilizando-se de algumas observações de Gramsci, a respeito do fenômeno na América do Norte:

"Não será demais relembrar mais uma vez as vinculações entre as tendências tayloristas/fordistas e o puritanismo, presentes também no empresariado rio-grandense. Comentando sobre o fenômeno na América do Norte, refere Gramsci: 'Na América, a racionalização do trabalho e o puritanismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida interna dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a moralidade dos operários são necessidades do novo método do trabalho (...). A partir deste ponto de vista, é preciso estudar as iniciativas puritanas dos industriais

americanos tipo FORD (...) as iniciativas puritanas só têm o objetivo de conservar, fora do trabalho, um determinado equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção. Este equilíbrio não pode ser externo e mecânico, mas poderá tornar-se interno se for proposto por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais".

Após a estatística "industrial" de 1916, dos levantamentos de Ludwig<sup>17</sup> e o trabalho coordenado pelo Pastor Friedrich<sup>18</sup>, observamos que das empresas que foram fundadas até 1930 e que existiam quando foram feitos os respectivos trabalhos (1949 e 1952), a tendência constatada até então permanece. Vejamos: do universo total de 66 empresas (das quais eram consideradas: 21 "indústrias", 36 "comércio" e 9 "indústria e comércio"), 36 eram de propriedade de luteranos, 19 de católicos, 6 eram empresas em sociedade com proprietários de religião diferente e de 5 proprietários não identificamos a filiação religiosa, perfazendo respectivamente um percentual aproximado de 54%, 31%, 9% e 7%.

Separando os ramos, os estabelecimentos considerados indústria estavam assim divididos: 57% de proprietários luteranos, 19% de proprietários católicos, 14% de estabelecimentos com proprietários de religião diferente e 7% de proprietários de religião desconhecida. Do ramo do comércio, 58% dos estabelecimentos estavam nas mãos de luteranos, 30% nas mãos de católicos, 5% de sócios de religião diferente, 5% de religião desconhecida. A única exceção constatada foi no ramo da "indústria e comércio", onde os católicos têm 44%



dos estabelecimentos, os luteranos 33% e o restante 22% (11% de sócios com religião diferente e 11% de proprietários com religião desconhecida). De todos os estabelecimentos levantados, a grande maioria dos proprietários têm sobrenome alemão; dos 66 estabelecimentos, apenas 2 são de outra origem.

Um aspecto curioso a observar é a respeito dos integrantes da Associação Comercial e Industrial de Santa Cruz do Sul e a religião de seus sócios. Na primeira diretoria, todos são luteranos, na diretoria de 1924, 14 integrantes são luteranos e apenas 2 católicos (João Nicolau Kliemann e Salustiano de Oliveira)<sup>19</sup>.

#### 4.3 - A Questão Religiosa e a Política Local

O confronto da religião oficial (católica) do Estado com uma fé ligada a outros princípios teológicos, que até então não eram divulgados no país, pode ser visto na própria literatura. Os imigrantes e colonos alemães filiados à religião luterana, em especial no período imperial, eram vistos como um perigo à fé católica professada pelo estado:

"Fazia mais de quatro anos que tinham chegado à Feitoria do Linho Cânhamo, às margens do Rio dos Sinos, centenas e centenas de colonos alemães. No futuro os filhos desses imigrantes haveriam de fatalmente casar-se com as gentes da terra e o sangue alemão se misturaria com o português, o índio e o negro. Para produzir (...) o quê? Havia outra coisa que inquietava o vigário de Santa Fé. Era pensar em que entre esses imigrantes alemães deviam existir muitos protestantes. Chegaria o dia em que as igrejas luteranas começariam a aparecer nas colônias. O governo devia evitar isso, es-

tabelecendo como condição para um imigrante entrar no Brasil a sua qualidade de católico praticante. Porque a terra de Santa Cruz pertencia espiritualmente à Igreja Católica"20.

Aos casamentos religiosos mistos da época, a fé católica impunha-se de tal forma que os futuros filhos destes casamentos eram obrigatoriamente batizados na igreja católica. Tal obrigação era feita por intermédio de uma cláusula que os nubentes tinham de assinar. Este fato também pode ser observado na literatura<sup>21</sup> por ocasião de um casamento misto:

"- A Igreja concede dispensa a casamento entre católico e não católico, desde que haja para isso razões justas — novamente olhou para todos — desde que a parte não católica prometa evitar qualquer perigo para a fé católica, prometendo ambas as partes batizar seus filhos segundo os rituais da Santa Madre Igreja. Gründling, sorridente, bateu de leve na barriga de Sofia: - Pode contar, padre, que este aqui será batizado na Igreja Católica. Os outros riram, Sofia fez cara de contrafeita, o padre prosseguiu irritado com a interrupção: - A Santa Madre Igreja exige a certeza moral de que esses compromissos sejam cumpridos. Esta cerimônia dispensa os ritos sagrados de costume, os banhos não devem ser publicados, nem haverá missa e nem bênção nupcial".

No que diz respeito ao casamento civil e a participação política (já mencionado anteriormente no trabalho), a Constituição de 1824 limitava a liberdade dos acatólicos em dois aspectos, conforme o artigo 5º da Constituição:

"A religião Católica, Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular em casos para isso destinados, sem forma alguma exterior de templo".

No artigo 95, item III, diz: "Não podem ser eleitos deputados e senadores os que não professassem a religião católica"<sup>22</sup>.

Apesar de serem proibidos os templos acatólicos, em Santa Cruz do Sul já havia uma igreja luterana com características de um templo religioso desde 1858<sup>23</sup>. Interessante que a existência do templo em Santa Cruz do Sul era "possível", ao contrário do fato ocorrido em Santa Maria 30 anos após (1887), onde o chefe de polícia da província do Rio Grande do Sul mandou fechar o templo devido à existência de uma torre.

Com as dificuldades enfrentadas pelos luteranos para praticarem sua religião, foi gerado um entrave para estes se adaptarem ao país imigrado<sup>24</sup>:

"pode-se compreender que esses alemães não se interessassem pela sua integração na cultura brasileira, sendo obrigados a se despirem de sua crença religiosa, que era parte de seu culto sagrado, de sua identidade, que conjuntamente com a língua, delimitavam seu espaço novo na nova terra".

As tentativas dos alemães protestantes para alcançarem no país uma situação menos marginalizada frente à religião oficial e conquistarem direitos de ampliar sua participação e adquirir cidadania na sociedade brasileira foram um fato. Durante o Império, por exemplo, na ocasião da reforma da Constituição (1887), foi organizada, pelas comunidades evangélicas dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, uma lista de 7.279 assinaturas solicitando a igualdade religiosa. O pedido não foi deferido<sup>25</sup>.

Dentro desta situação de pouca liberdade aos acatólicos no período Imperial, a grande maioria dos protestantes alemães procura identificar-se com alguma liderança política que podia defender seus interesses. A figura de Carlos von Koseritz (que já mencionamos no trabalho) surge como uma voz para estes setores que sentiam a necessidade de serem reconhecidos como cidadãos:

"(...) entendia ainda Carlos von Koseritz imprescindíveis reformas políticas fundamentais e que fossem equivalentes à concretização de seus ideais e princípios liberais. Uma imigração em massa somente poderia ser fomentada se a Igreja Católica deixasse de ser religião oficial, outorgando-se aos protestantes absoluta liberdade religiosa e de consciência. Sob o ponto de vista político-estatal dever-se-ia ainda conceder o máximo acolhimento. Aos protestantes, com o direito à cidadania e aos aqui nascidos que, não só de jure estavam excluídos da elegibilidade para a representação do parlamento e no senado, e sim também de fato, de todas as funções públicas, deveriam ser autorgados direitos de igualdade. Ainda parecia a Koseritz necessária a maior descentralização possível da administração pública, para atrair os imigrantes e seus descendentes à participação na vida política do país. Pois eles deveriam ter influência moralmente renovadora na política e administração pública, tanto como no campo econômico e social"<sup>26</sup>.

Além de Koseritz, conforme já havíamos destacado, a figura de Gaspar Silveira Martins (PL) também surgiu como uma liderança dos acatólicos. Ele defendia os direitos desta parcela de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul (exemplo: a lei Saraiva de 1881).

Observou-se que durante este período imperial houve um arranjo de certos setores do PL com as lideranças políticas santa-cruzenses (que na sua grande maioria eram comerciantes e "industriais"). Curiosa é a identidade desta elite econômica e política local com a maçonaria (Koseritz e Gaspar Silveira Martins eram maçons e anticlericais, apesar de nem sempre terem relações harmônicas entre si<sup>27</sup>). Em uma lista de presenças da Loja Lessing em Santa Cruz do Sul<sup>28</sup> podemos perceber presenças importantes de lideranças do Partido Liberal local e que possuíam uma posição de destaque na economia local. Nos primeiros Conselhos (Câmaras Municipais) nomes conhecidos como Carlos Trein Filho, Frederico Guilherme Bartholomay, Abraham Tatsch, Felipe Heuser, comerciantes que não participavam do Conselho como João Baumhardt e Gustavo Iserhardt, entre outros. Observou-se também que, com a República Velha e o PRR local, muitos líderes do PRR santa-cruzense, comerciantes e industrialistas participaram da maçonaria. Figuras de destaque como o "industrialista" Wilhelm Schreiner, o político, comerciante e "industrialista" Rodolfo Eifler, Jorge H. Eichenberg (político de destaque local na transição da Monarquia à República), Gaspar Bartholamy (foi intendente de Santa Cruz do Sul, do PRR), o fundador da "indústria" de artefatos de borracha, Jorge Hoelzel, entre outros (também todos protestantes luteranos). Sobre o perfil da "Loja Lessing" de Santa Cruz do Sul, temos que: em 24 de dezembro de 1894, a loja tinha 27 alemães (61,4%), 12 brasileiros

(27,3%, a fonte não indica se significava ser "luso") 4, austríacos (9,1%), 1 russo (2,3%), perfazendo um total de 44 integrantes. Sobre as profissões: engenheiro, ferreiro, funileiro, jornalista, negociante (a fonte indica 29,5%), fabricante, carroceiro, arquiteto, horticultor, ourives, hoteleiro, médico, marceneiro, alfaiate, industrialista e capitalista. As fontes do ano de 1900 indicam algumas informações interessantes. Sobre a nacionalidade, 47 alemães (64,4%), 20 brasileiros (27,4%), novamente a fonte não esclarece se eram "lusos", 5 austríacos (6,8%) e 1 dinamarquês (1,4%), perfazendo um total de 73 integrantes.

*Com relação*  
 Sobre as profissões, 30,1% dos maçons eram negociantes e 24,7% eram industriais; sobre os "capitalistas" não temos informações. Se "industriais" significava ser proprietário de algum estabelecimento, temos que 54,8% eram de setores dominantes da economia local (isto excluídos os "capitalistas", cujo percentual não sabemos). Os restantes eram cervejeiro, redator, agricultor, sapateiro, agrimensor, engenheiro, alfaiate, professor, padeiro, médico, seleiro, carroceiro, artista (arquiteto), caixeiro, hoteleiro, funileiro, intendente (infelizmente não temos a informação quem são, mas sabemos de dois: Jorge Júlio Eichenberg do PRR, e Gaspar Bartholomay do PRR, horticultor e joalheiro.)

O estudo de David Gueiros Vieira<sup>29</sup> busca demonstrar essa relação de cooperação que houve entre elementos liberais, maçônicos e republicanos que se contrapunham ao

ader político da Igreja Católica no Brasil. Sobre o protestantismo, o autor faz uma distinção:

"O protestantismo, por causa de suas múltiplas seitas era uma espécie de enigma para o público brasileiro. Para complicar a questão, as várias seitas protestantes no Brasil, entre 1808 e 1875, a saber o luteranismo, o anglicanismo, o metodismo, o congregacionalismo e o presbiterianismo, apresentavam-se de quatro ângulos diferentes e eqüidistantes: a) como 'modernistas' indiferentes e irreligiosos, b) como moderadamente religiosos, mas pregadores do 'progresso' da indústria e do comércio, c) como zelosos pregadores do Evangelho e distribuidores de Bíblias, e por fim, d) como místicos e fanáticos messiânicos. Não se pode generalizar classificando esses grupos por origem nacional ou preferência sectária, porque em cada caso havia muitas exceções à regra. No entanto, a grosso modo, pode-se dizer que os grupos 'a' e 'b' eram principalmente representados pelos germânicos (alemães e suíços), negociantes ingleses e americanos, assim como alguns 'colonos' germânicos. O grupo 'c' era representado pelos missionários evangélicos dos EUA, de Basiléia (Suíça) e por alguns capelães ingleses e germânicos, pelos missionários escoceses Richard Holden e Dr. Robert Red Kalley, assim como pelos portugueses calvinistas seguidores deste último. O grupo 'd' confinava-se a um pequeno grupo de 'colonos' germânicos, mas alguns protestantes brasileiros convertidos também tendiam para o messianismo e o misticismo".

A respeito do caráter "progressista" e liberal da união de protestantes e maçons, comentam vários estudiosos:

"Como muito bem afirma Roque Spencer M. de Barros: 'Nestes termos, a questão religiosa foi apenas a expressão brasileira da oposição universal entre o liberalismo triunfante e o ultramontismo conservador e intransigente'<sup>30</sup>. "E preciso portanto reconhecer o caráter progressista da junção entre maçonaria e

protestantismo, que conseguiu fazer avançar aos poucos, a legislação nacional, além de terem muitos lugares criado colégios, grupos artísticos etc."31. "Tanto os maçons como os liberais eram fortes adeptos do 'progresso' e da 'ciência'. Contudo, o Brasil mal ensaiava seus primeiros e incertos passos em direção ao mundo moderno. Desde a sua independência, a nação estava cônica da necessidade de conhecimento técnico. Esta necessidade foi expressa claramente durante os debates do Parlamento (1828) sobre a expulsão das ordens religiosas estrangeiras do país por causa do seu conservadorismo. Deu-se então muita ênfase à necessidade de importar técnicos por meio da imigração"32.-

Apesar da reforma eleitoral de 1881, que permitia aos cidadãos naturalizados votarem, indiferente a religião<sup>10</sup>, somente com a República é que se amplia definitivamente a liberdade religiosa. A República, com suas reformas políticas, beneficia os acatólicos, comerciantes e industrialistas com uma série de medidas, entre elas: liberdade de associação e de cultos, secularização dos cemitérios, casamento civil obrigatório e indissolúvel, independente da religião dos cônjuges, registro civil dos nascimentos e óbitos (no período do Império, a Igreja Católica era responsável pelo registro dos nascimentos e óbitos; neste sentido, os acatólicos não eram registrados), liberdade de comércio e indústria, liberdade de ensino (havia muitos colégios confessionais luteranos), etc.34.

Com a Proclamação da República, a Igreja Católica perde definitivamente boa parcela do poder que tinha no Império. Tal situação cria um clima de descontentamento e insegurança da Igreja Católica no país e principalmente no



Rio Grande do Sul, onde o positivismo era a marca do PRR. Sobre as relações estado, governo e religião Christopher Hill<sup>35</sup> faz uma observação que nos inspira uma analogia<sup>36</sup>:

"Es la iglesia la que apoya al estado, es la religion la que fortalece al gobierno, haced que una cosa se estremeza, y derribaréis la otra. Nada está tan arraigado en los corazones de los hombres como la religion, nada tiene tanto poder para dirigir sus actos. Y si alguna vez los corazones del pueblo albergan dudas sobre la religión, todas las demás relaciones fracassam y nada encontrareis motines y sedición. Así la iglesia y el estado se apoyam y asisten mutuamente, y se uno de ellos cambia, al outro no le queda um cimiento seguro".

A reação de alguns setores da Igreja Católica<sup>37</sup> frente à situação de separação da religião do estado foi a criação de um partido que unisse os católicos. O Partido do Centro Católico, fundado em 22 de maio de 1890 (apesar de sua curta duração), foi o baluarte desta reação. De forma sucinta observa Padre Arthur Rabuske o anseio da religião católica nesse período inicial da República<sup>38</sup>:

"A queda do Império e a introdução da República havia sido, em grande parte, obra dos positivista e maçons. Temia-se, assim, no lado católico, não sem motivos justos, que houvesse de chegar-se no novo regime a determinada luta entre o Estado e a Religião Católica ou Igreja".

Em Santa Cruz do Sul, conforme já havíamos demonstrado, a realidade nos primórdios da República não foi muito distinta no que diz respeito à reação de setores católicos.

Elucidativos do conflito religioso local neste período são os artigos publicados na Kolonie por Bogumil Bartholomay (maçon da loja Lessing, luterano, republicano,

integrante da família Bartholomay já citada) intitulados de "Sabbatina" (os artigos eram publicados aos sábados). Percebemos a fúria com que o escritor ataca o Partido do Centro Católico, em especial por ocasião das eleições municipais de 1897. Vejamos:

"Nunca houve, em Santa Cruz, eleição que oferecesse resultado mais duvidoso. Durante os últimos oito dias, que precederam-na, a nossa população julgava, com fundamento, que o candidato oficial seria vencido. Mesmo a alguns membros da comissão, que apresentou as diferentes candidaturas ao sufrágio do eleitorado pareceu inevitável a derrota de J.H. Eichenberg, porque não acreditavam na lealdade do Centro Católico e porque sabiam que parte do grupo Galvão pretendia prestar a este homenagem de sufragar-lhe o nome. (...) deu em resultado o triunfo do candidato oficial, apesar da grande abstenção do centro e do grupo Galvão. Quanto ao centro católico havia sem dúvida, fundados motivos para não se crer na sua sinceridade. Seus chefes declararam ostensivamente que não podiam votar senão em candidato católico. Era, portanto, malhar em ferro frio o pedir-lhes o cumprimento da promessa feita em benefício exclusivo de Santa Cruz. Além disso, com raríssimas exceções, os centristas são dirigidos pelos jesuítas e para estes sempre o fim justifica os meios ainda mesmo que o meio empregado seja uma torpeza. (...) Diz-se, é verdade, que existe aqui organizado um partido político com a denominação de centro católico; mas na nossa opinião individual, aquilo não é partido, é um grupo sem ideal político e que sob a capa de Jesus Christo e da virgem Maria anda embrulhando quanto incauto encontra"<sup>39</sup>.

O Centro Católico responde com energia às acusações de Bogumil Bartholomay, porém os debates entre Bogumil e o Centro Católico não perduram por muito tempo<sup>40</sup>.

Apesar da curta duração do Partido do Centro Católico, podemos perceber que a questão religiosa muitas vezes reaparece no cenário político local. Se o PRR teve dificuldades no início da República de adquirir a simpatia da Igreja Católica e uma boa parte de seus fiéis, foi possível perceber em alguns momentos a preocupação de buscar a influência religiosa para legitimar os candidatos oficiais do PRR em Santa Cruz do Sul.

Nas disputadas eleições de 1904, em uma carta<sup>41</sup> de Borges de Medeiros enviada ao coronel Vasco de Azevedo e Souza é demonstrada a preocupação de Borges com relação a conquistar a simpatia dos católicos no município:

"(...) ciente de que dizeis sobre os manejos dos maragatos (...) confio que com o concurso de outros distintos companheiros, agireis de modo a acumular todas as maquinações impatrióticas. Vou dirigir-me ao Hansel<sup>42</sup> exortando a tudo empenhar a favor da reeleição de Pitta e tratarei de obter cartas do coronel Limach para seu cunhado Ernesto Augusto Wild e do padre Lohman aos católicos influentes daqui no sentido que desejas".

Podemos perceber que mesmo com a extinção do Partido do Centro Católico, boa parte das lideranças ligadas a esta antiga organização formam no município a Aliança Católica que permanece ativa, com permanentes eleições para a diretoria<sup>43</sup>.

Ainda em 1907 é possível perceber que ao positivismo muitos católicos mantêm resistência<sup>44</sup>. Porém, com o passar dos anos, as lideranças ligadas a organizações de influência católica começam a participar do PRR local (diretório-

rios). Este fato, de certas lideranças católicas começarem a participar do PRR local, não implica afirmarmos que esta seja uma lei geral. No sentido de que o grupo adere em alguns períodos, mas tal adesão não significaria a anulação do grupo dentro do próprio PRR local<sup>45</sup>.

Mesmo com a política do PRR de alargar as liberdades dos acatólicos, não é possível afirmar que as lideranças políticas locais acatólicas (em especial no início da República) aderiram em massa a este projeto. Foi constatado que muitas lideranças políticas acatólicas tinham se juntado aos liberais no Império, gerando, como consequência, uma resistência a uma nova agremiação partidária. A fidelidade aos liberais, que também lutaram em favor dos acatólicos, foi um dos motivos que levaram à não adesão completa ao PRR destas lideranças. Além deste aspecto, as resistências ao PRR eram também ligadas à falta de autonomia dos municípios e à imposição de lideranças que não eram da região<sup>46</sup>.

## NOTAS

- 1 Willems, A Aculturação dos alemães no Brasil, pp.358-59-60.
- 2 Ibid, pp. 360-1.
- 3 Ibid, p.150.
- 4 Necessário, pois se fosse constatado, por exemplo, que toda a população é filiada ao luteranismo, o estudo perderia seu sentido, pois obviamente, os empresários fatalmente seriam luteranos. O contrário também é válido.
- 5 "Evangélico" era uma forma genérica de denominar todos os protestantes.
- 6 Martin, Santa Cruz do Sul, pp. 33, 41, 61 e 107.
- 7 Relatório da Administração Central das Colônias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignólio Marcondes de Mello, Digníssimo Presidente da Mesma Província, pelo Agente Intérprete da Colonização Carlos de Koseritz. Porto Alegre. Typografia do Jornal do Comércio, 1867).
- 8 Pellanda, op.cit, pp. 82-3.
- 9 Comunidade Evangélica de Santa Cruz do Sul. 100 Anos 1862-1962. Sinodo Rio-grandense - Federação Sinodal - Confederação Evangélica do Brasil. Conselho Nacional das Igrejas. (Oikoumene).
- 10 Menezes, op.cit., pp. 280-81.
- 11 Dados fornecidos pelo Sr. Padre Giehl.
- 12 Amstad, op.cit., p. 448.
- 13 Schröder, Ferdinand. Brasilien und Wittenberg. Berlin, Leipzig, 1936.  
     . Comunidade Evangélica de Santa Cruz do Sul. 100 Anos 1862-1962. op.cit.
- 14 Santa Cruz Anzeiger, 18.03.1905.
- 15 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em Exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 8 de setembro de 1916, Volume I. AHRGS.

- 16 Pesavento. A burguesia gaúcha. Dominação de capital e disciplina do trabalho-RS: 1889-1930. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988, pp. 84-5.
- 17 Ludwig. 1849-1959.
- 18 Loefflad, op.cit.
- 19 Os dados sobre a filiação religiosa dos empresários foram obtidos através da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil em Santa Cruz do Sul (Pastor Müller), e da Igreja Católica de Santa Cruz do Sul (Padre Giehl).
- Também por intermédio de entrevistas feitas de descendentes dos empresários e a boa vontade dos Srs. Roberto Steinhaus e Professor Hardy Martin.
- 20 VERISSIMO, Erico. O tempo e o Vento. O Continente 1. São Paulo, editora Globo, 1989, p.223.
- 21 GUIMARAES, José. op.cit., p.121.
- 22 Constituição Política do Império do Brasil. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824. Parte I, p.7.
- 23 MARTIN, Hardy Elmiro. "Participação da Comunidade evangélica de Santa Cruz na fundação do Sínodo Rio-Grandense" In: Simpósio da História da Igreja. São Leopoldo, Ed. Sinodal, 1986, p. 66.
- 24 KOTHE, Mercedes Gassen. O imigrante alemão na província de São Paulo (1880-1889). Opiniões dos jornais da época. São Paulo, PUC, 1987 (dissertação de mestrado em História), p. 91.
- 25 OBERACKER Jr. Carlos H. A contribuição teuta à formação da nação brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Presença, 1968, p. 367.
- 26 Ibid., p. 328.
- 27 Piccollo, "O PRR e os alemães", p. 147.
- 28 Fornecido pelo Prof. Pedro Mentz Ribeiro.
- 29 VIEIRA, David Gueiros. O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil. Brasília, Ed. UNB, 1980.
- 30 PICCOLLO, Helga Iracema Landgraf. "A questão religiosa e os protestantes no Rio Grande do Sul". In: Simpósio da História da Igreja, p. 92.
- 31 Kothe, op.cit., p. 101.

- 32 Vieira, op.cit., p. 372.
- 33 Mesmo com esta reforma eleitoral, para poder ser eleito e eleitor era necessário uma certa quantia de terra ou renda. Tal restrição atingiu boa parte dos interessados em votar e possíveis candidatos das regiões coloniais.
- 34 Franco, op.cit., p. 26.
- 35 HILL, Christhofer. De la reforma a la revolucion industrial. 1530-1780. Das razones que situaram al Reino Unido en la posición mas vantajosa para emprender la carrera industrial. Barcelona, Caracas, México, Ed. Ariel, 1980, p. 124.
- 36 Evidente que não podemos transpor na íntegra a análise de Christopher Hill, pois o caso religioso da Inglaterra tem uma realidade diferente do caso no Brasil.
- Acreditamos, porém, que com a mudança da postura do Estado e do Governo com a Igreja Católica, a República teve de buscar apoio em outros setores. Da mesma forma a Igreja Católica também buscou outras formas de sustentação (cabe ressaltar que nesta transição, o pensamento dominante da Igreja Católica era conservador e predominava o "ultramontismo", é claro que após o choque, o catolicismo busca novas saídas).
- 37 Conforme já havíamos mencionado no trabalho, o Partido do Centro Católico foi de inspiração jesuíta. Até a Proclamação da República, os jesuítas cumpriam um papel influente no país, tanto em nível de poder político como no ensino e na catequização.
- 38 RABUSKE, Padre Arthur. "Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da colônia alemã no Rio Grande do Sul". In: Anais do 1º Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 1974, p. 34.
- 39 Kolonie, 04.09.1897.
- 40 Os artigos "Sabbatina" são publicados basicamente durante o ano de 1897; dois anos após, Bogumil Bartholomay comete suicídio.
- 41 Fonte: Pasta 27. AHCM.
- 42 Cabe lembrar que Hansel era antigo integrante do Partido do Centro Católico.

- 43 Infelizmente não temos informações mais detalhadas sobre as atividades da Aliança Católica em Santa Cruz do Sul. Informação esparsa foi obtida em uma correspondência de José Werlang (presidente da Aliança Católica} a Borges de Medeiros (14.05.1917, IHGRGS). Nesta carta José Werlang manifesta preferências por candidatos do PRR local (não sabemos exatamente o que estava sendo pleiteado, provavelmente diz respeito às eleições municipais de 1917). O que nos chama atenção é a posição do líder da Aliança Católica no que diz respeito a sua compreensão de que a população santa-cruzense deveria ser abrasileirada radicalmente.
- 44 Fonte: IHGRGS. Correspondência de Angelo E. de Almeida Gralha destinada a Borges de Medeiros. (1905-1907).
- 45 Significativo, por exemplo, é o boato de que em 1913 o empresário José Nicolau Kliemann seria o candidato à intendência pelo lado católico. (Kolonie, 28.03.1913).
- 46 Acreditamos que às elites econômicas locais era mais oportuna uma liderança que vinha de seu meio do que um líder que surgisse de "fora". A capacidade de integração e barganha é mais fácil, e sendo uma pessoa de "casa", geralmente já estava ligada aos interesses desta elite econômica local.



## CONCLUSÃO

Conforme já havíamos destacado, um estudo de caso não pode ter a pretensão de universalizar o perfil encontrado. Entendemos, porém, que as contribuições de uma pesquisa deste tipo são no sentido de confirmar ou não interpretações feitas a partir de preocupações mais gerais, mas feitas com base em observações menos sistemáticas.

Nosso trabalho, portanto, buscou demonstrar quão complexa é a realidade das zonas de colonização e imigração alemã no Estado do Rio Grande do Sul. Observamos que o universo destas regiões é fonte quase inesgotável para a investigação e de extrema relevância para os estudiosos da realidade econômica, política e social gaúcha, fato que se reforça ainda mais quando consideramos as peculiaridades (históricas e atuais) da região sul em relação aos outros Estados do país.

A partir dos questionamentos que nortearam nossa pesquisa, comparando-os com os dados obtidos, foi possível chegar a alguns resultados que possivelmente venham motivar a continuidade do trabalho. Em especial salientamos a importância dos italianos para a economia gaúcha e a necessidade de um maior conhecimento a respeito das iniciativas industriais e comerciais em suas localidades. A presença dos italianos no Estado também teve uma relação íntima com a indústria gaúcha. Caxias do Sul é um exemplo deste fenômeno. Nossa preocupação foi detectar a formação da indústria em

Santa Cruz do Sul sem a intervenção direta do capital estrangeiro (fato que ocorre neste município de forma mais definitiva pós-30 e mais acentuadamente pós-64). Procuramos detectar a capacidade própria de acumulação dos empréstimos, <sup>EMPRESÁRIOS</sup> sem a ajuda de capital externo. Caberia, como contraponto, observar a acumulação dos empresários italianos para comparar suas capacidades acumulativas sem associação com o capital externo.

No que tange às discussões a respeito da origem da indústria gaúcha (artesanato-comércio), foi possível constatar, a partir das histórias das empresas e dos seus fundadores, a relativa heterogeneidade deste processo. Apesar de demonstrarmos que o comércio teve um papel fundamental no processo de acumulação de capital para o posterior investimento na indústria local, percebemos, por outro lado, que a tradição de um conhecimento técnico (artesanal) fomentou algumas iniciativas industriais, sem a acumulação direta via comercial. Nesta perspectiva, demonstramos que na realidade concreta as duas alternativas apresentadas em geral como excludentes nas interpretações correntes aparecem de forma paralela.

A idéia de que não é possível generalizar as atitudes dos imigrantes alemães e seus descendentes foi confirmada em nossa pesquisa. Ao analisarmos o comportamento da elite econômica santa-cruzense, percebemos que entre a própria elite econômica havia comportamentos diferenciados.

Tais diferenças foram observadas no que diz respeito ao aspecto político, econômico e religioso.

No aspecto político, a elite econômica local não agiu consensualmente desde o período do Império, permanecendo esta característica no decorrer da República Velha. Além das especificidades políticas do cenário gaúcho em relação ao país (resistência ao poder central e existência contínua de uma oposição ao poder instituído regional), estiveram presentes, na vida político-partidária local, características que dizem respeito a uma realidade própria da região.

Sem dúvida, se os habitantes das zonas coloniais alemãs ligados às atividades agrícolas (colonos) não participavam institucionalmente da vida política-partidária local, não é possível pressupor o mesmo comportamento em relação aos setores econômicos dominantes.

A elite econômica santa-cruzense, quando possível, participou da política partidária local e raramente se comportava de uma maneira apática e governista. Aliás, podemos perceber que as decisões políticas e os rumos do município praticamente dependiam dela.

Durante as últimas décadas do Império, grande parte dos setores econômicos dominantes do município (principalmente comerciantes) identificou-se com o Partido Liberal. Basicamente a identidade derivou do fato de o líder do Partido Liberal, Gaspar Silveira Martins, agitar a bandeira política da defesa da liberdade religiosa dos acatólicos (Lei

Saraiva, 1881). Contudo, aqui já se observa uma distinção entre a própria elite econômica de Santa Cruz do Sul, pois se parte da população das zonas coloniais alemãs era de religião acatólica, outra boa parcela era filiada ao catolicismo. Para os setores católicos do país, uma nova religião significava uma ameaça de perda de poder, principalmente pelo fato de a religião oficial do Império ser o Catolicismo.

As dissensões político-partidárias entre a elite econômica local ampliam-se e adquirem uma complexidade maior com a Proclamação da República. Tal fato pode ser observado já nos inícios do período republicano no município. A República no país traz a separação definitiva do Estado da Igreja Católica, e neste sentido os setores católicos do município reagiram de forma bastante clara. Num primeiro momento, a reação partiu do Partido do Centro Católico, em oposição local aos republicanos (PRR), apresentando-se, portanto, como um grupo que buscava demarcar um espaço de poder local para, dessa forma, adquirir uma capacidade de barganha política com os republicanos locais. Fato curioso, porém, é observar que não foram apenas os setores católicos (principalmente a elite econômica) que reagiu à Proclamação da República no município, mas também a elite econômica ligada ao antigo Partido Liberal. Constatou-se que, apesar de o PRR ampliar as liberdades dos acatólicos, não houve por parte destes uma imediata simpatia ou adesão a esse partido. Acreditamos que a aparente incongruência pode ser justificada

basicamente a partir de dois fatores. Um diz respeito à fidelidade dos acatólicos ao antigo Partido Liberal, devido a lideranças tradicionais, como as de Gaspar Silveira Martins e Koseritz, incansáveis defensores das liberdades religiosas e da ampliação da cidadania dos estrangeiros e acatólicos. Outro, ligado à perspectiva da falta de autonomia local do município, sendo a resistência uma manifestação de repúdio ao mandonismo do PRR. Cabe, porém, destacar que o primeiro aspecto manifestou-se incisivamente nos primórdios da República em Santa Cruz do Sul através dos federalistas locais (em especial a liderança de Carlos Trein Filho) e o segundo aspecto destacou-se especialmente no decorrer da República Velha, por intermédio de manifestações de descontentamento frente ao PRR local e estadual, como também via candidaturas paralelas à intendência (independentes, dissidentes).

O comportamento oposicionista em Santa Cruz do Sul é uma realidade que não pode ser negligenciada, sendo inclusive o Partido Libertador vitorioso nas eleições municipais em 1928, reafirmando esta tradição. A idéia de que as zonas coloniais alemãs tinham resistência a lideranças políticas que não fossem de sua própria origem étnica não pode ser totalmente aceita em nosso estudo. Constatou-se que muitas vezes a polaridade não era determinada pela etnia, mas pela falta de autonomia determinada pelo PRR, de forma que muitas vezes "coronéis burocratas" de nome luso não eram aceitos

para intendência, mas ao mesmo tempo o candidato para o conselho mais votado era luso.

Em nível regional, em momentos de eleições estaduais, também foi possível verificarmos que o município nem sempre votava maciçamente no candidato situacionista (1907). Além deste aspecto, o município apresentou constantes manifestações de simpatias e campanhas a favor das candidaturas oposicionistas em nível estadual (sem dúvida, em alguns momentos com pouca repercussão, mas em outros com expressivos resultados).

Contudo, apesar destas constatações e as dificuldades do PRR de conquistar uma parcela da elite econômica do município, não queremos, de forma alguma, afirmar que não houve uma penetração do PRR. O partido no município adotou várias formas táticas para conquistar a simpatia da elite econômica e em vários momentos seus objetivos foram alcançados. Em alguns períodos buscou eliminar de forma autoritária as manifestações da oposição e dissidência, impondo, por exemplo, lideranças de "fora". Outras vezes utilizou-se da cooptação política, ora oferecendo cargos para lideranças políticas locais dissidentes e independentes, ora conquistando a simpatia e formando lideranças que faziam parte da elite econômica do município.

Com relação ao aspecto da elite econômica santacruzense e sua filiação religiosa, a pesquisa nos indicou a predominância dos empresários luteranos sobre os católicos. Observou-se não apenas a predominância, mas também um

domínio dos empresários luteranos com relação à concentração de capital e um indicativo de maior produtividade das empresas de luteranos. Porém, devemos deixar claro que nosso trabalho nesse aspecto apenas pode afirmar o caráter indicativo destes dados. Sem dúvida, haveria necessidade de explorar mais este aspecto, mas as fontes disponíveis eram limitadas.

As diferenças observadas por Willems<sup>1</sup> e Roche<sup>2</sup>, no que diz respeito aos habitantes das zonas coloniais alemãs e sua filiação religiosa, parecem ter sido confirmadas em nosso estudo de caso. Tais disparidades, em nível econômico, foram observadas principalmente entre a elite econômica santa-cruzense (comércio e indústria), pois não foi possível detectarmos grandes diferenças no setor do meio rural (agricultores).

As opiniões de Max Weber<sup>3</sup> a respeito da filiação religiosa dos empresários nos primórdios do capitalismo europeu parecem análogas ao nosso estudo de caso nos primórdios da implantação de relações capitalistas na economia colonial gaúcha:

"Qualquer observação da estatística ocupacional de um país de composição religiosa mista traz à luz, com notável frequência, um fenômeno que já tem provocado repetidas discussões na imprensa e literaturas católicas e em congressos católicos na Alemanha: o fato de os líderes do mundo dos negócios e proprietários do capital, assim como dos níveis mais altos da mão-de-obra qualificada, principalmente o pessoal técnico e comercialmente especializado das modernas empresas, serem preponderantemente protestantes. Isso não ocorre apenas quando

a diferença de religião coincide com uma nacionalidade, e, em consequência, como uma de desenvolvimento cultural, como é o caso dos alemães e dos poloneses da Alemanha Oriental.

Dele se encontram manifestações nas estatísticas de filiação religiosa de qualquer parte em que o capitalismo, na época de sua grande expansão, teve a possibilidade de alterar a distribuição social da população de acordo com as suas necessidades, e de lhe determinar sua estrutura ocupacional. Quanto maior a sua liberdade de ação, tanto maior a clareza do efeito apontado".

As implicações destas verificações empíricas são, sem dúvida alguma, de cunho profundo e complexo. A simples constatação empírica dos dados disponíveis do estudo de caso e as várias possibilidades explicativas do fenômeno não nos permitem, porém, qualquer conclusão definitiva, mas nos permitem concluir pela complexidade e pluricausalidade dos fenômenos histórico-sociais, onde confluem em medidas diversificadas fatores econômicos, políticos, culturais, religiosos. Este fato, por sua vez, obriga o cientista social à modestia ~~na~~ algo que nos acompanhou por todo este trabalho.



## NOTAS

1 WILLEMS, op.cit.

2 ROCHE, op.cit.

3 WEBER, op.cit., p.19.

## ANEXOS

1. Sendo motivo para a criação de um hino para saudar Júlio de Castilhos:

Salve! Grande patriota  
 Esperança da nação!  
 Salve! Filho d'esta terra!  
 Benemérito cidadão!

Saudações vos enviamos  
 Benemérito cidadão!  
 Nobre filho d'esta terra  
 Esperança da nação!

Saudações vos enviamos  
 Em nome de Santa Cruz!  
 Salve! Oh! bem-vindo sejas  
 Salve! Mensageiro da luz!

Salve! Trazei-nos a esperança  
 Viajor cheio de glória!  
 Que os nossos bens n'esta terra  
 Se perpetuem na história!

Salve! Arauto da paz!  
 Da concórdia protector!  
 Vens de frente aureolada!  
 Bem-vindo sejas, Senhor!

No cyclo de vossa vida  
 No partido potentoso,  
 Conquistastes entre os mais fortes  
 Um renome glorioso...

Se sois o sol d'esta terra?  
 Se tudo fazeis ressurgir?...  
 Conquistae nossos applausos,  
 Nos fazendo progredir.

Podeis com nosco contar...  
 Completae a vossa glória!  
 Somos nobres, somos fortes!  
 Levae-nos, pois, à victória!

Somos amigos da paz  
 Da lei e da liberdade!  
 Podeis, aqui, commungar  
 Com nosco a fraternidade.

Bem-vindo sejas, Senhor!  
 A's plagas de Santa Cruz!  
 Sois uma glória do Estado!...  
 Um mensageiro da luz!

Bem-vindo sejas! Saudemos,  
 Em nome de nossos filhos.  
 A que nos traz esperemos!  
 -Dr. Júlio de Castilhos!-

FONTE: Pasta n. 35 do AHCM.

2. Devido à importância política do episódio, julgamos que a transcrição do manifesto venha ilustrar de maneira fiel tal descontentamento (cabe relembrar que Adão Jost foi membro fundador do Clube Republicano de Santa Cruz do Sul): "Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado e Chefe do Partido Republicano:

Os abaixo-assinados, eleitores do município de Santa Cruz, todos alistados no partido republicano dignamente chefiado por V.Exa., apresentando-vos aos Srs. Ernesto Wild, João Gomes Cardoso e Adão Jost, membros da comissão eleita para explicar a V.Exa. como primeira autoridade do Estado e chefe do partido a situação anormal em que se acha o município de Santa Cruz, deliberaram expor no seguinte os pontos principais do descontentamento do partido.

Os abaixo-assinados estão convencidos que unicamente a unidade de vistas e a disciplina partidária podem conduzi-los à realização do ideal da administração republicana, mas também estão convencidos que a direção local em caso algum deve afastar-se do caminho traçado pela lei, não deve trair os princípios republicanos.

Considerando, pois: que infelizmente, no nosso município de Santa Cruz, os votos, nas eleições, são obtidos por manobras pouco decentes e que, portanto, a votação é em parte simulada, sem fundamento sério.

Que, entretanto, a nossa república só será grande e forte se cada cidadão for republicano sincero e convencido, e não republicano forçado.

Que o partido republicano de Santa Cruz não aprova a marcha ou a direção dada pelo atual chefe Vasco de Azevedo.

Que é mais que provável que por estes motivos, muitos companheiros, seriamente desgostosos, se retirarão da política.

Que uma política de vistas longas e mais tolerante levará ao partido elementos hoje afastados, enquanto a política atual, intolerante, vai acabar com o partido que unicamente procura manter-se com o apoio do governo.

Que fraqueza moral do partido local influi fundamentalmente no desenvolvimento material do município perdendo bons empregados que retiram-se por não poderem trabalhar com os diretores atuais da política local, e perdendo, muitos moradores que mudam-se para outros municípios pelas mesmas razões, não progrediu, nos últimos anos, nem progredirá.

Que, quanto às fortes acusações feitas à autoridade do lugar, a direção do partido não achou conveniente

defender-se, ou mandar punir, de acordo com a lei, os caluniadores.

Que assim a desmoralização do partido será infalível.

Que a segurança individual, na realidade, não parece estar suficientemente garantida, visto que grande parte da população da Vila vê-se forçada a andar armada, não obstante a sua comprovada indole ordeira.

Que a maioria dos empregados são aproveitados, não em aproveitamento local e político; mas sim, e por meio de ameaças, em serviço da pequena e mesquinha política pessoal.

Que a atual direção do partido tem deixado, por muitas vezes, de cumprir a lei, como, por exemplo, está provado pelo fato de, até hoje, não ter o município o seu vice-intendente.

Que o povo, em geral, vive num estado de inquietação que pode trazer graves conseqüências.

Que ultimamente o Sr. Dr. Intendente tem posto em prática algumas determinações diretamente contrárias aos interesses do povo e os quaes nenhum proveito trazem à Villa ou município.

Que diversos fatos que se tem dado criaram uma atmosfera de desconfianças sumamente prejudicial às autoridades e ao povo.

Que corrente ano termina o quadriênio do atual intendente Dr. Pitta Pinheiro.

Que a direção atual do partido não conseguirá mais reobter a confiança perdida e,

Considerando finalmente, que é obrigação de cada republicano esforçar-se para o bem-estar e o progresso da República e do partido, vêm os abaixo-assinados, confiando no vosso alto critério, para por as seguintes medidas, que consideram de grande necessidade:

- . Nomeação de um Vice-Intendente.
- . Eleição de uma Comissão que dirige o partido local, em substituição do atual Chefe Vasco de Azevedo.
- . Exame escrupuloso das acusações feitas aos empregados da atual direção, a fim de serem punidos os caluniadores ou os criminosos.

FONTE: Pasta n. 2 do AHCM. Ano 1904.

3. Figura.

**Memorandum!**

Perpet Justitia  
 Thomaz Ferraz - Juv. Padoeco  
 Amancio Corceia - Verfolgung Abtei-  
 ung - Carlos Frein Filho - 13-7 - Prozess  
 Klöße - Zeugen - Verfolgung - For-  
 tunato Corceia - Morid Cardoso  
 Serra - dito Matto Alto - Depor-  
 tation vom Telegraphisch Taushaus,  
 Abrelino, Gelvao, Larra Pinto, Dar-  
 Isabella, Fernad. Tatsch, Jacobus  
 Bravio, Jorge Franz, C. Trein F.  
 Landverernigung, Serra überfall  
 Ernd Wild, Capanga - Cassie.  
 - Capanga-Quartel - etc.

Hilfsstelle zur Be-  
 kämpfung d. Neuschtsms  
 unter deutschem  
 Reichsschutz

zum Kollekt  
 Fortschritt

PARCEL BÄRLECH

Musik- und  
 Harmonika  
 Streifen- und  
 Klavier- und  
 Orgel- und  
 Horn- und  
 Trommel- und  
 Schlagzeug- und  
 Musik- und  
 Harmonika  
 Streifen- und  
 Klavier- und  
 Orgel- und  
 Horn- und  
 Trommel- und  
 Schlagzeug- und



**Memorandum!**

Rosa Rosalina, Process Diemer,  
 Kammerer Schwabadept, Antoin  
 Zottler - Böcker, 207, Advoca  
 Cassino de Azen, Process Ernesto  
 Schneiders, Obras Publicas ohne  
 Konkurrenz ausschreiben, Gebur-  
 tags-Telegrammschwindel,  
 Municipalpferde für Sonntag-  
 reitler Kazikochen, Lehrer-  
 Demokratisierung, Fortschritts-  
 Agenten, Intendanten-Grass-  
 Epidemie - Synodalschule, Club  
 Littarario? Zeitung Ostudant  
 Z. Fortschritt - Notwendig  
 Bücher und Carfarrevision.  
 etc. etc.

Momento  
 Mori  
 C.T.F.  
 15/1903

Construção 148  
 Einweihungskosten 306

Feit in  
 aera Pittar  
 Vasco  
 MCMIV

Der Kaiser kommt nach Heiligen Kreuz. (1904)  
 Erinnerungsblatt an aera Pittar-Vasco. 1904.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem. Protestantismo e Repressão. São Paulo, Editora Atica, 1982.
- AMSTAD, Theodoro (ORG.). Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul: 1824-1924. Porto Alegre, Tipografia do Centro.
- ANTONNACCI, Maria Antonieta. RS: As Oposições e a Revolução de 1923. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.
- ASSIS, Valesca De. A Valsa da Medusa. Porto Alegre, Movimento, 1989.
- BECKER, Klaus. Alemães e Descendentes do Rio Grande do Sul - na Guerra do Paraguai. Canoas, Editora Hilberto & Filhos, 1986.
- BENDIX, R. Max Weber: Um Perfil Intelectual. Brasília, Editora UNB, 1986.
- CAMARGO, C. P. Católicos, Protestantes, Espíritas. Petrópolis, Editora Vozes.
- COHN, Gabriel. Crítica e Resignação - Fundamentos da Sociologia de Max Weber, São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979.
- CUNHA, Ernesto Antonio Lassance. Rio Grande do Sul. Contribuição para o Estudo de suas Condições Econômicas. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908.
- CUNHA, Jorge Luiz. Os Colonos Alemães de Santa Cruz do Sul e a Fumicultura. Santa Cruz do Sul. Rio Grande do Sul - 1849-1881. Dissertação de Mestrado em História do Brasil, opção História Social, Departamento de História da U.F. Paraná. Curitiba. 1988.
- DELHAES, Günther, DIETRICH Von. Industrialisierung In: Südbrasilien. Köln, Bohlau, 1973.
- DESROCHE, Henri. O Marxismo e as Religiões. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
- DREHER, Martin N. Igreja e Germanidade co-edição Editora Sinodal. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.
- ELTON, G.R. La Europa de La Reforma - 1517-1559. História da Europa, Sigilo Veintiuno Editores, 1984.
- FELIX, Loiva Otero. Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.



- FONSECA, Pedro Dutra. RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua Época. Porto Alegre, Globo, 1967.
- GERTZ, René. O Fascismo no Sul do Brasil. Germanismo, Nazismo, Integralismo. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987).
- GODINHO, Rute E. e Outros. Estudos de População - VI Estudo de Caso: Dinâmica Populacional, Transformações Sócio-Econômicas, Atuação das Instituições. São Paulo, CEBRAP, 1980.
- GUIMARAES, José. A Ferro e Fogo. Tempo de Solidão. Porto Alegre, L & PM Editoras, 1982.
- HILL, Christhofer. De la reforma a la revolucion industrial, 1530-1780, das razones que situaram al Reino Unido en la posicion mas vantajosa para emprender la carrera industrial. Barcelona, Caracas, México, Ed. Ariel, 1980.
- HILL, Christopher. O eleito de Deus. Oliver Cromwel e a Revolução Inglesa. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- HUNSHE, Carlos H. O Biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul - Província de São Pedro. Porto Alegre, Gráfica Editora A Nação, 1975.
- HUNSHE, Carlos H. Protestantismo no Sul do Brasil - nos quinhentos anos do Nascimento de Lutero (1483-1983). São Leopoldo, Editora Sinodal, 1983.
- KAUSKY, Karl. La Cuestion Agrária. México. Siglo Veintiuno, 1977.
- KENT, O. George. Bismark e seu Tempo. Brasília, Editora UNB, 1982.
- KIPPER, Maria Hoppe. A Campanha da Nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-45). Santa Cruz do Sul, ASPEC, 1979.
- KOFLER, Leo. Contribuição a la historia de la sociedade burguesa. Buenos Aires, Gráfica Didot, Amorrortu Editores, 1974.
- KOTHE, Mercedes Gassen. O Imigrante Alemão na Província de São Paulo (1880-1889). Opiniões dos Jornais da Época. São Paulo, PUC, 1987. (Dissertação de Mestrado em História).

- KUNERT, Udo Ingo. "Tentativas de Organização Política na Colônia Alemã de São Sebastião do Caí". In: Simpósio da História da Igreja. São Leopoldo, Sinodal, co-ed. De Rotermond, 1986.
- LAGEMANN, Eugênio. A Industrialização no Rio Grande do Sul. (Um estudo histórico). Projeto: "Pequena e média empresas no Rio Grande do Sul". Relatório de Pesquisa n.4, agosto 1978. UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas - IEPE, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas.
- LANDO, Aldair Marli & BARROS, Eliane. A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, uma Interpretação Sociológica. Porto Alegre. Movimento, 1982.
- LEFORT, Claude. As formas da história. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- LOEFFLAD, Pastor Friederich (Coord.). Centenário de Rio Pardo, 1852-1952. Santa Cruz, Lamberts e Riedl, 1952.
- LOVE, Joseph L. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo. Perspectiva, 1975.
- LOWY, Michael. Método Dialético e Teoria Política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- LUDWIG, Alfredo. 1849-1949. Centenário da Colonização de Santa Cruz do Sul. Manuscrito Original do Arquivo Histórico do Colégio Mauá.
- LUDWIG, Alfredo. A Colonização nos Países da América do Sul e Particularmente a Colonização Alemã no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Impresso nas Oficinas de Ludwig, 1916.
- MACHADO, José Olavo. Rio Grande do Sul no Período Republicano. História de Santo Angelo. Rio de Janeiro, Itambé, 1973.
- MARTIN, Hardy Elmiro. Santa Cruz do Sul. De Colônia a Freguesia, 1849-1859. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, São Lourenço de Brindes e Museu Bernardin D'Apremont, APESC. Associação Pró-Ensino em Santa Cruz, 1979.
- MARTIN, Hardy Elmiro. "Participação da Comunidade Evangélica de Santa Cruz na Fundação do Sínodo Rio-Grandense" In: Simpósio da História da Igreja. São Leopoldo. Ed. Sinodal, 1986.
- MENEZES, João Bittencourt De. Município de Santa Cruz. Santa Cruz, Editora Tipografia Lamberts e Riedl, 1913.

- MONTALI, Lilia T. "Notas para o Estudo da Expansão do Capitalismo no Campo em Santa Cruz do Sul". Estudos de População - VI Estudo de Caso: Dinâmica Populacional, Transformações Sócio-Econômicas, Atuação das Instituições. São Paulo, CEBRAP, 1980.
- MOOG, Vianna. Um Rio Imita o Reno. Porto Alegre, Globo, IMEC, 1973.
- MOURE, Telmo. "A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha". In: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- NOVAES, Regina Reges. Os Escolhidos de Deus - Pentecostais, Trabalhadores e Cidadania. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1985.
- OBERACKER, Jr. Carlos H. A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Presença, 1968.
- PELLANDA, Ernesto. A Colonização Germânica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. Barcellos, 1925.
- PESAVENTO, Sandra Jathay, "O Imigrante na Política Rio-Grandense". In: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. A Burguesia Gaúcha Dominação do Capital e Disciplina do Trabalho RS: 1889-1930. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. RS: Agropecuária Colonial e Industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- PICCOLLO, Helga Iracema Landgraf. "A Questão Religiosa e os Protestantes no Rio Grande do Sul". In: Simpósio da História da Igreja. São Leopoldo. Ed. Sinodal, 1986.
- PICCOLLO, Helga Iracema Landgraf. "O PRR e os Alemães no Rio Grande do Sul". In: Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS/1982.
- PICCOLLO, Helga Iracema Landgraf. "A Política Rio-Grandense no Império" In: RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Positivismo - Um Projeto Político Alternativo (RS 1889-1930). Porto Alegre, L & PM. Editores, 1986.

- PORTELLI, Hugues. Gramsci e a questão religiosa. São Paulo, Edições Paulina, 1981.
- RABUSKE, Padre Arthur. "Eles se empenharam pelo erguimento do bem-estar material da Colônia Alemã no Rio Grande do Sul". In: Anais do 1º Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 1974.
- RAMOS, José Hugo & OSORIO, Ivan Dall'Ígna. Rio Grande do Sul. Industrialização posta a prova. Convênio entre a Diretoria do Ensino Industrial (MEC) e o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia da UFRGS. Porto Alegre, 1969.
- REICHEL, Heloisa. "A Industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha". In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sérgio (ORGS.). RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
- ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969.
- SCHIERHOLT, José Alfredo. "A Revolução Federalista no Vale do Taquari". In: IV Simpósio da História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, Gráfica Unisinos, 1980.
- SCHRODER, Ferdinand. Brasilien und Wittenberg. Berlin, Leipzig, 1936.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1977.
- TAWNEY, R.H. A Religião e o Surgimento do Capitalismo. São Paulo, Editora Perspectiva, 1971.
- TEJO, Limeira. "A Indústria Rio-Grandense em Função da Economia Nacional". In: Da Diretoria Geral de Estatística, ano de 1937. Porto Alegre, Oficina Gráfica do Globo, 1939.
- TELLES, Leandro da Silva. Médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia, São Lourenço de Brindes, APESC, 1980.
- TILICH, Paul. Perspectivas da Teologia Protestante nos Séculos XIX e XX. São Paulo, ASTE, 1986.
- TRINDADE, Hélió. "Aspectos Políticos do Sistema Partidário Republicano Rio-Grandense (1882-1927). Da Confrontação Autoritário-Liberal à Implosão da Aliança Político-Revolucionária de 30". In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sérgio (ORGS.). RS: Economia e Política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.

- VERISSIMO, Erico. O Tempo e o Vento. O Continente 1. São Paulo, Editora Globo, 1989.
- VERISSIMO, Erico. O Tempo e o Vento. O Arquipélago I. Rio de Janeiro, Globo, 1978.
- VERISSIMO, Erico. O Tempo e o Vento. O Arquipélago III. Rio de Janeiro, Globo, 1987.
- VERISSIMO, Erico. O Tempo e o Vento. O Retrato 2. Rio de Janeiro, Globo, 1987.
- VIEIRA, David Gueiros. O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil. Brasília, Ed. UNB, 1980.
- WEBER, Max. Economia y Sociedad - esbozo de sociologia comprensiva. México, Fondo de Cultura Economica.
- WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. São Paulo, Editora Moraes, 1987.
- WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo, Livraria Pioneira, Editora, 1983.
- WILLEMS, Emílio. A aculturação dos imigrantes alemães no Brasil, Estudo Antropológico dos Imigrantes Alemães e seus Descendentes no Brasil. Rio de Janeiro. Companhia Editora Nacional, 1946.
- WILLEMS, Emílio. Assimilação e Populações Marginais no Brasil. Estudo Sociológico dos Imigrantes Germânicos e seus Descendentes. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1940.

## OUTRAS FONTES IMPRESSAS

- Jornais

*Kolonie* - 1.01.1891 - 29.08.1941

*Fortschritt* - 19.11.1902 - 31.12.1904

*Santa Cruz Anzeiger* - 21.01.1905 - 24.12.1908

- Relatórios

- . Relatório apresentado ao Presidente do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Alvaro Baptista, 1908. AHRGS.
- . Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1850 a 1859, 1863 e 1869. AHRGS.
- . Relatório de Carlos Trein Filho ao agente intérprete da colonização 1871 AHCM.
- . Relatório de Affonso Mabilde, de 1866. (Colonização 288) AHRGS.
- . Relatório Paroquial da Arquidiocese de Porto Alegre. AHRGS.
- . Relatório dos Negócios de Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. Desembargador Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé, em 31 de julho 1889. AHRGS.
- . Relatório apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. Antônio Marinho L. Chaves, Secretário da Fazenda pelo Diretor Geral do Tesouro do Estado, Dr. Francisco Thompson Flores, 1916. AHRGS.
- . Relatório da Administração Central das Colonias da Província do Rio Grande do Sul, apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, Digníssimo Presidente da mesma Província pelo Agente Intérprete da colonização, Carlos de Koseritz. Porto Alegre. Typografia do Jornal do Comércio, 1867.
- . Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice-Presidente em Exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1916. Volume I. AHRGS.

- . Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Rio Grande do Sul. 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930.
  - . Relatório apresentado pela 3ª Diretoria (Estatística), em 15 de julho de 1897. Anexo ao Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. De 30 de julho de 1897. Estado do Rio Grande do Sul (I. Vol.). AHRGS.
  - . Relatórios apresentados ao Exmo. Sr. Dr. A.A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior 30 de agosto 1890 2º Vol., em 8 de setembro de 1913, 27 de agosto de 1917, 2º vol., 4 de setembro de 1918, 6 de setembro de 1924, 1º vol. AHRGS.
- Boletins, Catálogos, Mensagens, Alburns, Monografias, Correspondências, Pastas, Anuários, Revistas, Estatísticas.
- . Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente A.A. Borges de Medeiros, 2ª Sessão Ordinária da 9ª Legislatura, 20 de setembro de 1922. AHRGS.
  - . Pastas - 2, 8, 13, 20, 24, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 42, 45, 47, 53, 56, 57, 60, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 74. AHCM.
  - . Anuário da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1892. Recenseamento feito em 31 de dezembro de 1890. AHRGS.
  - . Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Ano I, set./out. 1912, nº 4, Rio de Janeiro (publicado pelo Serviço de Informações e Divulgação). Redação: Bacharel F. Carlos de F. Araújo. Revisão: João Vampré e J. B. da Fontoura Xavier. IHGRGS.
  - . Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Organizado pela Repartição de Estatística. Diretor: Augusto M. de Carvalho 1921, 1923 a 1927.
  - . Da Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950. (Convênio: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre, 1981.

- . Boletim da Diretoria de Estatística (Secção Demográfica), Ano I, 1908 - República dos Estados Unidos do Brasil, Estado do Rio Grande do Sul. AHRGS.
- . Mensagens apresentas ao Conselho Municipal de Santa Cruz do Sul. AHCM.
- . Estatística da Indústria Fabril Nacional em 1911. Centro Industrial do Brasil. Antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Cálculos baseados na arrecadação do imposto de consumo. AHRGS.
- . Estatística dos Impostos de Consumo arrecadados no triênio de 1915 a 1917 no Estado do Rio Grande do Sul, organizado pela Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional. AHRGS.
- . Catálogo da Exposição Estadual de 1901. Estado do Rio Grande do Sul. AHRGS.
- . Centenário de Santa Cruz do Sul 1878-1978. Santa Cruz do Sul. Impressão Gráfica - Amrigns - Gráficos e Editora, 1978. AHCM.
- . Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Diretor Augusto M. de Carvalho. Anos de 1925-26-27. I Tomo. AHRGS.
- . 25 Anos Companhia de Fumos Santa Cruz. Pequena monografia de um estabelecimento comercial que, nasceu, viveu e venceu. Santa Cruz. Impressa nas oficinas gráficas da Cia. de Fumos Santa Cruz, 1943. AHCM.
- . Terra Gaúcha. Março e junho de 1930. Ano VII. nº 41. AHGRGS.
- . Schreiner. Carlos. Sucessor de Guilherme Schreiner. Fábrica de machinas e fundição. Santa Cruz, Rio Grande do Sul, Brasil. Fundado em 1882. 1882-1932. 50 Anos. AHCM.
- . Erinnerungs Album Zur Jahrhundert feier der Deutschen Kolonisation in Rio Grande do Sul. Brasilien, s.ed., 1824-1924. AHCM
- . Album Comemorativo do Cincoentenário da Proclamação da República. 1889-1939. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Oficinas Gráficas de Rotermond & Co., São Leopoldo, 1939. DAGRS
- . Comunidade Evangélica de Santa Cruz do Sul 100 Anos. 1862-1962. Sínodo Rio-Grandense - Federação Sinodal - Confederação Evangélica do Brasil. Conselho Nacional das Igrejas. (Oikoumene). AHCM